

Anna Fontes | Beltrina Côrte  
(Organizadoras)

Edital  
Acadêmico  
de Pesquisa  
Volume 1

# Envelhecer com Futuro

## Relatos de pesquisa sobre:

Superendividamento, violência financeira, mobilidade urbana, fluência digital, informações na internet, pensamento computacional, apropriação e inclusão digital

Itaú viver  
mais



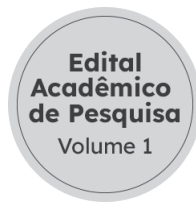
Portal do  
Envelhecimento  
e Longevidade

Anna Fontes  
Beltrina Côrte  
(Organizadoras)

# Envelhecer com Futuro

## Relatos de pesquisa sobre:

Superendividamento, violência financeira, mobilidade urbana, fluência digital, informações na internet, pensamento computacional, apropriação e inclusão digital



1ª Edição



São Paulo  
2023

Anna Fontes  
Beltrina Côrte  
(Organizadoras)

# Envelhecer com Futuro

## Relatos de pesquisa sobre:

Superendividamento, violência financeira, mobilidade urbana, fluência digital, informações na internet, pensamento computacional, apropriação e inclusão digital

## COLABORADORES:

Alda Abrahão Faiad de Moura  
Amanda dos Santos Lemos  
Andressa Kroeff Pires  
Anelise Crippa Silva  
Camila Alen Porto  
Camila de Andrade Simões  
Cassiana Regina Leindecker  
Cintia Liesenberg  
Clarissa Bezerra de Melo Pereira Nunes  
Eduarda Rezende Freitas  
Elaide Martins  
Emilly Vitória Pinto Melo  
Fabiane Petean Soares de Lima  
Fabrícia Vellasquez Paiva  
Flaviane Marcia Lima dos Anjos  
Gisele Garcia Zanca

Heloá Pontes Maués  
Isabel Dillmann Nunes  
Jaqueline Pauluci Bosio  
Josefina de Paula Moura  
Karina Gramani-Say  
Lorraine Fonseca Andrade da Silva  
Marcos Vinícius de Lima Miranda  
Otávio de Tolêdo Nóbrega  
Renato Daniel da Cruz Santos  
Regiane da Silva Macuch  
Rita do Nascimento Silvestre Dantas  
Rodrigo Jorge Salles  
Rosilene Araújo Costa  
Sabrine Amaral Martins Townsend  
Simone da Cunha Tourino Barros  
Wanderson Alexandre da Silva Quinto

1ª Edição



São Paulo  
2023

**Equipe Itaú Viver Mais:** Luciana Nicola, Bruno Crepaldi, Luciana Barroso, Daniela Zen e Anna Fontes

**Equipe Portal do Envelhecimento:** Beltrina Côrte, Carolina Côrte, Dhara Côrte e Sofia Lucena

**Revisão:** Guilherme Salgado Rocha

**Capa, Projeto Gráfico e Editoração:** Ronaldo Monfredo

**Direção e produção Editorial:** Mário Luiz M. Lucena

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Envelhecer com futuro : relatos de pesquisa sobre : superendividamento, violência financeira, mobilidade urbana, fluência digital, informações na internet, pensamento computacional, apropriação e inclusão digital / organização Anna Mires, Beltrina Côrte. -- 1. ed. -- São Paulo : Portal do Envelhecimento Comunicação, 2023.

Vários colaboradores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-69350-42-2

1. Ciências sociais 2. Envelhecimento 3. Idosos - Aspectos sociais 4. Inclusão digital 5. Mobilidade urbana I. Mires, Anna. II. Côrte, Beltrina.

23-152258

CDD-305.26

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Envelhecimento : Conduta de vida : Sociologia  
305.26

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

São Paulo  
2023

Impresso no Brasil



## **AGRADECIMENTOS**

*Aos pesquisadores, autoras e autores, pela seriedade e competência no desenvolvimento e compartilhamento de reflexões e ações interdisciplinares resultantes do Edital Acadêmico de Pesquisa 2021.*

Em outubro de 2021, durante a pandemia, quando assistíamos à agonia da ciência nacional no centro do debate, o Itaú Viver Mais e o Portal do Envelhecimento tiveram a “ousadia” de lançar o **Edital Acadêmico de Pesquisa 2021: envelhecer com futuro**. Participar da ação, da elaboração do edital ao processo seletivo e acompanhamento de pesquisadores, mês a mês, e ver os resultados por meio dos diversos produtos, como esta obra que ora apresentamos, é sensação de dever cumprido. Fomentar a pesquisa na área do envelhecimento é preciso!

O livro, intitulado "Envelhecimento com futuro" - relatos de pesquisa sobre: superendividamento, violência financeira, mobilidade urbana, fluência digital, informações na internet, pensamento computacional, apropriação e inclusão digital, sela o compromisso de contribuir para a formação do conhecimento, fator chave para a longevidade e a participação plena. A produção de conteúdos qualificados indica caminhos para um melhor longeviver.

A obra faz parte do compromisso assumido pelos pesquisadores selecionados. Ou seja, o último produto a ser entregue deveria ser um artigo como parte da pesquisa desenvolvida a fim de compor um capítulo. Mas ainda compõe o compromisso assumido pelo Itaú Viver Mais e Portal do Envelhecimento de apoiarem a produção editorial para vasta disseminação.

Historicamente, o Itaú figura como um dos mais importantes atores do investimento social privado onde está presente, por aportes diretos e projetos subscritos às leis de incentivo, por meio das fundações e institutos. Formalizou em política interna o direcionamento que o investimento social deve contribuir para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e considerar prioritariamente a incidência em políticas públicas e as agendas coletivas em âmbito global, nacional ou local, acreditando em novos modelos de colaboração.

Por sua vez, o Portal do Envelhecimento, desde a fundação, produz conteúdos qualificados sobre envelhecer com credibilidade, referência sobre o longeviver no país, a partir do site Portal do Envelhecimento, Revista Longeviver, Espaço Longeviver e a editora Portal Edições, que produziu este livro. Expressa nova modalidade de parceria e de investimento social voltado à pesquisa acadêmica.

O Edital selecionou nove projetos acadêmicos de caráter interdisciplinar, coordenados por mulheres: Amanda dos Santos Lemos, Alda Abrahão Faiad de Moura, Elaide Martins da Cunha, Simone da Cunha Tourino Barros, Anelise Crippa Silva, Cassiana Leindecker, Gisele Garcia Zanca, Cintia Liesenberg e Isabel Dillmann Nunes. De diferentes idades (35 a 69 anos), diversas formações (Serviço Social, História, Comunicação Social, Direito, Enfermagem, Fisioterapia, Ciências da Computação e Ciências da Comunicação) e distintas regiões (Rio de Janeiro, Brasília, Belém, Porto Alegre, Maringá, São Paulo, Campinas e Natal). Quatro do

Sudeste, dois do Sul, um do Distrito Federal, um do Norte e um do Nordeste. Quatro vinculados a pesquisas de doutoramento, um a mestrado e dois a grupos de pesquisa. Dois projetos não tinham vínculos institucionais. Em relação à modalidade, a maioria foi realização coletiva. Apenas um individual.

Os leitores acompanharão os caminhos que os pesquisadores indicam quanto à Segurança de acesso a bens e serviços, Saúde financeira e segurança de internet, e Educação digital e segurança das informações na rede, linhas de pesquisa que orientaram o Edital. Baseadas na proteção dos direitos humanos e política do envelhecimento ativo.

Três linhas de pesquisa, consideradas relevantes à integração da academia e da sociedade sobre o envelhecimento. Cada linha contou com três classificados, uma em cada categoria de apoio (R\$ 8, 16 e 24 mil). Por isso, optou-se em organizá-lo seguindo as linhas de pesquisa definidas no Edital, em três partes:

A **Parte 1** trata da linha de pesquisa *saúde financeira e segurança de internet*, que visava salientar os cuidados com a perda econômica na velhice, gestão do dinheiro, gastos, empréstimos, poupanças e investimentos. Controle de endividamento, prevenção à violência patrimonial e a golpes financeiros. Temas presentes nos capítulos desenvolvidos pelas pesquisadoras Anelise Crippa Silva e Camila Alen Porto, que discorrem sobre “Superendividamento de idosos: atendimentos realizados em um Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da região

Sul do Brasil'. A “Violência financeira contra idosos e dependência afetiva: percepções pós-Covid-19” é tratada por Cassiana Regina Leindecker, Jaqueline Pauluci Bosio e Regiane da Silva Macuch. Na continuidade ao tema que aflige vários idosos, Simone da Cunha Tourino Barros, Fabrícia Vellasquez Paiva, Lorraine Fonseca Andrade da Silva, Rita do Nascimento Silvestre Dantas e Rosilene Araújo Costa escrevem o capítulo “Violência financeira contra os trabalhadores envelhecidos no Estado do Rio de Janeiro: reflexões sobre suas determinações e possíveis respostas de enfrentamento”.

A **Parte 2**, sobre a *segurança de acesso a bens e serviços*, visando tratar de deslocamentos, transportes, acesso a moradias, trabalho, negócios e serviços, soluções de mobilidades, ambiências, influência dessas condições na interação social e no bom envelhecer, é composta pelos capítulos: “A mobilidade urbana e os entroncamentos da vida: os rebatimentos dos deslocamentos feitos por trabalhadoras domésticas, em grandes centros urbanos, no processo de envelhecimento e na vivência da velhice”, escrito por Amanda dos Santos Lemos. Em seguida, Alda Abrahão Faiad de Moura e Eduarda Rezende Freitas apresentam as “Vivências de passageiros idosos da Capital Federal e entorno no transporte público urbano”. E encerra com o capítulo “Relatos de pesquisa: fluência digital e a construção do aplicativo DICA60+ para idosos no Pará”, de Elaide Martins, Camila de Andrade Simões, Heloá Pontes Maués, Wanderson Alexan-

dre da Silva Quinto, Emilly Vitória Pinto Melo, Flaviane Marcia Lima dos Anjos e Renato Daniel da Cruz Santos.

Na **Parte 3** há os resultados das pesquisas selecionadas na linha de pesquisa *educação digital e segurança das informações na rede*, abrangendo temas como alfabetização digital, letramento digital, fluência digital, potenciais da internet, habilidades digitais, estratégias de identificação de desinformação e de avaliação de conteúdos disponíveis, e segurança das informações disponíveis. Temas presentes no capítulo “Compreensão de informações sobre saúde na internet – desafios enfrentados por pessoas idosas”, dos pesquisadores Gisele Garcia Zanca, Sabrine Amaral Martins Townsend, Josefina de Paula Moura, Fabiane Petean Soares de Lima, Rodrigo Jorge Salles e Karina Gramani-Say. Outro assunto presente trata do “Pensamento computacional como base para o letramento digital e desenvolvimento cognitivo da pessoa idosa”, por Andressa Kroeff Pires, Clarissa Bezerra de Melo Pereira Nunes, Marcos Vinícius de Lima Miranda e Isabel Dillmann Nunes. Para encerrar, Cintia Liesenberg apresenta “Abordagens nas mídias sobre apropriação e inclusão digital por pessoas idosas”.

Esperamos que a leitura, além de cumprir a função de denunciar uma série de violências cometidas contra as pessoas idosas, seja prazerosa e inspiradora para distintas empresas privadas, comprometidas com a sociedade, para iniciarem investi-

mentos sociais na ciência do envelhecimento contemporâneo. Precisamos de mais conhecimentos, pesquisadores debruçados sobre o futuro de todos nós. No Brasil, pela grande desigualdade social, expressiva parte da população idosa terá um mau envelhecer. Compreender as razões e consequências dessas desigualdades e influências nas velhices diversas é caminho para se encontrar formas inovadoras que promovam uma velhice mais digna, inclusiva e sustentável.

Encerramos a apresentação com o depoimento de Amanda Lemos, que registra a relevância do Edital para quem faz pesquisa:

*“A oportunidade de receber o investimento financeiro, com tranquilidade e recursos de qualidade das pesquisas, associado ao assessoramento técnico auferido durante todo o tempo de execução do projeto, junto com o intercâmbio vivenciado a partir da aproximação de pesquisadores de outras áreas do conhecimento e outras regiões do país, foram de grande valia para a formação, aperfeiçoamento e olhares sobre os objetos de pesquisa e do próprio envelhecimento. Ponto para essa iniciativa, que certamente deixa frutos amadurecidos e prósperos. Contribuirá, sem dúvida, por longo tempo, para as discussões sobre envelhecimento e longevidade no país”.*

Boa leitura!

**Anna Fontes**  
**Beltrina Côrte**

Encontrar recursos públicos para custear pesquisas brasileiras nunca foi tarefa fácil. Encontrar recursos públicos tampouco. Esta última realidade é bastante diferente nas culturas norte-americana e europeia, em que é corriqueiro programas inteiros de pesquisa e até grandes instituições devotadas ao ensino e ciência serem total ou parcialmente sustentados por recursos privados, vindos de investidores/patrocinadores ou ação benevolente de doadores. Alexander Graham Bell precisou de dinheiro para desenvolver seu “telégrafo harmônico”, e obteve grande parte dele do pai rico de uma de suas estudantes, Mabel Hubbard, de 16 anos, com quem acabou por se casar anos depois. Há vários outros exemplos sobre como áreas de pesquisa avançaram com incentivos de patronos. A própria heresia feita por Galileu Galilei de colocar o Sol (e não a Terra) no centro do sistema solar não teria sido possível sem a educação que obteve na Universidade de Pisa, fundada pelo Papa Clemente VI, patrono fundador e primeiro grande financiador pessoal daquela instituição. E a exemplo do ocorrido com Graham Bell, há também outros tantos exemplos em que relações familiares e afetivas proporcionaram a estabilidade material necessária ao surgimento de campos inteiros de investigação. A própria ciên-



cia do envelhecimento nasceu assim. Beneficiou-se da fortuita contribuição de uma alma benemérita, Olga Belokopytova, jovem estudante russa de família rica, que se afeiçãoou por seu então professor de biologia. Olga, na prática, proveu o sustento material e emocional do qual tanto necessitou o brilhante pesquisador para fundar um novo e instigante ramo dos saberes ao início do século XX: a **Gerontologia**. Falamos de Élie Metchnikoff, Prêmio Nobel de Fisiologia em 1908 por experimentos relacionados à Imunologia, mas ainda mais reconhecido pelas contribuições para se entender o envelhecimento.

Poucos pesquisadores e estudiosos no mundo tiveram, têm ou terão a regalia ou privilégio de contrair um matrimônio tão vantajoso sob a ótica financeira ao ponto de assegurar recursos e aportes constantes que permitam desenvolver a intelectualidade de forma produtiva. Desta constatação deriva a necessidade por se buscar (da parte do pesquisador) e por se diversificar (da parte da sociedade) as fontes para financiamento de estudos acadêmicos. Em verdade, um desafio perene para qualquer pesquisador moderno consiste em obter recursos financeiros que viabilizem as linhas de pesquisa. Recebi com grande satisfação, portanto, a notícia da publicação pelo Programa Itaú Viver Mais, em conjunto com o Portal do Envelhecimento, do **Edital Acadêmico de Pesquisa 2021**, como forma de investimento social vindo da iniciativa privada e voltado à promoção da pesquisa acadêmica em tema de grande relevância coletiva. Fiquei ainda mais feliz ao ser

convidado para compor o quadro de pareceristas do Edital. No meu entendimento, não poderia ter havido escolha mais pertinente e apropriada por parte do binômio patrocinador (Itaú) – organizador (Portal) ao escolherem contribuir para a construção de conhecimentos na área da longevidade e participação plena da pessoa idosa em sociedade. Afinal, vivemos um momento crítico em nosso país.

O Brasil tem atualmente mais de 30 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, o que representa 13% da população, e terá 50 milhões até 2030, atingindo 24% do nosso contingente. A transição demográfica do Brasil é uma das mais rápidas do mundo. A partir de 2022, o país tem uma janela de oportunidade de 20 anos para implementar políticas com impacto positivo na população idosa. Apesar dos marcos legais vigentes e de legislação avançada, o Brasil fez progressos tímidos em implementar políticas que assegurem inclusão, participação e dignidade a pessoas idosas, o que exige respostas mais efetivas que façam frente às céleres mudanças demográficas e em relações sociais. Pelo exposto, não causa surpresa que ampla maioria das iniciativas de pesquisa selecionadas e apoiadas pelo referido Edital versem sobre a vulnerabilidade da pessoa idosa ou a inadequação de nossa sociedade em lhes proporcionar existência ou subsistência.

Neste cenário, acredito que a produção de conhecimento tem fundamental importância na construção de caminhos que promovam a proteção dos direitos humanos e o envelhecimento ativo. Diagnósticos situacionais, a exemplo dos expostos nesta obra, fi-

guram como etapas necessárias à adaptação e otimização dos serviços e equipamentos (públicos e privados) que permitirão enfrentar as transições demográficas, epidemiológicas e organizacionais que se processam de forma acelerada no país. Vida longa ao Programa Itaú Viver Mais! E que venham mais e mais investimentos sociais, tanto dessa fonte quanto de tantos outros propulsores das pesquisas nacionais. Afinal, engana-se quem ignora o potencial do setor produtivo brasileiro em atuar como forte propulsor do desenvolvimento de uma ciência aplicada a problemas reais. E será do alinhamento das capacidades da nossa academia com as potencialidades do nosso setor produtivo que poderão surgir iniciativas que atendam à população idosa a ponto de beneficiar essa faixa etária e proporcionar um envelhecer com futuro.

**Otávio de Tolédo Nóbrega**

*Doutor em Patologia Molecular pela UnB e UCLA/EUA. Pós-doutorado sênior pela USP e pela McGill University (Canadá); professor da Fundação Universidade de Brasília; pesquisador associado do Centre de Recherche de Institut Universitaire de Gériatrie de Montréal (CR-IUGM) e do Research Institute of the McGill University Health Centre (RI-MUHC/Canadá); presidente do Departamento de Gerontologia da SBGG-DF (2022-2025), Comissão Permanente em Formação Gerontológica da SBGG Nacional e editor-associado da Geriatrics, Gerontology and Aging. Conselheiro dos Direitos da Pessoa Idosa do Distrito Federal (gestões 2011-2015 e 2020-2024).*

# SUMÁRIO

---

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>9</b>
---------------------------	----------

*Anna Fontes e Beltrina Côrte*

<b>PREFÁCIO .....</b>	<b>15</b>
-----------------------	-----------

*Otávio de Tolêdo Nóbrega*

## **PARTE 1**

<b>SAÚDE FINANCEIRA E SEGURANÇA DE INTERNET .....</b>	<b>23</b>
---	-----------

Superendividamento de idosos: atendimentos realizados em um Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da região Sul do Brasil .....	25
---	----

*Anelise Crippa Silva*

*Camila Alen Porto*

Violência financeira contra idosos e dependência afetiva: percepções pós COVID-19 .....	53
---	----

*Cassiana Regina Leindecker*

*Jaqueline Pauluci Bosio*

*Regiane da Silva Macuch*

Violência Financeira contra os trabalhadores envelhecidos no Estado do Rio de Janeiro: reflexões sobre suas determinações e possíveis respostas de enfrentamento .....	77
--	----

*Simone da Cunha Tourino Barros*

*Fabrcia Vellasquez Paiva*

*Lorraine Fonseca Andrade da Silva*

*Rita do Nascimento Silvestre Dantas*

*Rosilene Araújo Costa*

## **PARTE 2**

### **SEGURANÇA DE ACESSO A BENS E SERVIÇOS ..... 103**

A mobilidade urbana e os entroncamentos da vida: Os rebatimentos dos deslocamentos feitos por trabalhadoras domésticas, em grandes centros urbanos, no processo de envelhecimento e na vivência da velhice ..... 105

*Amanda dos Santos Lemos*

Vivências de passageiros idosos da Capital Federal e entorno no transporte público urbano ..... 143

*Alda Abrahão Faiad de Moura*

*Eduarda Rezende Freitas*

Relatos de pesquisa: fluência digital e a construção do aplicativo DICA60+ para idosos no Pará ..... 187

*Elaide Martins*

*Camila de Andrade Simões*

*Heloá Pontes Maués*

*Wanderson Alexandre da Silva Quinto*

*Emilly Vitória Pinto Melo*

*Flaviane Marcia Lima dos Anjos*

*Renato Daniel da Cruz Santos*

## **PARTE 3**

### **EDUCAÇÃO DIGITAL E SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES NA REDE ..... 213**

Compreensão de informações sobre saúde na internet – desafios enfrentados por pessoas idosas ..... 215

*Gisele Garcia Zanca*

*Sabrina Amaral Martins Townsend*

*Josefina de Paula Moura*

*Fabiane Petean Soares de Lima*

*Rodrigo Jorge Salles*

*Karina Gramani-Say*

Pensamento Computacional como base para o Letramento Digital e  
Desenvolvimento Cognitivo da Pessoa Idosa ..... 241

*Andressa Kroeff Pires*

*Clarissa Bezerra de Melo Pereira Nunes*

*Marcos Vinícius de Lima Miranda*

*Isabel Dillmann Nunes*

Abordagens nas mídias sobre apropriação e inclusão digital por pessoas  
idasas ..... 269

*Cintia Liesenberg*

**Biografias** ..... 297

# **PARTE 1**

**SAÚDE FINANCEIRA E SEGURANÇA  
DE INTERNET**

**Superendividamento de idosos:  
atendimentos realizados em um  
Centro Judiciário de Solução  
de Conflitos e Cidadania da  
região Sul do Brasil**

*Anelise Crippa Silva*

*Camila Alen Porto*





## Introdução

O aumento da população na sociedade brasileira revela inúmeros desafios. Um dos aspectos que anseiam por políticas públicas eficazes é a violência<sup>2</sup> contra pessoas idosas. As fragilidades e a vulnerabilidade decorrentes do processo de envelhecimento os tornam vítimas em potencial.

Um tipo de violência comumente enfrentado pela população idosa é a violência financeira. As ofertas excessivas de empréstimos e créditos, aliadas a abusos financeiros de familiares e outras situações pessoais (desemprego, diminuição de renda, perda de familiar provedor etc.) desencadeariam o superendividamento. A pessoa idosa se encontra sem condições de arcar com os compromissos assumidos sem prejudicar o sustento, levando-a à necessidade de negociação do débito.

---

1 O presente trabalho foi realizado com o apoio do Itaú Viver Mais e do Portal do Envelhecimento e Longevidade.

2 Para saber sobre os tipos de violência, acesse o Portal do Envelhecimento, sobretudo o artigo intitulado "Violência financeira contra idosos", de Anelise Crippa e Camila Alen Porto Alegre, desenvolvido com apoio do Itaú Viver Mais e do Portal do Envelhecimento, por meio do edital acadêmico de pesquisa 2021, produto 3.

Schmitt (2014), ao tratar da hipervulnerabilidade da pessoa idosa como consumidora, indica que a parcela da sociedade é alvo constante da publicidade, que a incentiva ao consumo não pela exigência do produto, mas pela representação social, não se sentir deslocada do convívio social. A aquisição dos produtos com frequência deixa de ser pela utilidade para ser “conquista cultural”. O incentivo de consumo impulsiona a aquisição de créditos consignados, levando a pessoa idosa à “compulsão consumista” (SCHMITT, 2014, p. 142).

Ademais, situações que persuadem a pessoa idosa a entregar bens, recursos financeiros, móveis e imóveis ao indivíduo responsável pelos cuidados não são incomuns (SCHMITT, 2014). A violência financeira, ou abuso financeiro, é frequentemente verificada nos lares. Pessoas que deveriam ter a atribuição do cuidado de zelo passam a ser agressores e exploradores das finanças.

As diversas formas de exploração desencadeariam situações em que a pessoa idosa se torna incapaz de arcar com o sustento e adimplir as dívidas assumidas em seu nome. Visando dirimir os conflitos e restabelecer o crédito da pessoa idosa, existem os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs), unidades do Poder Judiciário com sessões e audiências de conciliação e mediação, e prestam atendimento e orientação aos cidadãos. Objetivam preservar

o mínimo existencial ao endividado, que surgirá da construção conjunta entre conciliador, devedor e credor(es), sem imposição de decisão judicial (BERTONCELLO, 2015).

Os CEJUSCs tornam viável a resolução do litígio por meio do diálogo, conduzido por um terceiro imparcial - mediador ou conciliador. Têm o objetivo de apresentar uma resolução adequada do conflito, estimulando a participação do cidadão, para serem protagonistas na tomada de decisão. Os atendimentos são formas autocompositivas de solução de conflito, ou seja, não há imposição, mas a construção conjunta entre os litigantes envolvidos, com vistas a buscar a melhor forma de resolver o conflito.

Dentre as inúmeras formas de atendimento via CEJUSC, há sessões de superendividamento, em que se reúnem todos os credores com a pessoa idosa e se tenta viabilizar a negociação, permitindo que a pessoa idosa restabeleça seu crédito perante a sociedade. Todavia, a negociação resolveria uma questão momentânea, mas espera-se que a resolução da violência financeira seja atingida, para a pessoa idosa não ter novos problemas de dívidas impagáveis.

O objetivo do presente trabalho é analisar, em um primeiro momento, os casos de superendividamento que envolvem pessoas idosas, retrospectivamente. Em um segundo momento, procura-se entender, pelo olhar do mediador, como ocorreria a prevenção de futura reincidência de superendividamento.

## **Metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa**

Primeiramente, houve pesquisa nas sessões de superendividamento de um CEJUSC regional da cidade de Porto Alegre/RS, seguida de entrevista com os mediadores que atuaram nas sessões. A primeira etapa, com os dados do CEJUSC, foi retrospectiva de 2018 a 31 de agosto de 2022, com análise dos registros do sistema Methis e do formulário socioeconômico aplicado pelo CEJUSC nas solicitações de sessão de superendividamento.

Para a pesquisa no sistema Methis, foi utilizado, via perfil de administrador, o filtro *sessões de superendividamento baixados*, ou seja, aquelas já finalizadas no período investigado. Como a partir de 2022 o CEJUSC investigado passou a cadastrar as sessões de superendividamento como mediação cível, foi utilizado ainda o filtro *mediação cível* no sistema Methis. Analisou-se um a um os casos, para verificar se se tratava de superendividamento. Em caso positivo, se integrariam os dados da pesquisa.

As variáveis do estudo versaram sobre os dados sociodemográficos dos envolvidos (sexo, idade, escolaridade, estado civil) e informações pertinentes à sessão e à temática de violência, como a quantidade de dependentes, o motivo que le-

vou ao superendividamento, o número de credores e se houve acordo no atendimento. Foi possível analisar a quantidade de mediadores/conciliadores envolvidos no atendimento. Como critério de exclusão, se utilizou a faixa etária abaixo de 60 anos à época do atendimento.

A etapa investigada ocorreu quantitativamente. Todos os dados foram armazenados em planilha Excel e analisados pelo software SPSS, versão 17.0. Para comparar as frequências das diferentes variáveis, utilizou-se o teste do qui-quadrado de Pearson. As variáveis ordinais foram comparadas pelo teste de tendência linear do qui-quadrado, considerados significativos valores de  $P < 0,05$ .

Na segunda etapa houve um convite aos mediadores que atuam no superendividamento para responder a um questionário. Esse instrumento de coleta foi desenvolvido virtualmente pelo Google Forms, e compartilhado nos grupos de WhatsApp dos CEJUSCs. Tendo em vista que um mediador/conciliador atua em diversos CEJUSCs, essa etapa não se restringiu a um único local. Utilizou-se a metodologia bola de neve (VINUTO, 2014), para mediadores/conciliadores de diversos CEJUSCs do Sul do país participarem.

A etapa dois constitui-se em investigação quantitativa e qualitativa, que utiliza dados sociodemográficos (idade, estado civil, escolaridade), informações gerais de atuação (CE-

JUSC em que atua, tempo de atuação) e informações específicas do superendividamento de pessoas idosas (frequência da presença desse grupo nos atendimentos, vítimas de violência financeira, uso das sessões de superendividamento como prevenção de violência financeira, abordagem da educação financeira nas sessões, meios de melhorar as sessões) e informações administrativas (treinamento específico para atendimento, tempo de duração das sessões e relacionamento com a Secretaria do CEJUSC).

Para analisar as questões qualitativas, utilizou-se a análise de conteúdo de Laurence Bardin (2011), em três etapas: a) leitura das entrevistas, buscando identificar uma visão coletiva dos mediadores/conciliadores e o superendividamento; b) recorte dos trechos dos depoimentos, por meio de leitura horizontal, buscando localizar convergências e divergências nos questionários; c) leitura vertical, para identificar expressões, palavras e frases relacionadas à violência financeira, às pessoas idosas e ao superendividamento. Para sigilo da identidade dos entrevistados, foi substituída por número.

O critério de inclusão utilizado foi participar de atendimento de superendividamento. Em relação aos aspectos éticos, a presente pesquisa seguiu as recomendações da Resolução 510 (BRASIL, 2016).

## **Pesquisa de campo**

Conforme explicado, a pesquisa se dividiu em dois momentos: o primeiro centrou-se nas sessões de superendividamento que ocorreram no CEJUSC regional de Porto Alegre, com os dados coletados retrospectivamente; e o segundo voltado aos mediadores e conciliadores que atuam nos atendimentos, com questionário desenvolvido para coleta de dados da presente pesquisa.

### *Primeira etapa da pesquisa: sessões de superendividamento*

A pesquisa ocorreu em um CEJUSC em um Foro Regional da cidade de Porto Alegre/RS. Durante os cinco anos coletados (2018-2022[agosto]), identificaram-se 81 atendimentos, desenvolvidos por 16 mediadores/conciliadores.

Dos atendimentos, a maioria teve como credor uma pessoa idosa, correspondendo a 44 casos (54,32%), incluídos no estudo. A maioria das pessoas idosas era do sexo feminino (61,4%), com idade de 70 a 79 anos (54,5%), casadas ou em união estável (36,4%) (Tabela 1).

**Tabela 1 - Dados sociodemográficos coletados nos documentos das sessões de superendividamento pesquisadas**

<b>Dados sociodemográficos</b>	<b>População N (%)</b>
<b>Sexo</b>	
Feminino	27 (61,4)
Masculino	17 (38,6)
<b>Faixa etária</b>	
60-69	19 (43,2)
70-79	24 (54,5)
80 ou +	1 (2,3)
<b>Estado civil</b>	
Solteiro(a)	11 (25,0)
Casado(a)/União estável	16 (36,4)
Separado(a)/Divorciado(a)	12 (27,3)
Viúvo(a)	5 (11,4)
<b>Escolaridade</b>	
Ensino Fundamental	17 (38,6)
Ensino Médio	17 (38,6)
Ensino Superior	9 (20,5)
Pós-graduação	1 (2,3)
<b>Profissão</b>	
Funcionário(a) público(a)	6 (13,6)
Profissional liberal	2 (4,5)
Aposentado(a)	24 (54,5)
Pensionista	5 (11,4)
Não informou	7 (15,9)
<b>Total</b>	<b>44 (100)</b>

*Fonte: Elaborado pelas autoras (2022)*



Na Tabela 2 é possível verificar as variáveis utilizadas. Em 2018, não foram localizadas sessões de superendividamento envolvendo pessoas idosas. A maioria dos atendimentos ocorreu no período de pandemia da Covid-19, ou seja, atendimentos on-line, em 2020 (48,7%) e 2021 (41,0%).<sup>1</sup> Foi possível identificar a quantidade de dependentes da pessoa idosa credora, dado relevante para dimensionar possível exploração financeira. Nesse item, constatou-se que a maioria (76,9%) não possuía dependentes ou tinha apenas uma (1) pessoa que dependia economicamente.

A sessão de superendividamento procura reunir todos os credores, podendo ocorrer situações em que há apenas um credor, em que o valor é tamanho que leva à situação de superendividamento. O conceito de superendividado é não ter recursos para adimplir os débitos sem prejudicar o seu sustento, pois o comprometimento do rendimento mensal impediria o pagamento das dívidas.<sup>2</sup>

---

3 Cabe ressaltar que a coleta do ano de 2022 se deu até agosto.

4 Leia mais sobre superendividamento e as alterações legislativas no artigo publicado na Revista Longeviver, em 2022, de Anelise Crippa e Camila Alen Porto Alegre, intitulado "Superendividamento dos idosos". O referido artigo faz parte da pesquisa científica desenvolvida com o apoio do Itaú Viver Mais e do Portal do Envelhecimento, produto 2 do edital.

Foram identificadas sessões com apenas um (1) credor (7,3%), que correspondem a pequena parcela das pessoas idosas que participaram. Grande parte tinha débitos com duas ou três empresas (48,7%), havendo um número de endividados com mais de três credores (15,4%).

Apenas 25,6% dos atendimentos foram bem-sucedidos, havendo desfecho com acordo. Os demais não tiveram acordo (38,5%), ou não ocorreram por falta de comparecimento de um dos envolvidos (credor ou devedor), ou mesmo pela ausência de ambos, sendo dada como prejudicada (35,9%).

Como as mediações e conciliações têm o foco na comunicação, entender o motivo que levou a pessoa idosa à situação de superendividamento é significativo, ainda mais quando se analisa o viés da violência financeira e da vulnerabilidade da pessoa idosa submetida a excessivas ofertas de créditos e produtos. Infelizmente, a maioria das pessoas idosas (51,3%) optaram não informar o motivo. O dado permite diversas reflexões, incluindo a possibilidade da violência financeira intrafamiliar. Dos motivos informados, a própria doença ou de familiar foi o item mais citado, correspondendo a 20,5% dos casos.

**Tabela 2 - Variáveis estudadas**

<b>Variável</b>	<b>População N (%)</b>
<b>Número de dependentes</b>	
0 a 1	30 (76,9)
2 a 3	8 (20,5)
Mais de 3	1 (2,6)
<b>Ano da sessão de superendividamento</b>	
2019	1 (2,6)
2020	19 (48,7)
2021	16 (41,0)
2022 (até agosto)	3 (7,7)
<b>Quantidade de empresas credoras</b>	
Apenas 01	14 (35,9)
02 a 03	19 (48,7)
Mais de 03	6 (15,4)
<b>Desfecho do atendimento</b>	
Com entendimento	10 (25,6)
Sem entendimento	15 (38,5)
Prejudicada	14 (35,9)
<b>Causa da dívida</b>	
Doença pessoal ou familiar	8 (20,5)
Desemprego	2 (5,1)
Divórcio, separação ou dissolução de união estável	2 (5,1)
Redução de renda	6 (15,4)
Morte	1 (2,6)
Não informou	20 (51,3)
<b>Total</b>	<b>44 (100)</b>

*Fonte: Elaborado pelas autoras (2022)*

Ainda foi possível identificar o resultado significativo entre alguns fatores investigados (Tabela 3). Pode-se constatar a relação entre escolaridade e desfecho da sessão, em que quanto menor a escolaridade do mediando/conciliando maior a chance de haver entendimento.

**Tabela 3 – Relação entre a escolaridade e o desfecho da sessão de superendividamento**

Variável	Entendi- mento N (%)	Sem enten- dimento N (%)	Prejudi- cada N (%)	P*
<b>Escolaridade</b>				
Ensino Fundamental	8 (47,1)	5 (29,4)	4 (23,5)	
Ensino Médio	2 (11,8)	10 (58,8)	5 (29,4)	0,022
Ensino Superior	1 (11,1)	2 (22,2)	6 (66,7)	
Pós-graduação	0	1 (100)	0	

\*Valor de P calculado pelo teste de tendência linear do qui-quadrado.

*Fonte: Elaborado pelas autoras (2022)*

Em relação ao gênero e ao motivo que levaram ao superendividamento, foi possível verificar resultado significativo. A maioria dos homens teve como motivo doença pessoal ou familiar (41,2%); as mulheres, em sua maioria (63,0%), opta-

ram em não informar o motivo. O fator do desemprego e da redução de renda não apresentou diferença entre os gêneros, conforme se verifica na Tabela 4.

**Tabela 4 – Relação entre o gênero e o motivo do superendividamento**

Variável	Masculino	Feminino	P*
	N (%)	N (%)	
<b>Motivo</b>			
Doença pessoa ou familiar	7 (41,2)	4 (14,8)	
Desemprego	1 (5,9)	1 (3,7)	0,048
Divórcio/separação	2 (11,8)	0	
Redução de renda	3 (17,6)	3 (11,1)	
Morte	0	2 (7,4)	
Não informou	4 (23,5)	17 (63,0)	

\* Valor de P calculado pelo teste qui-quadrado de Pearson.

*Fonte: Elaborado pelas autoras (2022)*

Traçou-se um perfil e levantaram-se relevantes pontos de reflexão sobre as sessões de superendividamento. Comprovou-se que os atendimentos, no CEJUSC pesquisado, em relação ao superendividamento, têm sido mais significativos para pessoas idosas. Deve-se refletir quanto

aos dados que estatisticamente mostram que pessoas de baixa escolaridade aderem mais a acordos do que pessoas de alta escolaridade, assim como os motivos que geram o superendividamento, que variam com o gênero (masculino ou feminino).

***Segunda etapa da pesquisa: atendimento do superendividado – mediadores e conciliadores***

Quem atende à pessoa idosa tem significativo papel, pois deve-se estar devidamente preparado e capacitado. E sempre ser feito por mediadores ou conciliadores, de acordo com o tipo de sessão. Existe diferença entre a formação do mediador e do conciliador.

O mediador é a pessoa qualificada que tem pelo menos dois anos de graduação, em qualquer curso do Ensino Superior, com capacitação em mediação de conflitos. Conforme ressalta Bertonecello (2015, p. 122), “o conciliador exerce papel determinante na renegociação das dívidas e respectivo resgate da saúde financeira do superendividado”, pois conduz a aproximação entre os envolvidos. O CEJUSC investigado optou, a partir de 2022, em alocar os pedidos de superendividamento como mediação, pois assim há mais tempo para o atendimento ocorrer (até duas horas por sessão), e o

mediador pode ser remunerado por dotação orçamentária do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.<sup>5</sup> Todo mediador está habilitado para realizar conciliações.

O conciliador pode ser um acadêmico de qualquer curso de Ensino Superior que opte pela formação em conciliação, ou seja, não é preciso ter concluído formação em Ensino Superior, mas realizar um curso específico, conforme a Resolução 125 (CNJ, 2010), do Conselho Nacional de Justiça, para estar apto a conciliar.<sup>6</sup> Normalmente, as sessões de superendividamento são conciliações. Todavia, são repletas de complexidade, pois nelas há diversos credores envolvidos, além das especificações da lei de superendividamento.

Obrigatoriamente, os credores precisam comparecer com uma proposta, ou mais de uma se assim desejarem, visando ao parcelamento do débito. O parcelamento não poderá ser superior a 60 parcelas. Do devedor se espera que compareça com um plano de renegociação, contemplando o pagamento de todos os credores. Os comparecimentos são registrados, e as

---

5 De acordo com o Ato 047/2021-P (RIO GRANDE DO SUL, 2021), o mediador receberá 2 URC em caso de ocorrência de sessão, independentemente de acordo, por pagamento via dotação orçamentária, em se tratando de mediados sem condições financeiras de arcar com os valores decorrentes de atendimento (normalmente os quais têm atribuído assistência judiciária gratuita). Como o caso em tela diz respeito ao superendividamento, são considerados sem condições de realizar esse pagamento, motivo que enseja o adimplemento via Estado. O ato diz respeito exclusivamente ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

6 Para saber mais sobre os requisitos para ser um conciliador, ver CNJ (2022).

propostas apresentadas, independentemente se aceitas ou não, pois a sua ausência ou a não apresentação de opções de pagamento podem gerar multa por parte do credor (BRASIL, 2021).

Há significativas diferenças entre o instituto da mediação e o instituto da conciliação. Na mediação não é possível sugerir ou dar opinião, mas na conciliação sim, desde que não obrigue o mediando a aceitar nem cause constrangimento ou intimidação. A conciliação é indicada para casos sem vínculo anterior entre os envolvidos; e a mediação, ao contrário, é utilizada nos casos em que há vínculo anterior, como nos envolvendo vizinhos, familiares, pessoas amigas, dentre outros (BRASIL, 2015).

O objetivo central da mediação é o restabelecimento da comunicação, por isso não se foca unicamente no acordo da demanda, mas para a comunicação permitir melhor entendimento do posicionamento da outra parte e quiçá levar a um entendimento. Na mediação não podem ocorrer sugestões por parte do mediador quanto ao que deve ser escolhido ou decidido pelos mediandos; já a conciliação é mais voltada à tentativa do entendimento, acordo e negociação entre os envolvidos.

O mediador proporciona “momentos de diálogo em que a cooperação e o respeito se fazem imprescindíveis para que os próprios participantes busquem a solução” (BRAGA NETO, 2017, p. 106). Seja mediador ou conciliador, a pessoa que re-



alizará o atendimento tem papel importante, e sua opinião é essencial para melhora dos atendimentos. Ao aplicar o instrumento de coleta de dados nesse grupo, dentre os seus questionamentos estão: percepção sobre a pessoa idosa procurar mais o superendividamento; pessoa idosa ser vítima de violência financeira; forma de prevenir/tratar o superendividamento.

A segunda etapa da pesquisa teve mais desafios, em especial quanto à adesão dos participantes. Com vistas à tentativa de ampliação de participantes e diante da realidade que um mediador/conciliador atua em diversos CEJUSCs, o instrumento de coleta de dados foi disponibilizado via WhatsApp, utilizando-se o Google Forms. Pela metodologia bola de neve, foi propagado em diversos grupos de CEJUSCs do Rio Grande do Sul.

Apesar dos esforços em alcançar um maior número de pessoas, apenas seis mediadores/conciliadores participaram da pesquisa. Todos atuavam no CEJUSC central da pesquisa, situado em Porto Alegre, e dois também atuavam em outras localidades.

Em relação aos dados sociodemográficos, a maioria dos participantes (66,66%) tinha mais de 40 anos de idade; pós-graduados (66,7%); cor autorrelatada predominante branca (83,3%); estado civil, 33,3% solteiros, 33,3% casados, 16,7% divorciados e 16,7% viúvos. Quanto ao tempo que atuavam dentro do superendividamento, 33,3% declararam há menos de um ano; 33,3%, há dois anos; e 33,3%, há mais de dois anos.

Ao serem questionados sobre a sua percepção em atender mais pessoas idosas do que pessoas não idosas, 66,7% dos mediadores/conciliadores responderam que os atendimentos são mais frequentes a pessoas idosas. A percepção corrobora os achados na etapa 1 da pesquisa, em que foi possível identificar que 54,32% dos casos atendidos envolviam uma pessoa idosa.

Na pergunta relacionada à sua percepção, nos casos em que atuou dentro do superendividamento, se foi possível identificar se alguma pessoa idosa estava sendo vítima de violência financeira, 66,7% responderam “sim”. Nessa categoria, abusos familiares foram relatados como violência contra a pessoa idosa, conforme se verifica nos seguintes relatos:

*“Idoso sendo explorado financeiramente por nova companheira mais jovem, que realizava empréstimos consignados em seu nome”.* **(Mediador/conciliador 1)**

*“A neta se apropriava do cartão da idosa, contraindo diversas dívidas”.* **(Mediador/conciliador 3)**

*“Caso em que os familiares pediam ao idoso que efetuasse empréstimos consignados”.* **(Mediador/conciliador 5)**

*“Abuso de familiares”.* **(Mediador/conciliador 6)**

Questionados sobre a forma de evitar o superendividamento, a informação, com a transmissão de conhecimento sobre a educação financeira, foi o ponto de maior convergência e o mais referido entre os participantes, conforme mostra o Quadro 1. Informar e explicar sobre como funciona o crédito, as taxas decorrentes dos empréstimos e reflexos do consumo são essenciais para a pessoa idosa, amparada pelos familiares, se assim necessitar de auxílio, faça bom uso e evite o superendividamento.

### **Quadro 1 – Resposta dos mediadores/conciliadores questionados sobre a forma de evitar o superendividamento**

<b>Mediadores/ conciliadores</b>	<b>Respostas</b>
1	“Com educação financeira”
2	“Consciência e informação”
3	“Uma forte divulgação de políticas públicas sobre esse tema, também levantando a reflexão nos familiares sobre o acompanhamento nos casos em que precisem ir a uma instituição financeira”
4	“Orientação financeira. Ensinar sobre taxas de juros. Uso site Bacen para verificar taxas”
5	“Oferecendo esclarecimentos ao idoso e aos seus familiares diretamente envolvidos, de forma objetiva e em linguagem acessível, mostrando as mazelas advindas principalmente das ‘falsas facilidades de crédito’”
6	“Educação financeira, restrição ao crédito muito facilitado, maior consciência de familiares”

*Fonte: Elaborado pelas autoras (2022)*

No que tange à prevenção do superendividamento, 100% dos mediadores/conciliadores participantes consideram as sessões de superendividamento ferramenta hábil para prevenir novos débitos, porém, apenas 33,3% realizam, ao final da sessão, indicação de educação financeira.

Entre as formas de prevenção, Bucar (2017) ressalta a ampla informação que se deve ter acerca do produto obtido, assim como a quantidade de prestações, multas em caso de inadimplência e juros nas prestações. É relevante esclarecer as consequências de um possível inadimplemento e dar direcionamento ao consumidor para contratar de acordo com a situação financeira.

Por fim, com vistas a prestar um atendimento mais significativo em sessões futuras de superendividamento, os mediadores/conciliadores foram questionados sobre a forma de melhorá-las, sendo que a orientação prévia prevaleceu entre os participantes, conforme mostra o Quadro 2.

## Quadro 2 – Resposta dos mediadores/conciliadores questionados sobre como as sessões poderiam melhorar

Mediadores/ conciliadores	Respostas
2	“Suporte multidisciplinar e orientação financeira prévias à sessão”
4	“Se pudesse esclarecer sobre educação financeira taxas etc.”
1	“Com indicação de formulação de plano financeiro para haver ideia real de quanto pode comprometer seu sustento para pagar as dívidas”

*Fonte: Elaborado pelas autoras (2022)*

Ainda sobre a questão, o mediador/conciliador 5 ressaltou a importância do diálogo com os familiares, que poderiam estar agindo sem a percepção do cometimento de violência contra a pessoa idosa: *“Reunindo os familiares e levando-os à percepção da violência velada a que submetem o idoso, especificamente no caso tratado”*. Deve haver reflexão das formas de melhoria e enfrentamento do superendividamento, pois os meios consensuais incrementam o atual Sistema de Justiça, porém não aniquilam rapidamente as demandas (SILVA, 2018).

Em relação às questões administrativas, a maioria dos mediadores/conciliadores está satisfeita com o tempo que dispõe para o atendimento (83,3%) – deve-se lembrar que o CEJUSC investigado ampliou o tempo da sessão para duas

horas, que não é o tempo de praxe das sessões de superendividamento no geral. A maioria recebeu algum treinamento para atendimento no caso de superendividamento (66,7%); e todos os entrevistados se sentem acolhidos pelo CEJUSC em que atuam (100%).

### **Considerações finais**

Após o trabalho, é possível refletir sobre melhorias que podem ocorrer para prevenir o superendividamento da pessoa idosa. Conforme exposto, esse grupo da sociedade é atingido cada vez mais pela violência financeira, que leva a situações extremas, como a não possibilidade de a pessoa idosa arcar com o sustento (mínimo existencial) e adimplir com as dívidas contratadas.

Os abusos financeiros permanecem, em sua maior forma no âmbito familiar. Os que deveriam ser os protetores da pessoa idosa, em momento de fragilidade e vulnerabilidade que o processo de envelhecimento ocasionaria, são os agressores, na maioria das vezes. O crédito fácil e facilitado as torna vítimas em potencial, pela oferta excessiva de produtos, necessidade de consumo ou abuso dos familiares.

Aos que oferecem o crédito, independentemente de a pessoa idosa ir buscá-lo por necessidade própria, ou induzida

por familiar, fica como “essencial” a decisão informada, ou seja, cientificar-se de que entendeu todas as condições, parcelas, juros decorrentes, e se é viável nas condições financeiras que possui.

O trabalho desenvolvido pelo Poder Judiciário, por intermédio dos CEJUSCs, seus mediadores e conciliadores, merece destaque, pois objetiva uma forma efetiva de solucionar os conflitos com a autocomposição. As sessões cumprem papel social em relação à educação financeira, pois buscam a prevenção de novas situações de superendividamento.

## Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**: revisada e ampliada. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERTONCELLO, K. R. D. **Superendividamento do consumidor**: mínimo existencial – casos concretos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

BRAGA NETO, A. **Mediação**: uma experiência brasileira. São Paulo: CLA Editora, 2017.

BRASIL. **Lei n. 14.181, de 1º de julho de 2021**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14181.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14181.htm). Acesso em: 16 out 2022.

\_\_\_\_\_. **Resolução n. 510, de 07 de abril de 2016.** Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 16 out. 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm). Acesso em: 16 out. 2022.

BUCAR, D. **Superendividamento:** reabilitação patrimonial da pessoa humana. São Paulo: Saraiva, 2017.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Conciliadores e mediadores.** [2022]. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-aco-es/conciliacao-e-mediacao/perguntas-frequentes-7/conciliadores-e-mediadores/>. Acesso em: 16 out 2022.

\_\_\_\_\_. **Resolução n. 125, de 29 de novembro de 2010.** Disponível em: [https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/Resolucao\\_n\\_125-GP.pdf](https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/Resolucao_n_125-GP.pdf). Acesso em: 16 out. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Rio Grande Do Sul. **Ato 047/2021-P.** Dispõe sobre a remuneração de conciliadores(as) e a mediadores(as) em atuação nos centros judiciários de solução de conflitos e cidadania (CEJUSC'S) deste Tribunal de Justiça. 2021.

SCHMITT, C. H. **Consumidores hipervulneráveis:** a proteção do idoso no mercado de consumo. São Paulo: Atlas, 2014.



SILVA, E. B. Conciliação. *In*: SILVEIRA, J. J. C. (org.). **Manual de negociação, conciliação, mediação e arbitragem**: introdução às soluções adequadas de conflitos. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014. Doi: <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>.

## **Agradecimentos**

Agradecemos ao CEJUSC do Foro Regional do Partenon, em Porto Alegre/RS, na pessoa da juíza coordenadora dra. Dulce Ana Gomes Opptiz, pela autorização para a pesquisa, e a toda a equipe que viabilizou e acolheu a pesquisadora principal nas coletas, sobretudo Débora Coiro, servidora, e Kelly Divane Munhoz Barbosa, estagiária. Agradecemos aos colegas mediadores que se disponibilizaram a participar da pesquisa e compartilharam o link da pesquisa em outros CEJUSCs, assim como os demais CEJUSCs, que permitiram que o link fosse compartilhado em seus grupos de WhatsApp. Por fim, agradecemos à dra. Paula Engroff, pelo auxílio na análise final estatística dos dados quantitativos analisados.

# **Violência financeira contra idosos e dependência afetiva: percepções pós-Covid**

*Cassiana Regina Leindecker*

*Jaqueline Pauluci Bosio*

*Regiane da Silva Macuch*

## Introdução

Neste capítulo buscamos refletir sobre o tema da violência e suas consequências na qualidade de vida dos idosos. Trabalhamos no ideal de conceituar a violência e contribuir com a temática, articulando violência e saúde. Mesmo a violência não sendo tema específico da saúde, devemos considerá-la, pois seu impacto acomete o indivíduo bio-psico-fisiologicamente.

O tema intriga as autoras há alguns anos, gerando dúvidas ainda sem explicação plausível que justifique atos violentos cometidos contra os idosos, pois deveriam ser protegidos por toda a sociedade, memória de um povo que conseguiu avançar em sua longevidade.

Assim, este estudo resultou na entrega de oito diferentes produtos pensados e materializados de maneira fluida, ou seja, surgiram conforme o tema violência contra idosos foi trabalhado. Iniciamos discutindo de maneira ampla os diversos aspectos relacionados ao envelhecimento em países desenvolvidos e em desenvolvimento, como qualidade de vida dos idosos, fragilidades, violências contra eles. Parafraseando a filósofa Hannah Arendt (1994), “a violência

dramatiza causas”, e possibilita à sociedade a compreensão dos próprios limites.

Portanto, apresentamos neste capítulo mais precisamente conteúdos vinculados à violência financeira contra pessoas idosas, resultantes da parceria com o Itaú Viver Mais e Portal do Envelhecimento. As instituições deram oportunidade, por meio do Edital Acadêmico de Pesquisa 2021: “Envelhecer com futuro”, a criação de uma ideia, seu desenvolvimento e execução para ajudar no esclarecimento, e se possível, denúncia, redução e aniquilação da violência financeira contra o idoso.

## **VIOLÊNCIA CONTRA PESSOA IDOSA**

Ato único ou repetido que cause danos, sofrimento psicológico ou físico a pessoa idosa, por quem eles possuem expectativa de confiança.

Discorreremos sobre a temática, valorizando olhares e pontos de vista diversificados com base em diversos autores. Assim, o objetivo com o estudo foi compreender a violência patrimonial contra a pessoa idosa visando estratégias de prevenção. Os dados foram coletados no município de Maringá, PR. Entrevistamos 399 pessoas idosas por meio de amostragem aleatória e estatisticamente representativa no município.

Nosso estudo resultou nos seguintes produtos:

## Quadro 1: Produtos resultantes da pesquisa realizada

<b>Produtos entregues</b>
1. Apresentação de resumo no XI Seminário em Promoção da Saúde e II Seminário Internacional da Universidade Promotora da Saúde - Novos Cenários em Promoção da Saúde, evento acadêmico no Brasil, sob o título: “O idoso e a violência patrimonial”.
2. Artigo publicado na Revista Longevidade - Ano IV – 16, Out/Nov/Dez, 2022, sob o título: “ <i>Violência contra o idoso: urgente?</i> ”. Disponível em: <a href="https://revistalongevidade.com.br/index.php/revistaportal/issue/view/85/showToc">https://revistalongevidade.com.br/index.php/revistaportal/issue/view/85/showToc</a>
3. Artigo para o blog do Portal do Envelhecimento sob o título: “ <i>A pessoa idosa e a lei</i> ”. Disponível em: <a href="https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/a-pessoa-idosa-e-a-lei/">https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/a-pessoa-idosa-e-a-lei/</a>
4. Vídeo para Canal Youtube sob o título: <i>O que você acha de aprender um pouco sobre violência financeira?</i> . Disponível em : <a href="https://www.youtube.com/watch?v=eVZ5Yg5soXk">https://www.youtube.com/watch?v=eVZ5Yg5soXk</a>
5. Submissão do artigo para Revista Saúde Coletiva, com Qualis A2, sob o título: “ <i>Violência Financeira: Dados Sociodemográficos de Idosos</i> ”
6. Comunicação oral no Congresso Internacional Conference on Research in Education, decorrida online, na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, Portugal, sob o título: “ <i>Percepção do Jovem Universitário Sobre o seu Envelhecimento: Marcas da Intergeracionalidade</i> ”
7. Este capítulo de livro que ora se apresenta sob o título: “ <i>Violência Financeira Contra Idosos e Dependência Afetiva: Percepções Pós-Covid-19</i> ”

*Fonte: Elaborado pelas autoras (2022)*

## **A violência sob olhares diversos**

O envelhecimento populacional é fato notado em todo o mundo. Fatores como queda da fecundidade, redução da taxa de mortalidade com aumento da expectativa de vida dos indivíduos são determinantes dessa realidade. Conceitos multidimensionais, o envelhecimento humano perpassa aspectos biológicos, econômicos, familiares, ambientais e, principalmente, o individual e o sociocultural. Como processo cronológico, gradual e contínuo, altera naturalmente funções corporais fisiológicas e cognitivas, reduzindo capacidades de adaptação orgânica (SANT'ANA *et al.*, 2003; MELO *et al.*, 2002).

O envelhecimento é variável de indivíduo para indivíduo. Mesmo aqueles inseridos no mesmo grupo social e expostos às mesmas variáveis ambientais, têm comportamentos genéticos e fisiológicos diversos.<sup>1</sup>

Com o crescimento da população idosa, nota-se o aumento da violência nesse grupo etário. Isso se deve ao fato de os idosos ficarem mais vulneráveis e dependentes de outras pessoas para as atividades básicas da vida diária, sobretudo quando se trata de pessoas com déficit cognitivo ou limitações naturais do próprio envelhecimento, que acarreta menor defesa e oportuniza a ação de agressores, seja por dependência econômica ou psíquica (BARCELOS e MADUREIRA, 2013).

Segundo dados da Secretaria Nacional da Família, ligada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, homens e mulheres acima de 60 anos representam aproximadamente 14,26% (2020) da população brasileira. Segundo projeções do IBGE, em 2060 os idosos devem chegar a ser aproximadamente um terço dos brasileiros (32,2% da população). Ainda segundo este estudo, em 2020, 69% dos idosos no Brasil viviam com renda pessoal mensal de até dois salários mínimos. A pobreza nessa faixa etária é um desafio mais grave, na medida em que, em geral, aumentam os custos com o tratamento de problemas de saúde, cuidados especiais, dentre outros (BRASIL, 2021).

Outro dado importante comprovado é que cada vez mais os idosos se tornam a pessoa de referência da família, ou seja, responsável pelas despesas com habitação, aluguel, condomínio, entre outros custos. Isso demonstra que a pobreza é um fator que agrava as condições de vida das famílias brasileiras, pois o valor da cesta básica, na cidade de São Paulo, foi de R\$ 749,78. Quando se compara o custo da cesta e o salário mínimo líquido, ou seja, após o desconto de 7,5%, referente à Previdência Social, verifica-se que o trabalhador remunerado pelo piso nacional comprometeu em média, em agosto de 2022, 58,54% do rendimento para adquirir os produtos alimentícios básicos (DIEESE, 2022).

Entre 2001 e 2015 a porcentagem de pessoas com mais de 60 anos que são referência na família cresceu mais de 50%,

aumentando de 5,88% para 9,2% (pesquisa da Secretaria da Família). Isso em parte, segundo Balassiano (2020), se deve às crises políticas, econômicas e sanitárias que o Brasil enfrenta durante os últimos anos, deixando a economia para trás quando comparada a outros países do mundo, causando o empobrecimento relativo.

O processo de envelhecimento humano, acrescido de integralidade, perpassa o biológico, o físico, o econômico, o familiar, principalmente o individual e o sociocultural.

Balassiano (2020) e Machado (2019) assinalam que compreender a vulnerabilidade no envelhecimento humano indica grupos de idosos frágeis, com características como idade superior a 80 anos, que residem sozinhos, mulheres, especialmente as solteiras e as viúvas, abrigadas em instituições, e de certa forma isolados socialmente. E ainda os que não têm filhos e apresentam limitações severas ou incapacidades, ou seja, casais em que um dos cônjuges é incapacitado, doente, e/ou têm recursos escassos que tornam os idosos frágeis.

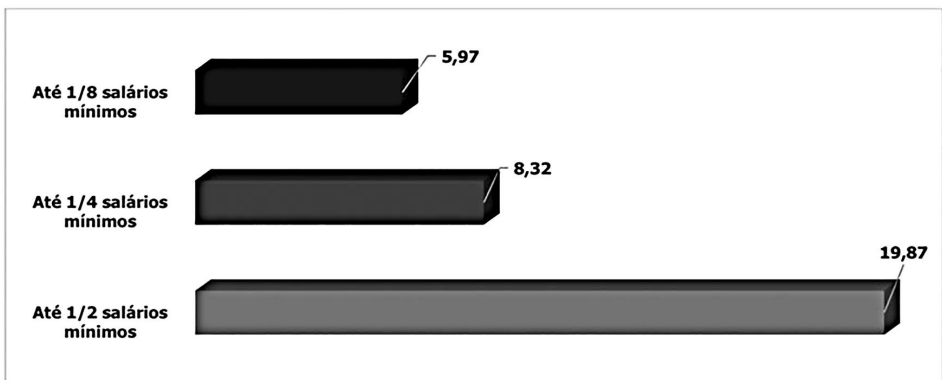
Os fatores intrínsecos do indivíduo com o aspecto físico, a psique e o espírito, caracterizam a vulnerabilidade, ou seja, o que acontece com cada indivíduo é indicativo da especificidade humana. Sendo isso difícil de ser compreendido até mesmo pelo ser humano, mesmo nós os únicos capazes de compreender algo e apreendê-lo em sua essência.



Segundo Stein (2013), o método fenomenológico facilita a compreensão da vulnerabilidade no envelhecimento humano, dado pela importância de verificar os significados, os fatos e os sentidos da especificidade, conceituando a força vital constituída por três elementos psico-físico-espirituais, como território do ser humano.

A proporção de idosos com baixa renda mensal domiciliar per capita é outra forma de quantificar esses indivíduos em situação de vulnerabilidade. Os números mostram a pobreza como desafio a ser enfrentado pelos idosos, refletindo nos custos com o tratamento de problemas de saúde e cuidados especiais.

**Gráfico 1 – Idoso em domicílio com baixa renda per capita Brasil/2010 (%)**



*Fonte: elaborado a partir de dados da Matriz de Dimensão do Sistema de Indicadores de Saúde e Acompanhamento do Idoso (SISAP), em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)*

Idosos com dificuldades financeiras colocam-nos em situação de dependência econômica. Aumentam a exposição a situações de risco, justamente por dependerem de ajuda com gastos da população em idade produtiva.

Idosos com 60 anos e mais na década de 40 eram 7,6% com dependência financeira; no ano de 2020, 20,6% estavam na mesma condição, e em 2050 serão 52,1% com renda insuficiente para a subsistência. Podemos explicar esse aumento quando a relação população ativa e população inativa, dentre essas os idosos são comparados, ou seja, serão mais inativos do que ativos no mercado de trabalho.

Somada a isso, a violência patrimonial e financeira aumenta substancialmente nos últimos meses. De acordo com dados do Disque 100, balanço do primeiro semestre de 2019, houve 11.240 denúncias de violações de abuso financeiro contra idosos em todo o País. Nesta estatística, mais de 80% dos casos de prática de violência contra idosos têm a casa da vítima o local com maior evidência de violação de direitos. Dados mais recentes do canal apontam que apenas os casos de violência patrimonial contra a pessoa idosa tiveram aumento de 19%. No entanto, em 2020, com o isolamento social imposto pela pandemia, a situação tornou-se cada vez mais crítica. A Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) prevê como crime a conduta de receber ou desviar bens, dinheiro ou benefícios de idosos.

Além disso, ressalte-se o fato recorrente de denúncias sobre violência patrimonial relacionada à utilização de procurações para fazer antecipação de herança ou venda de imóveis no período de isolamento social, tema abordado na Cartilha Curatela e Tomada de Decisão Apoiada (PORTAL DO ENVELHECIMENTO, 2022). O Art. 3º do Estatuto da Pessoa Idosa assinala que o poder público assegura ao ancião, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Como a Constituição Federal normatiza a proteção às pessoas idosas em seu artigo 229, que preceitua: “os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade”. No mesmo sentido, o artigo 230 preceitua que “a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida”.

A falta de comida à mesa mata hoje e compromete o amanhã, porque cria uma geração de subnutridos, com reflexos na saúde e educação. Aumenta a violência, reduz salários e empobrece cada vez mais os vulneráveis. Seus efeitos são devastadores e se prolongam no tempo (HANAN, 2022).

A situação de dependência da família aos rendimentos previdenciários do idoso é vista mais comumente na região Nordeste e entre as famílias da classe C, mas está se espalhando pelo País (INFOMONEY, 2009).

Dois prismas discorrem sobre o perfil das violências: as violências variam ao longo da vida e as forças estruturais moldam as experiências de violência entre a vítima e o agressor. Segundo, a violência está diretamente ligada à “Teoria das Abordagens de Atividades Rotineiras”; essa teoria, segundo Payne (2020), Cohen e Felson (1979), aponta que as atividades rotineiras que postulam o crime aumentam quando três variáveis estão presentes ao mesmo tempo e no mesmo lugar; por exemplo, infratores motivados, alvos vulneráveis e ausência de tutores capazes.

Assim, temos excelente lente para entender a aparente queda de crimes no início da pandemia, destaque na mídia. Afinal, as atividades rotineiras das pessoas mudaram durante a quarentena. A mudança nas atividades rotineiras, no entanto, não eliminou o risco de crime; em vez disso, a natureza do crime derivado dessas atividades rotineiras mudou. Explorar as possíveis mudanças na maneira da aplicação de golpes entre aqueles com 50 anos ou mais ajuda a definir o problema e atitude a tomar para prevenir ou reduzir os golpes durante a pandemia. Os crimes tipicamente direciona-

dos a adultos mais velhos incluem fraude, abuso de idosos e abuso de pacientes.

As fraudes se basearam na vulnerabilidade de indivíduos e atingiram com maior prevalência a população idosa, visto que houve um acréscimo de queixas relatadas aos órgãos de segurança pública norte-americanos em comparação às queixas informadas antes da pandemia. Apesar de as queixas serem subnotificadas, 18% das vítimas de fraude de coronavírus estavam na casa dos 60 anos, grupo que representa apenas 11,5% da população. De modo geral, dois tipos de fraude ocorreram: (1) aqueles que ocorreram tradicionalmente e (2) aqueles que foram adaptados aos medos sobre o coronavírus. Em relação a esse primeiro grupo, é natural questionar se as “fraudes tradicionais” mudaram durante o coronavírus.

Dentre os dez tipos mais comuns de fraude ocorridos nos Estados Unidos no primeiro trimestre de 2019 e 2020, houve acréscimo de mais de 10% em todas as faixas etárias. Dentre os tipos de fraude mais recorrentes estão: mensagens de texto fraudulentas, reclamações de compras online, roubos de dados bancário e golpes de romance. O que chama a atenção é o fato de esses delitos terem conexões com o mundo virtual (em que ocorreu a maioria das atividades durante a pandemia). Os golpistas criam “sites para vender produtos falsos e usando e-mails, textos e postagens de mídia social falsos como artil

para efetuar furtos e obter informações pessoais”, consequentemente, roubando valores das vítimas (TRESSLER, 2020).

Além da expansão das fraudes tradicionais, surgiu uma segunda categoria de fraudes – fraudes da Covid. Pelo menos quatro variedades visam especificamente pessoas idosas: fraudes de avós - o idoso recebe ligações ou mensagens com pedido de dinheiro de um parente, filho, neto, mas de fato é um golpista desviando valores para sua conta bancária, fraudes médicas baseadas em notícias falsas sobre a pandemia, fraudes de administração de previdência social, os golpistas têm acesso aos bancos de dados previdenciários dos idosos e os fraudam, além de fraudes de cuidados pessoais.

No último tipo de fraude os infratores atingem as vulnerabilidades dos indivíduos mais velhos para crimes. No Brasil, as estatísticas anuais apontam elevada prevalência da violência contra idosos, em sua maioria praticada por pessoas próximas ao idoso, conforme registro do disque 100. Em 2019, houve 48.446 mil denúncias dessas violações. Do quantitativo, o abuso financeiro ocupa o terceiro lugar, somando 20% das denúncias. Quando comparado com 2018, o aumento foi de 19%.

Avaliar o impacto do abuso na saúde do idoso é questão urgente, pois identificar os fatores subjacentes ajudam a desenvolver estratégias preventivas. Embora os estudos longitudinais sobre o assunto sejam limitados, evidências anteriores sugerem

que o abuso de idosos aumenta os riscos de resultados negativos à saúde, como depressão e suicídio (KOGA *et al.*, 2022).

Variação dos percentuais da violência contra a pessoa idosa, entre 1,6% a 20,2%, cometidos, na maioria das vezes, por familiares (filhos, cônjuge, netos e enteados). Em menor grau, por desconhecidos. Houve predomínio da violência financeira em homens e da psicológica em mulheres. Outro dado apresentado, segundo Ribeiro *et al* (2021), é que violências psicológica, física e financeira apresentam-se com maiores índices.

Os desfechos mostraram que as vítimas foram mulheres idosas, solteiras/viúvas/divorciadas, com idade avançada, menos escolarizadas, com dependência moderada/grave para as Atividades da Vida Diária, com sintomas depressivos, comprometimento cognitivo e percepção ruim de sua saúde. O perfil da vítima não mudou ao longo do tempo e do lugar em que os estudos aconteceram.

A disfuncionalidade familiar foi o segundo maior preditor de violência. Pertencer a uma família com disfunção suave ou severa representa probabilidade 8,35 vezes maior de sofrer maus-tratos. Os longevos, dependentes física e economicamente, omitem-se mais em denunciar seu agressor, pelas dificuldades de fazê-lo, desconhecimento de direitos e temerem perder o apoio ao denunciar a violência.

A falta de acesso a direitos sociais aparece como importante fator e gerador de violência, indicando que os dispositivos de proteção social existentes ainda parecem ser insuficientes para o enfrentamento da questão. No Brasil, é comum a ideia de que é exclusivamente da família a tarefa de amparar os idosos, contudo, os órgãos governamentais têm responsabilidade no desenvolvimento das políticas de proteção social.

Pesquisas em outros países do mundo, como relatado por Almakki *et al.* (2020), confirmam que a família é a responsável pelos cuidados com seus idosos. Condições crônicas, incapacidade da vítima e sintomas de depressão mostraram correlação significativa com repercussões psicológicas que geram a prática de maus-tratos. Tal situação aparece em estudo que destaca a presença de sinais depressivos associados à idade avançada, baixa escolaridade, insônia e doenças crônicas. A violência mostrou-se forte preditor de tentativas de suicídio completo e fator redutor das tentativas de suicídio e/ou suicídio decorrente de violência está a melhoria dos serviços de acolhimento e de suporte familiar.

Vale lembrar que as relações familiares estão cada vez mais transformadas e modificadas, as novas tecnologias e o desenvolvimento industrial e econômico mostram como consequência a competitividade, a relação de poder no seio intra-familiar, ausência de laços e relações afetivas, falta de diálogo



e proximidade entre os membros da mesma família, dentre outros, como assinalam Alves, Moreno e Machado (2019).

Nossos sentimentos em relação são carregados de valor e oscilam entre o encanto e o terror, a aceitação e a rejeição, a valorização e a negação, o respeito e a desvalorização, dependendo do que conhecemos a seu respeito. Ou seja, os estereótipos criados em relação à velhice são desenvolvidos de acordo com a interpretação construída socialmente e culturalmente. Quando o idoso tem em seu lar uma relação familiar de cuidado, afeto, carinho, atenção e autonomia, as proporções de desenvolver problemas relacionados à saúde psíquica como depressão e baixa autoestima são mínimas (NERI *et al.*, 2007).

Com a pandemia houve alteração das relações familiares por conta do confinamento; algumas famílias passaram mais tempo juntas, enquanto outras mantiveram os idosos isolados e sozinhos, dependendo de variáveis de trabalho, distância, entre outros. Percebemos que em alguns casos as tensões familiares aumentaram, os recursos financeiros ficaram mais escassos e a ajuda financeira do idoso passou a ser fundamental para a subsistência. Se já se notava a redução da renda das famílias antes da crise sanitária e a necessidade dos recursos para a subsistência, durante e nos pós-pandemia, a necessidade perdurou e aumentou em muitos locais no Brasil e no mundo. A crise econômica, humanitária e o

aumento da insegurança alimentar se ampliaram com a situação de guerras.

A mudança no índice populacional exige um novo olhar no tratamento aos idosos. Devem ser tomadas ações de preparação da população mais jovem para a velhice. Nós nos preparamos para receber um bebê, as mães fazem o pré-natal, preparam o enxoval, aguardam nove meses para receber o novo membro da família. Assim podemos nos preparar para a velhice, fase com mais acolhimento. Para isso são necessárias políticas públicas de atenção à saúde, melhoria das condições econômicas das famílias, melhoria nas condições gerais de vida, com saneamento básico, atendimento de saúde compatível e eficiente para a população, educação, transporte público, previdência social, redução da violência urbana, moradia, melhoria na infraestrutura das cidades, trabalho estrutural para evitar o uso indiscriminado de drogas lícitas e ilícitas, trabalho digno, lazer e redes de apoio às famílias, para um relacionamento pacífico e saudável entre as gerações.

Mesmo sendo algo complexo é imperativo que haja respeito, afeto e principalmente dignidade. Quando falta o mínimo para a existência e dignidade humana criam-se problemas sociais graves, como estamos presenciando, mas objetivando apoio e respeito à vida proporcionaremos uma velhice mais saudável e integrada à sociedade.

Envelhecer de forma saudável depende de vários fatores e atores quando se trata de idosos. A aplicação das leis que regulam e protegem a pessoa idosa é uma das formas de abordagem contra as violências. Identificar seus direitos e reconhecer as violências a que a pessoa idosa pode ser submetida contribui para que se consiga identificar a ocorrência desses crimes, evitá-los ou denunciá-los.

## Referências

ALMAKKI, Z. E.; SHAHER, Z. A.; MOATAZA, M. A. W. Conhecimento e atitudes em relação ao abuso de idosos na comunidade, Província Oriental da Arábia Saudita. **Revista BMC Geriatrics**, 2020.

ALVES, R. M.; MORENO, L. D.; MACHADO, A. K. C. Família e violência contra a pessoa idosa: valores invertidos ou despreparo familiar? VI Congresso de Internacional de Envelhecimento Humano. **Anais VI CIEH...** Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <<https://www.editora-realize.com.br/index.php/artigo/visualizar/53603>>. Acesso em: 07 de setembro de 2022.

ARENDDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

BALASSIANO, M. Empobrecimento Relativo do Brasil nas Últimas Décadas. **Portal FGV**, 2020. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/empobrecimento-relativo-brasil-ultimas-decadas>. Acesso em: 22 de agosto de 2022.

BARCELOS, E. M.; MADUREIRA, M. D. S. Violência contra o idoso. *In*: CHAIMOWICZ, F. (org). Saúde do idoso. 2º ed. Belo Horizonte: UFMG; 2013, p. 138-149.

BIASUS, F. Reflexões sobre o envelhecimento humano: aspectos psicológicos e relacionamento familiar. **Revista Perspectiva**, v. 40, n.152, p. 55-63, 2016.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF, 26 out. 2003.

BRASIL. Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos **Secretaria Nacional da Promoção e Defesa da Pessoa Idosa**. Campanha de Conscientização dos Direitos da Pessoa Idosa – SNDPI, Brasília, 2021.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Secretaria Nacional da Família**. Fatos e Números. Idosos e família no Brasil. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/fatos-e-numeros/idosos-e-familia-no-brasil.pdf>. Acesso em: 23 ago 2022.

BRASIL. **Agência Brasil**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-04/>

disque-100-registra-142-mil-denuncias-deviolacoes-em-2017. Acesso em 09 set 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

COHEN, L.; FELSON M. F. Social change and crime rate trends: a routine activity approach. *american sociological review*. **Revista American Sociological Association**. v. 44, n. 4, p. 588–608, 1979. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2094589> Acesso em: 12 set 2022.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Preços dos produtos. *In natura* reduzem custo da cesta. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2022/202207cestabasica.pdf>. Acesso em: 09 set 2022.

FANG, B.; YAN, E. **Abuso de idosos com doenças cognitivas e deficiências físicas**: comparando porcentagens entre informantes e definições operacionais. Disponível em: <http://OdeUo:eu.o10r.g1/107.171/0778/80688262065015717744221150journals.sagepub.com/home/jiv>. Acesso em: 28 ago 2022.

HANAN, Samuel. **A fome grita no país dos privilégios**. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/371915/a-fome-grita-no-pais-dos-privilegios>. Acesso em: 19 ago 2022.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeções da População**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?edicao=17996&t=destaques>. Acesso em: 15 set 2022.

INFOMONEY. Dependência financeira está entre as maiores preocupações dos idosos, 2009. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/dependencia-financeira-esta-entre-as-maiores-preocupacoes-dos-idosos/>. Acesso em: 17 ago 2022.

KOGA, C. et al. Tipos de abuso de idosos e início de demência entre adultos mais velhos no Japão: um estudo longitudinal de 6 anos do estudo de avaliação gerontológica do Japão, **Revista Elsevier**, 2022.

MACHADO, K. Quem é a pessoa idosa? **EPSJV/Fiocruz**, 2019. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/quem-e-a-pessoa-idosa>. Acesso em: 14 set 2022.

MELO, M. I. A. A.; SOUZA, W.; SALGADO, R. C. F. A compreensão da vulnerabilidade no envelhecimento humano pelo método fenomenológico steniano. *In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIOÉTICA*, p. 24-25. Disponível em: [https://www.sbbioetica.org.br/uploads/Publicacao/2021\\_08\\_02/PUBLICACAO\\_BIOETICA-ANAIS-XIII-CONGRESSO-BIOETICA-ISBN-V27maio2021-28-08-21.pdf](https://www.sbbioetica.org.br/uploads/Publicacao/2021_08_02/PUBLICACAO_BIOETICA-ANAIS-XIII-CONGRESSO-BIOETICA-ISBN-V27maio2021-28-08-21.pdf). Acesso em: 28 ago 2022.

NERI, A. L. et al. **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC SP, 2007.

PAYNE, B. K. Criminals Work from Home during Pandemics Too: a Public Health Approach to Respond to Fraud and Crimes against those 50 and above. **American Journal of Criminal Justice**, v. 45, p. 563–577, 2020.

PORTAL DO ENVELHECIMENTO. Cartilha “Curatela e Tomada de Decisão Apoiada: Vamos falar sobre isso?”. **Algumas Considerações**. Disponível em: <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/cartilha-curatela-e-tomada-de-decisao-apoiada-vamos-falar-sobre-isso-algumas-consideracoes/>. Acesso em: 12 set 2022.

RIBEIRO, M. N. et al. Evidências científicas da prática da violência contra a pessoa idosa: revisão integrativa, **Revista Acta Paulista de Enfermagem**, 2021; 34:eAPE00403.

SANT’ANA, R.; CÂMARA, P.; BRAGA, M. **Mobilidade na terceira idade: como planejar o futuro?** Textos sobre envelhecimento, v.6, n.2, 2003.

STEIN, Edith. **La struttura della persona umana. Corso di antropologia filosófica**, 2013. Edizioni Italiana a cura di Angela Ales Bello e Marco Paolinelli. Traduzione dal Tedesco: Michele D’Ambra. Città Nuova. Edizioni OCD 1933-2013.

TRESSLER, C. Coronavirus: Scammers follow the headlines. Federal Trade Commission, 2020. Disponível em: <https://www.consumer.ftc.gov/blog/2020/02/coronavirus-scammers-follow-headlines>, acesso em: 12 ago 2022.



**Violência financeira contra os  
trabalhadores envelhecidos  
no Estado do Rio de  
Janeiro: Reflexões sobre as  
determinações e possíveis  
respostas de enfrentamento**

*Simone da Cunha Tourino Barros*

*Fabírcia Vellasquez Paiva*

*Lorraine Fonseca Andrade da Silva*

*Rita do Nascimento Silvestre Dantas*

*Rosilene Araújo Costa*



## Introdução

O presente capítulo é o resultado da pesquisa intitulada “Violência contra o idoso no Município do Rio de Janeiro: mapeamento das denúncias, ações de prevenção e enfrentamento na perspectiva da garantia dos direitos humanos”, vinculado ao Edital Acadêmico de Pesquisa 2021: Envelhecer com futuro, do Itaú Viver Mais, em conjunto com o Portal do Envelhecimento<sup>1</sup>.

Objetivou-se analisar os determinantes sociais que contribuem ao aumento dos casos de “violência financeira” e dados concretos da realidade dos trabalhadores envelhecidos no Estado do Rio de Janeiro.

Haverá um debate sobre a violência financeira e determinações advindas da forma como são produzidas e reproduzidas as desigualdades sociais na e pela sociedade capitalista, além de expor dados sobre a violência financeira no Estado do Rio de Janeiro, buscando refletir sobre possíveis ações de enfrentamento.

---

<sup>1</sup> Aproveitamos e agradecemos a confiança e o apoio financeiro dado à pesquisa pelas instituições supramencionadas, e estendemos o agradecimento à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) pela liberação dos pesquisadores, ao Núcleo de Extensão e Pesquisa sobre Educação, Envelhecimento e Serviço Social (NEPEESS) da UFRRJ pelos discentes voluntários e ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Idoso do Estado do Rio de Janeiro, em nome de sua coordenadora dra. Cristiane Branquinho Lucas, por ter viabilizado o acesso aos dados.

## **Violência financeira na sociedade capitalista e o trabalhador envelhecido**

A violência financeira, segundo a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, art. 102, pode assim ser definida: “Apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento do idoso, dando-lhes aplicação diversa de sua finalidade” (BRASIL, 2003, p. 22).

E pode ser chamada de violência patrimonial ou abuso financeiro. Como exemplos, apropriar-se do cartão do benefício do idoso, realizar empréstimos consignados sem autorização, ocupar, alugar ou vender imóveis sem autorização, ou mesmo, se houver consentimento, comprometer boa parte da renda do trabalhador envelhecido, deixando-o em vulnerabilidade social.

A violência financeira pode ser cometida em vários espaços, como instituições financeiras, em instituições de longa permanência (ILPI) ou por pessoas com laços afetivos diretos ou indiretos.

Para entender a violência financeira deve-se datá-la historicamente, com reflexão demarcando o atual contexto do capitalismo financeiro<sup>2</sup>. Desde a década de 90, no Brasil, há

---

2 O capitalismo financeiro decorre dos grandes monopólios industriais (empresas), os quais são resultado de processos de fusões e aquisições de empresas em um contexto de desregulamentações. Esses grupos assumem formas mais concentradas e centralizadas no capital. (...) As empresas industriais associam-se a instituições financeiras (bancos, companhias de seguros, fundo de pensão e outros), que passam a comandar o conjunto de acumulação, configurando um modo específico de dominação social e política do capitalismo (IAMAMOTO, 2010, p. 108).

a introdução da ideologia neoliberal, que, entre outras coisas, defende um Estado mínimo - o Estado deve priorizar determinadas áreas de atuação, não rentáveis ao capital, para a oferta de serviços.

Desenvolve-se a centralidade nas políticas sociais na pobreza, a regressão de direitos sociais e novas formas, mais precarizadas, de contratação da classe trabalhadora, como trabalho parcial, uberização etc., além do aumento da informalidade e do desemprego, frente à crise cíclica do capitalismo.

Além disso, a globalização permitiu que a produção de mercadorias passasse a ser supranacional, ao mesmo tempo que ocorreu a informatização da produção e diminuição dos estoques, agora produzidos sob demanda.

O trabalhador envelhecido, por pertencer a um grupo de trabalhadores não produtivos, é considerado descartável ao capital, diversos deles na parcela da classe trabalhadora - os maltrapilhos, indigentes etc. (MARX, 1980) que necessitam da intervenção do Estado por meio de benefícios sociais via política de assistência social. Logo, não possuem força de trabalho para se inserir na esfera da produção de bens e produtos, espaço em que o capitalista obtém lucros.

Representam uma das parcelas da classe trabalhadora invisíveis ao capital, sobretudo os que possuem de 60 a 65 anos,

desprotegidos pelos marcos legais vigentes (previdenciário e de assistência social).

Por outro lado, e contraditoriamente a essa realidade, os trabalhadores envelhecidos garantem a reprodução da força de trabalho dos parentes (filhos, netos etc) por meio de benefícios assistenciais ou previdenciários. Frente ao desemprego estrutural, os trabalhadores precisam, para se manter vivos (garantir as necessidades básicas para a reprodução), dos recursos advindos dos trabalhadores envelhecidos.

Cabe a ressalva que o percentual de dependência dos recursos dos trabalhadores envelhecidos para reprodução da força de trabalho dos familiares não é insignificante, pois, segundo Camarano (2020), um terço das famílias brasileiras depende dessa renda.

A reprodução da força de trabalho ocorre ainda pela reprodução subjetiva, por meio da socialização primária de valores, ideologias etc., que garantem a manutenção do sistema capitalista. Além de suporte emocional e funcional aos mais jovens, assumindo tarefas como cuidado dos netos, levar ao médico, à escola e outros.

Os trabalhadores envelhecidos são funcionais ao sistema capitalista, pois colaboram para a reprodução da força de trabalho de familiares, se inserem no Exército Industrial de

Reserva, grande parte compõe o lumpemproletariado (MARX, 1980)<sup>3</sup>, ajudando a pressionar o valor da força de trabalho produtiva para baixo. Além disso, colaboram com a economia, por meio de compras no mercado, e ainda são atendidos por um nicho de mercado criado frente ao aumento demográfico da população envelhecida, como os nichos do turismo, instituições de longa permanência, produtos dos setores farmacológico e dermatológico etc.

Ao mesmo tempo, o sistema capitalista, pela forma de organizar a produção e fruto da divisão de classes, produz e reproduz as desigualdades sociais que se expressam na pobreza, desemprego e na própria violência. Os trabalhadores envelhecidos vivenciam no cotidiano, de forma mais aguda, essas expressões, chamadas de “questão social” (TEIXEIRA, 2008; IAMAMOTO, 1995).

As mudanças societárias no mundo do trabalho impactam a vida da classe trabalhadora, pelo modelo de produção e reprodução social vigentes ou pelo modelo econômico que determina a forma que se consomem os bens produzidos.

---

3 De acordo com o Capital, “o sedimento mais baixo da superpopulação relativa habita, por fim, a esfera do pauperismo. Abstraindo dos vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, do lumpemproletariado propriamente dito, essa camada social é formada por três categorias. Em primeiro lugar, os aptos ao trabalho. Basta observar superficialmente as estatísticas do pauperismo inglês para constatar que sua massa engrossa a cada crise e diminui a cada retomada dos negócios. Em segundo lugar, os órfãos e os filhos de indigentes. Estes são candidatos ao exército industrial de reserva e, em épocas de grande prosperidade, como, por exemplo, em 1860, são rápida e massivamente alistados no exército ativo de trabalhadores. Em terceiro lugar, os degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho” (MARX, 1980, p. 470).

Por outro lado, a sociabilidade capitalista age para tornar invisível a violência estrutural, deixando como naturais as desigualdades sociais, econômicas, políticas e regionais. E torna criminosos os sujeitos políticos antagônicos que questionam a ordem do capital, e culpam famílias e indivíduos pelas condições miseráveis de vida. Trabalha na perspectiva individual, de modo a não ser apreendida a totalidade da vida social. Deve-se entender que a violência é criada e recriada na e pela sociedade capitalista, sendo a expressão maior a expropriação da força de trabalho pelo capitalista.

Um modo de violência sofrida pelos trabalhadores envelhecidos reproduzido na sociedade capitalista é a velhofobia/idadismo, ou seja, o preconceito contra os trabalhadores envelhecidos. São considerados inúteis, peso para a sociedade, descartáveis, sobretudo por não estarem na esfera da produção, mas da reprodução, como assinalam Soares *et. al* (2019, p. 21): “o predomínio de relações sociais coisificadas conduz à banalização do humano e à descartabilidade e à indiferença perante o outro”. Ou seja, se expressa em violências.

Ratificando o pensamento de Martins e Lacerda Junior (2018, p. 222), “a violência não é apenas inerente ao sistema capitalista, mas estruturante das suas relações sociais na vida cotidiana das instituições”.

No que se refere à violência estrutural, refletindo especificamente sobre os trabalhadores envelhecidos, exemplificamos com a divisão de classe, que leva a diferenças no acesso aos bens produzidos socialmente e à direção política, ética e econômica dada pelo governo federal, via regulamentação de empréstimos consignados com desconto direto em folha. Ou seja, lucro certo ao capital financeiro, pois não tem como o trabalhador envelhecido deixar de pagar - o desconto ocorre antes do recebimento do salário ou benefício.

A autorização chancelada pelo governo federal leva a ações por parte de vários bancos e/ou financeiras de assédio financeiro aos trabalhadores envelhecidos, com ligações frequentes e estímulo à contratação de novos empréstimos.

Outro ponto importante é que diversos trabalhadores envelhecidos não possuem a compreensão dos valores dos juros, e que a contratação comprometeria sua renda, dificultando a manutenção das despesas domésticas: alimentação, aluguel, saúde etc.

Frente ao exposto, é relevante tornar visível a violência financeira, pois compromete emocional e materialmente as condições de vida da população envelhecida no Brasil. Deve-se ultrapassar as análises que se restringem ao mau uso dos recursos financeiros, logo, propõe a “educação financeira” como resposta.



Pensar a violência como expressão das desigualdades produzidas pelo capitalismo, ratificada pela ideologia de que com o envelhecimento se perde a autonomia, e desconstruir a relação imediata que se faz de que, por exemplo, a apropriação do cartão do idoso por um familiar é opção de cuidado, pois se torna uma criança, devendo alguém se responsabilizar. Além disso, entender politicamente que o Estado representa interesses de classe, como Marx (2009) assinalou no Manifesto Comunista: o “Estado é o comitê executivo da burguesia”. Logo, os interesses são reprodução do capital e manutenção dos superlucros.

Utilizaremos o empréstimo consignado como exemplo do Estado que representa interesses de classe.

O desconto de empréstimos consignados em folha não é medida nova, existe desde 1950, pela Lei 1.046, de 2 de janeiro de 1950, revogada pela Lei 5725, de 1971. Entretanto, o atual contexto histórico identificou o ápice do estímulo à contratação de crédito com juros no mercado.

O ápice se deu com a promulgação da Lei 14431/22, pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, que permite aos beneficiários do Auxílio Brasil<sup>4</sup> o acesso a empréstimos consignados, o que

---

4 Segundo o Ministério da Cidadania, o Auxílio Brasil é um novo programa social de transferência direta e indireta de renda, destinada a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza em todo o país. Além de garantir renda básica a essas famílias, o programa busca simplificar a cesta de benefícios e estimular a emancipação para alcançarem autonomia e superarem situações de vulnerabilidade social. Valor de \$ 600 reais, com data para recebimento até dezembro de 2022.

leva a refletir o quanto é perverso o incentivo ao sistema bancário por parte do governo federal, mas condizente com interesses do capital, pelas seguintes razões:

1- O Auxílio Brasil é destinado a um grupo de pessoas vulneráveis, sem renda fixa, em sua grande maioria desempregadas;

2- Ratificar o endividamento coletivo da população, pois se necessita do Auxílio Brasil; ao contrair empréstimo consignado se torna mais dependente do governo;

3- A lei definiu limite de até 40% do valor recebido por meio do programa assistencial para pagar consignados, ou seja, compromete mensalmente o pagamento de despesas da vida diária;

4- O empréstimo consignado é perpassado como benesse do Estado, que contribui para acesso a bens de consumo e pagamento de dívidas, mas a direção política segue o superendividamento da população e dependência financeira.

5- Não há direção política de criação de empregos, de melhora da economia e da redução da inflação expressa no aumento dos valores dos gêneros alimentícios, preço dos combustíveis, contas de luz e água da população.

Cabe a ressalva que muitos trabalhadores envelhecidos, com idade entre 60 e 65, possuem somente acesso ao Auxílio

Brasil, a única fonte de sustento. Logo, o incentivo ao acesso ao empréstimo consignado pelo governo federal promove o endividamento desses trabalhadores e coloca em xeque seu direito humano que é a vida.

Deve-se estar atentos e críticos aos discursos veiculados na mídia e pelos representantes governamentais, pois verificamos abusos financeiros institucionalizados amparados por leis, como empréstimos a juros altíssimos, cobranças indevidas, vendas de dados dos pensionistas e de pessoas que recebem benefícios sociais provenientes de programas de transferência de renda do governo às financeiras e bancos.

A exploração de uma classe sobre a outra é uma violência. Além dela, estrutural, outras formas se expressam nas relações sociais, como psicológica, física, financeira etc, naturalizadas, com enfoque de fetiche para não ser identificado o cerne da violência que ocorre pela exploração de uma classe pela outra.

Outro ponto a destacar é que com os trabalhadores envelhecidos a violência sofrida ainda se torna mais cruel, pois além da violência institucionalizada pela relação no capitalismo, se espalha para as relações familiares. Constata-se a propagação da violência doméstica contra os trabalhadores envelhecidos, se expressando, em uma de suas formas<sup>5</sup>, na

---

5 As tipologias da violência: Violência Física, Psicológica, Sexual, Patrimonial e Institucional (MINAYO, 2005)

violência financeira, que será mais bem trabalhada a partir dos dados do Centro de Apoio Operacional (CAO) do Ministério Público do Rio de Janeiro.

### **Violência financeira contra os trabalhadores envelhecidos: desvelando a realidade do estado do Rio de Janeiro**

De acordo com o banco de dados do CAO – MP-RJ, que sistematiza denúncias e trabalha ações de combate e promoção dos direitos do idoso e da pessoa com deficiência no Estado do Rio, houve, de 2017 a 2022, 7080 denúncias de violência financeira. Foi a terceira posição das denúncias, perdendo apenas para negligência, com 11.779 denúncias e violência psicológica, com 8.807 denúncias.

No quadro abaixo, durante o período da pandemia, ocorreu redução nas notificações, explicado pelo isolamento social. Por outro lado, segundo a Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN), houve acentuação em 60% dos crimes financeiros relacionados à população idosa, que possui dificuldades em relação ao mundo digital e não possuem escolaridade, acarretando violações dos direitos, como os estelionatos (MELO, 2020).

### Quadro 1- Denúncia de Violência Financeira por ano

Ano	Quantidade
2022	308
2021	713
2020	503
2019	2.371
2018	2.193
2017	992

*Fonte: CAO/MPRJ, 2022*

Dentre os municípios do Estado do Rio de Janeiro, os índices maiores de violência financeira ocorreram na capital (3.235), Duque de Caxias (369) e Nova Iguaçu (340). Duque de Caxias e Nova Iguaçu são os mais populosos da Baixada Fluminense, que têm, como perfil municipal, a dificuldade de acesso às políticas públicas: educação, saúde, habitação etc.

No que tange ao perfil da violência financeira no Estado do Rio, as vítimas são, eminentemente, do sexo feminino, de 60 a 79 anos, autores do sexo masculino, violação ocorreu na própria residência da vítima e agressores membros da família.

Cabe a ressalva que seria importante a divisão etária menor, de cinco em cinco anos, na sistematização dos dados

no portal do CAO – MP - RJ, para haver mais subsídios de análise. A partir de 65 anos os trabalhadores envelhecidos acessam o benefício de prestação continuada, alvo de investidas de escritórios de direito que não dominam a lógica bancária, pois não possuíam conta ou salário fixo anteriormente ao acesso ao benefício, podendo ser alvos mais fáceis da violação financeira.

Os dados supramencionados colocam em xeque o discurso construído de que a família é o local de proteção. O que nos mostram, pelas determinações históricas, que também é espaço de violação de direitos. Os principais agressores são os familiares, o que acarreta a baixa notificação por parte dos trabalhadores envelhecidos, devido aos laços afetivos construídos, pelo medo de trazer prejuízos aos mesmos e a própria ameaça sofrida, de que a situação de vida poderia ser agravada.

Outro fator é a responsabilização da família pelos cuidados ao trabalhador envelhecido, tirando a responsabilidade do Estado. De modo geral, o cuidado recai sobre as mulheres, pois foi elaborado socialmente, pois compete às mulheres o âmbito privado e ao homem, o público. Os papéis socialmente elaborados explicariam o índice menor de denúncias de violação financeira contra o homem e de

homens, “reprodução” do patriarcado da sociedade brasileira e por serem as mulheres, eminentemente, as cuidadoras dos familiares.

Um dado importante é que nas 5.387 denúncias das 7.080 não foram identificadas dependência<sup>6</sup>, a partir de avaliação da capacidade funcional<sup>7</sup> do trabalhador envelhecido, que colide com aspectos da literatura sobre o tema. As principais vítimas possuem dependência ou indicam a necessidade de maior aprofundamento teórico dos funcionários que realizam as notificações e/ou sistematização no banco de dados da CAO- MP-RJ sobre “síndrome de fragilidade em idosos”.

A escolaridade é fator determinante da violação financeira, mas o portal não possui o dado. Alguns determinantes que contribuem para melhor compreensão sobre o aumento significativo da violência financeira contra os trabalhadores envelhecidos, presentes nos dados acima expostos e na literatura:

---

6 De acordo com o Ministério da Saúde (2005), a dependência seria definida como condição de o indivíduo que requer o auxílio de pessoas ou equipamentos especiais para atividades da vida diária. Ela se divide em três tipos: a) Grau de Dependência I - idosos independentes, mesmo que requeiram uso de equipamentos de autoajuda; b) Grau de Dependência II - idosos com dependência em até três atividades de autocuidado para a vida diária, como alimentação, mobilidade, higiene; sem comprometimento cognitivo ou com alteração cognitiva controlada; c) Grau de Dependência III - idosos com dependência que requeira assistência em todas as atividades de autocuidado para a vida diária ou com comprometimento cognitivo.

7 A incapacidade funcional pode ser entendida como “presença de dificuldade no desempenho de certos gestos e de certas atividades da vida cotidiana ou mesmo pela impossibilidade de desempenhá-las” (LOURENÇO et al., 2012, p. 176).

- A conjuntura de pobreza, endividamento<sup>8</sup> e desemprego estrutural<sup>9</sup> contribui para familiares desenvolverem práticas abusivas financeiras em relação aos trabalhadores envelhecidos, e destes em denunciar, devido aos laços afetivos.
- Baixa escolaridade, predominando os trabalhadores envelhecidos que possuem ensino fundamental incompleto e/ou analfabetos<sup>10</sup>, o que acarreta a necessidade de ajuda de terceiros para atividades instrumentais de vida diária, como acessar terminais de banco e leitura de documentos para assinar;
- Idade e características, sendo considerados idosos frágeis<sup>11</sup>, pois apresentam dependências para atividades de vida

---

8 O Rio de Janeiro, em agosto de 2022, ocupava a terceira colocação, com cerca de 50,43% da população endividada e negativada entre os Estados do Brasil, com maior índice de inadimplência. Destes, 50,2% são mulheres, 49,8% homens e 17,5% têm 60 anos ou mais. Cartão de crédito e bancos são líderes nos segmentos com 28,82% dos que têm mais pessoas negativados (SERASA, 2022).

9 Em termos de desemprego, de acordo com Ferrari (2022), há 11,3 milhões de pessoas desempregadas, sendo o mais alto índice desde o governo Lula.

10 De acordo com dados da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (2022), as taxas de analfabetismo entre os trabalhadores envelhecidos possuem diferenças nas regiões brasileiras, sendo a maior na Região Nordeste, com 37,20% da população, e no Norte com 25,50% da população, em comparação a 10% das Regiões Sul e Sudeste. Logo, demonstra a necessidade de políticas de educação voltadas aos trabalhadores envelhecidos, respeitando especificidades, de modo a evitar a agregar mais um tipo de vulnerabilidade e prevenir violências.

11 Considerados idosos frágeis ou em situação de risco aqueles com 60 ou mais, que possuem polipatologias (mais de cinco diagnósticos); polifarmácia (usam mais de cinco medicamentos ao dia); possuem imobilidade parcial ou total; incontinência urinária ou fecal; instabilidade postural (quedas de repetição); incapacidade cognitiva; história de 18 internações frequentes ou pós-alta hospitalar; idosos dependentes nas atividades básicas de vida diária e insuficiência familiar e aqueles com 80 anos ou mais (BRASIL, 2006).



diária e instrumentais de vida diária, precisando da ajuda de terceiros para este fim;

- Ser mulher, pois sofre mais violência, pelos estigmas e preconceitos, além do patriarcalismo e machismos presentes na sociedade capitalista e demograficamente as mulheres serem em percentual maior do que homens, pois frequentam mais sistematicamente postos de saúde, cuidam mais da saúde etc;

- Dificuldade no manuseio de equipamentos tecnológicos, precisando de ajuda de terceiros;

- Ser violência velada, sendo mais difícil ser percebida pelo próprio trabalhador envelhecido e pelos profissionais das políticas sociais, pois não dá sinais como a violência física (visível) e a psicológica (se expressa por choro frequente, falas de baixa autoestima etc);

- Dificuldade de entender a proporção de juros e impactos nas despesas domésticas;

- Documentos bancários com letras pequenas e termos de difícil entendimento;

- Assédio financeiro de familiares, bancos e financeiras.

As determinações acima mencionadas demonstram que a população envelhecida se torna mais vulnerável a essa violência, devido sobretudo às dependências físicas, cognitivas, tecnológicas e emocionais. Medidas devem ser tomadas para

mitigar as violações. Algumas ações estão preconizadas no Estatuto da Pessoa Idosa e outras são propostas dos autores:

- Necessidade de articulação das políticas públicas, seja na educação, economia, assistência social, etc, para estabelecer uma rede de prevenção e atendimento às vítimas e agressores da violência financeira;
- Atividades educativas voltadas ao rompimento de preconceitos em relação ao envelhecimento;
- Disseminação de informações sobre a violência financeira e diversas manifestações;
- Política de pleno emprego, de modo a desonerar financeiramente os trabalhadores envelhecidos;
- Diminuir o valor do desconto permitido nos empréstimos consignados;
- Ampliar a fonte da letra dos contratos de empréstimo consignados e deixar claro qual é o valor contratado e o valor total, já com os juros, a ser descontado nos contratos de consignados e de empréstimos diretos etc;
- Viabilizar o acesso dos trabalhadores envelhecidos a programas de acesso à internet e meios digitais.

Há extenso caminho ainda a ser percorrido para prevenção e atendimento aos trabalhadores violados financeiramente. Deve-se colocar na agenda pública (política) o debate

da violação financeira aos trabalhadores envelhecidos, para haver uma sociedade mais justa, na qual se respeitem os direitos humanos dos trabalhadores envelhecidos.

### **Considerações finais**

A violência financeira é pouco estudada e discutida pelos acadêmicos, pesquisadores e sociedade em geral, frente às demais tipologias, mas representa a terceira violência mais recorrente em relação aos trabalhadores envelhecidos.

Atual conjuntura do Brasil, com elevada taxa de desemprego, leva os familiares a depender economicamente dos trabalhadores envelhecidos, que têm a renda certa, seja por tempo de trabalho ou algum programa de transferência de renda. Conseqüentemente, aumenta a probabilidade da apropriação dos recursos financeiros e material dos mesmos.

A introdução das tecnologias para fins financeiros com objetivo de otimizar a prestação e facilitar o acesso aos serviços revela as dificuldades de utilização das tecnologias dependendo de outros para sua efetivação. As mudanças na forma de relacionamento bancário, tornando-o principalmente virtual, contribuíram para aumento da violência financeira, seja por golpes de estelionatários que conseguem acesso aos

dados pessoais e de senha bancária, ou pelo aumento de empréstimos rápidos e de consignados para suprir as necessidades básicas e/ou por violência financeira.

O perfil das vítimas e dos agressores verifica a existência de divisão sexual nas relações vigentes, que se perpetua nas violações dos direitos humanos dos trabalhadores envelhecidos, e mais diretamente em relação à violência financeira.

A educação é essencial na prevenção e enfrentamento à violência financeira, seja voltada exclusivamente aos trabalhadores envelhecidos, na perspectiva da educação formal, mas sobretudo à população em geral, para difundir a importância do respeito à população envelhecida e seus direitos. Sob a ótica de respeito à dignidade e à vida.

Além da educação, ações intersetoriais de políticas públicas, na saúde, na assistência social, no planejamento, economia etc, para realmente se falar de uma sociedade “que cuida e protege” os trabalhadores envelhecidos, desnaturalizando as violações de direitos e garantido uma sociedade mais justa e igualitária.

Frente a essa realidade no Estado do Rio, é essencial dar visibilidade à violência financeira, pois compromete emocionalmente e materialmente as condições de vida da população envelhecida, negação aos direitos humanos.

## Referências

BRASIL. **O que é o auxílio Brasil? Ministério da Cidadania.** Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/auxilio-brasil>. Acesso em: 12 set 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.842 de janeiro de 1994.** Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, Cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional [1994]. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8842.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm). Acesso em: 10 ago 22.

BRASIL. **Lei nº 5.725 de 27 de outubro de 1971.** Estabelece a permissão do desconto no salário do empregado de prestações relativas ao financiamento para aquisição de unidade habitacional, no Sistema Financeiro da Habitação. Brasília: Congresso Nacional [1971]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5725.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5725.htm). Acesso em: 25 set 22.

BRASIL. **Lei nº 1.046 de 02 de janeiro de 1950.** Disposição sobre a consignação em folha de pagamento. Brasília: Congresso Nacional [1950]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L1046.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1046.htm). Acesso em: 02 out 22.

BRASIL. **Lei nº 14431 de 03 de agosto de 2022.** Amplia a margem de crédito consignado aos empregados regidos pela Consoli-

dação das Leis do Trabalho. Brasília: Congresso Nacional [2022]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2022/lei/L14431.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/L14431.htm). Acesso em: 27 set 22.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica – Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Centro de Apoio das Promotorias e Justiça da Pessoa Idosa (CAPJPPI)**. Painel de ouvidoria individual sobre as denúncias de violência no Estado do Rio de Janeiro, 2021 e o trimestre de 2022.

CAMARANO, A. Os dependentes da renda dos idosos e o Coronavírus: Órfãos ou novos pobres? **Nota Técnica, nº81**. Diretoria de Estudos e Políticas Sociais. IPEA, 2020. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/200724\\_nt\\_disoc\\_n\\_81\\_web.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200724_nt_disoc_n_81_web.pdf). Acesso em: 12 out 2022.

FERRARI, H. **Desemprego cai mais no Brasil do que em países do G20**. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/desemprego-cai-mais-no-brasil-em-comparacao-com-o-g20/>. Acesso em: 13 out 22.

IAMAMOTO, M.V. **A Formação Profissional na Contemporaneidade: Dilemas e Perspectivas**. João Pessoa: UFP, 1995.

IAMAMOTO, M.V. **Serviço Social em tempos de capital**

**Fetichismo:** Capital financeiro, trabalho e Questão Social. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

JULIAO, F.; ARAÚJO, B.; NETO, V.; FERRARI, M. **Veja em quem a população das Capitais com maior índice de desemprego votou.** CNN.03/10/22. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/veja-em-quem-a-populacao-das-capitais-com-maior-indice-de-desemprego-votou>. Acesso em: 20 out 22.

LOURENÇO, T.M.; LENARDT, M.H.; KLETEMBERG, D. F.; SEIMA, M. D.; TALLMANN, A.El.C.; NEU, D.K.M. Capacidade funcional no idoso longevo: uma revisão integrativa. **Rev Gaúcha Enferm.** Porto Alegre (RS) 2012 jun; 33(2):176-185. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rgenf/a/HTL6gdzs9YCQ5C93SZBbZjq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 out 2022.

MAGALHÃES, G. **Pandemia diminui a renda de quase metade dos idosos.** Gazeta de São Paulo. Publicado em 06/04/2021. Disponível em: <https://www.gazetasp.com.br/brasil/pandemia-diminui-a-renda-de-quase-metade-dos-idosos/1087554/>. Acesso em: 13 out 2022.

MARTINS, K. O.; LACERDA JUNIOR, F. Ideologização da violência no capitalismo: contribuições da psicologia da libertação de Martín-Baró. Gerais, **Rev. Interinst. Psicol.**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 221-235, 2018.

MARX, K. **O Capital. Crítica da Economia Política. Livro Primeiro: o processo de produção do capital.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2547757/mod\\_resource/content/1/MARX%2C%20Karl.%20O%20Capital.%20vol%20I.%20Boitempo.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2547757/mod_resource/content/1/MARX%2C%20Karl.%20O%20Capital.%20vol%20I.%20Boitempo.pdf). Acesso em: 22 out 2021.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista, 1848.** Porto Alegre: L&PM, 2009.

MELO, K. **Golpes financeiros contra idosos cresceram 60%, diz Febraban.** Agência Brasil. 02/09/2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-09/golpes-financeiros-contra-idosos-cresceram-60-diz-febraban>. Acesso em: 16 out 2022.

MINAYO, M.C.S. **Violência contra idosos: o avesso do respeito à experiência e à sabedoria.** Cartilha da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2ª edição, 2005.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Cadernos de Atenção Básica, n. 19.** Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e Saúde da pessoa idosa. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 192 p.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Resolução-RDC N° 283, de 26 de setembro de 2005.** Disponível em: <https://bvsms.saude>.



**gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2005/res0283\_26\_09\_2005.html.** Acesso em: 24 out 2022.

SAMPAIO, J.L. **Meio milhão de mortes por Covid carrega marcas da desigualdade do Brasil.** Entrevista no dia 16/10/21. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/meio-milhao-de-mortes-por-covid-carrega-marca-da-desigualdade-do-brasil/>. Acesso em: 13 out 2022.

SBGG. **Analfabetismo e a Pessoa Idosa: a realidade do país.** **RSPRESS.** Rio de Janeiro. 17 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://sbgg.org.br/analfabetismo-e-a-pessoa-idosa-a-realidade-do-pais/>. Acesso em: 15 out 2022.

SERASA. **Mapa mensal de inadimplência e Renegociação de dívidas no Brasil.** Agosto/2022. Disponível em: [https://www.serasa.com.br/assets/cms/2022/Mapa-da-inadimplencia\\_AGOSTO.pdf](https://www.serasa.com.br/assets/cms/2022/Mapa-da-inadimplencia_AGOSTO.pdf). Acesso em: 10 set 2022.

SOARES, M.N.T.; VIEIRA, M. S.; COSTA, R.G. **Violência Estrutural e Capitalismo: Particularidades da Sociedade Capitalista Brasileira.** **Sociedade em Debate.** (Pelotas), v. 25, n. 3, p. 12-29, set./dez. 2019. ISSN: 2317-0204.

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento e Trabalho no Tempo do Capital:** implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

# **PARTE 2**

**SEGURANÇA DE ACESSO A BENS E  
SERVIÇOS**

**A mobilidade urbana e os entroncamentos da vida: os rebatimentos dos deslocamentos feitos por trabalhadoras domésticas, em grandes centros urbanos, no processo de envelhecimento e na vivência da velhice**

*Amanda Lemos*



## Introdução

No ano de 2021 – castigado pela traumatizante experiência de uma pandemia mundial, o Itaú Viver Mais, em parceria com o Portal do Envelhecimento, lançou o edital Acadêmico de Pesquisa, com a proposta de investir em pesquisas acadêmicas e “ampliar o compromisso (institucional) em colaborar para a construção de conhecimento, fator chave para a longevidade e a participação plena na sociedade”. Sem dúvida, ter a oportunidade de refletir teórica e criticamente aspectos da vida cotidiana, que agem diretamente no processo de envelhecimento é oportunidade de contribuir para a longevidade e uma sociedade mais equilibrada, consciente e compromissada com o futuro.

A oportunidade de receber o investimento financeiro com tranquilidade e recursos de qualidade para a pesquisa, associada ao assessoramento técnico auferido durante todo o tempo de execução do projeto, com o intercâmbio vivenciado, a partir da aproximação de pesquisadores de outras áreas do conhecimento e outras regiões do país, foram de grande valia para formação, aperfeiçoamento e olhares sobre os objetos de pesquisa e do próprio envelhecimento. Ponto para a iniciativa, que certamente deixará frutos amadurecidos e prósperos, que contribuirão por longo tempo com as discussões sobre envelhecimento e longevidade no país.

Especificamente sobre a pesquisa, antecipamos que há nas discussões a respeito do transporte público diversos aspectos subjetivos não refletidos inicialmente. E se apresentaram como graves e urgentes para serem discutidos pelo Estado e sociedade, não apenas a fim de proporcionar qualidade às pessoas idosas que utilizam os serviços, mas, fundamentalmente, garantir dignidade e saúde a todos os usuários.

Por que discutir os transportes públicos? Milhares de pessoas dependem deles para movimentar a vida e a economia do país. O transporte público coletivo conduz a classe trabalhadora aos postos de trabalho. E viabilizam as conexões entre as cidades, aproximando áreas e permitindo o acesso.

O estudo demonstrou que é grave – de maneira geral – a situação do transporte público no país, situação ainda mais aflitiva para mulheres, envelhescentes e pessoas idosas. No caso das trabalhadoras domésticas, que motivaram este estudo, a realidade é desoladora. Além de lidar com superlotação, insalubridade e precariedade dos transportes, as trabalhadoras enfrentam longas horas dentro dos transportes, em engenharia de tráfego caótica. E ainda uma série de assédios, além das diferentes expressões de ageísmo sentidos diariamente, considerando que é atividade exercida, comumente, por mulheres maduras.

Inicialmente, o binômio – trabalho doméstico remunerado x transporte público – parecia bombástico ao envelhecimento e à vivência da velhice por parte dessas mulheres. Infelizmente é. Dados publicados em abril de 2021 pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) revelaram que 47,8% – de um total de 5,7 milhões – das trabalhadoras domésticas brasileiras têm de 45 a 60 anos ou mais<sup>1</sup>, ou seja, mulheres envelhescentes ou já envelhecidas seguem trabalhando e fazendo uso do transporte público. Complicado.

Mobilidade urbana e acessibilidade parecem meta ainda distante. Pelas grandes cidades, a precariedade está em ônibus, trens, metrô, conservação, atendimento e itinerários. O transporte público é ruim e incompatível com qualquer parâmetro de bem viver ou envelhecimento com qualidade, aspectos fundamentais que precisam ser revisados e aprimorados. Cenário que se anuncia no decorrer deste texto. Objetiva chamar atenção à questão para contribuir com as discussões sobre longevidade e promoção de um envelhecimento digno e saudável.

---

1 Disponível em: DIEESE - outras publicações - Trabalho doméstico no Brasil - abril/2021. Acessado em 12 de out. de 2022.

## **Realidade do trabalho doméstico remunerado no Brasil: contextualizando o campo**

Inicialmente, deve-se registrar que a questão racial está presente no trabalho doméstico remunerado<sup>2</sup> da concepção – período da escravidão – à regulamentação, em 2015. Impossível não unir o trabalho doméstico remunerado das categorias raça e gênero. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicados na PNAD Contínua Trimestral, referente ao quarto trimestre de 2019, revelam que no Brasil há cerca de 6,3 milhões de trabalhadores domésticos remunerados<sup>3</sup>. Desse total, 92,4% são mulheres, e 65% dessas mulheres são pretas ou pardas. “O trabalho doméstico segue, em pleno século XXI, como uma das ocupações mais vulneráveis à disposição de trabalhadoras que são, em geral, mulheres, negras, com pouca escolaridade e oriundas das camadas de mais baixa renda” (PINHEIRO *et al.*, 2021, p. 08).

---

2 Por trabalho doméstico remunerado entende-se: Considera-se empregado(a) doméstico(a) aquele(a) maior de 18 anos que presta serviços de natureza contínua (frequente, constante) e de finalidade não lucrativa a pessoa ou família, no âmbito residencial destas. Assim, o traço diferenciador do emprego doméstico é o caráter não econômico da atividade exercida no âmbito residencial do(a) empregador(a). Nesses termos, integram a categoria os(as) seguintes trabalhadores(as): cozinheiro(a), governanta, babá, lavadeira, faxineiro(a), vigia, motorista particular, jardineiro(a), acompanhante de idosos(as), entre outras. O(a) caseiro(a) também é considerado(a) empregado(a) doméstico(a) quando o sítio ou local onde exerce a sua atividade não possui finalidade lucrativa (BRASIL, 2015).

3 Números anteriores à pandemia da COVID-19, anunciada em mar. 2020.

Recorremos ao conceito de interseccionalidade – referindo os diferentes sistemas de opressão – para compreender como o racismo, sexismo e a classe social incidem nas condições, objetivas e subjetivas, de vida de mulheres negras. Tornam a inserção no mundo mais complexa e indicam o trabalho doméstico como caminho para provimento da subsistência.

A interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos. [...], ao sobrepor o grupo das mulheres com o das pessoas negras, o das pessoas pobres e também o das mulheres que sofrem discriminação por conta da sua idade ou por serem portadoras de alguma deficiência, vemos que as que se encontram no centro – e acredito que isso não ocorre por acaso – são as mulheres de pele mais escura e também as que tendem a ser as mais excluídas das práticas tradicionais de direitos civis e humanos. [...] O que ocorre, em última instância, é que o peso combinado das estruturas de raça e das estruturas de gênero marginaliza as mulheres que estão na base. Essa é a discriminação contra grupos específicos. (CRENSHAW, 2012, pp. 10-11)



Logo perceberemos que há situação estrutural de opressão contra mulheres negras. Mas não para. Ser negra é exercício político complexo. “O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. (...) veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular” (GONZALEZ, 1984).

Mulheres negras se encontram na base da pirâmide socioeconômica, com menores salários e piores trabalhos, os mais desprotegidos e desprestigiados, vivem cotidianamente situações de solidão afetiva e institucional, flagelos sociais e emocionais. Resumidamente, as condições concretas de vida não são fáceis, o lugar reservado na trajetória sócio-histórica do país é da servidão, do corpo disponível para servir, para saciar. Institucionalizou-se a visão de que:

Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. [...] Por aí se vê que o barato é domesticar mesmo. E se a gente detém o olhar em determinados aspectos da chamada cultura brasileira, saca que em suas manifestações mais ou menos conscientes ela oculta, revelando as

marcas da africanidade que a constituem. (Como é que pode?) Seguindo por aí, a gente também pode apontar para o lugar da mulher negra nesse processo de formação cultural, assim como os diferentes modos de rejeição/integração de seu papel. (GONZALEZ, 1984, p. 226)

Na urgência da sobrevivência pessoal e familiar, despon-ta como oportunidade “digna” para geração de renda, espe-cialmente para as negras socialmente condicionadas a esse lugar. O que diversas vezes leva ao ingresso precoce de me-ninas negras no mercado de trabalho, e faz com que relações trabalhistas estabelecidas a partir do trabalho doméstico se-jam ainda mais precárias. Segundo Creuza Oliveira, a época presidenta da Federação de Trabalhadoras Domésticas (FE-NATRAD), “mulheres negras vão mais cedo para o mercado de trabalho, não conseguem estudar e são mães mais jovens. Toda essa conjuntura faz com que elas se sujeitem a condi-ções mais precárias”<sup>4</sup>.

---

4 Dados disponíveis em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/03/trabalho-domestico-e-a-ocupacaode-5-9-milhoes-de-brasileiras>. Acessado em 19 de jun. 2019.

(...) Minha mãe, após meu pai abandonar a ela e seis filhos, foi morar com a minha avó. Para nos sustentar, ela e minha avó trabalhavam de empregadas domésticas. Em 1989, na cidade de Goiânia, minha mãe trabalhava em uma casa, e eu com nove anos ia para ajudá-la. Nessa casa havia uma menina que contava com seus nove anos também. Ao fim do dia, quando encerrava meus afazeres, ela me chamava para brincar, e a brincadeira era bem parecida com a minha rotina de doméstica infantil. Eu era a empregada dela na brincadeira de casinha, de forma ‘lúdica’ me chamava de escrava. Dizia: você é minha escrava, vá buscar água... na minha inocência não via nada de mau nesse comportamento à época... [...] é lamentável, pois muitas vezes aceitamos certos aspectos em uma relação, seja de trabalho ou qualquer outra, por sentirmos que não merecemos nada além do desprezo, humilhação... (PRETARARA, 2019, pp. 67-68).

O trabalho doméstico remunerado seria visto como opção “digna” se fosse, primeiramente, entendido como “trabalho”, se para o exercício fossem consideradas outras competências,

além de ser “asseada, honesta e gostar de trabalhar” (diversos empregadores veiculam predicados como imprescindíveis às oportunidades anunciadas). Especialmente se fosse opção para pessoas negras e pessoas não negras. O perfil das redes sociais @elaesoababa exemplifica o valor dado ao trabalho doméstico remunerado: “teu chefe lá na empresa que você trabalha te chama de ‘a moça que trabalha lá na minha empresa; a moça que me ajuda/funcionária?’. Se trabalho doméstico é como qualquer emprego, por que a insistência em colocar a função como ‘favor/ajuda?’”<sup>5</sup>

Ainda hoje, é (re)conhecido como “baluarte do trabalho escravo”<sup>6</sup>, considerado improdutivo. Ou seja, trabalho que não gera valor, o que confere inferioridade e subalternidade que o liga, imediatamente, a raça e gênero. A título de ilustração, sobre como o trabalho doméstico remunerado é tratado, foi regulamentado apenas como trabalho, portanto, protegido, em 2015, com a promulgação da Lei Complementar 150, de 1º de junho daquele ano. Apenas em 2015 o trabalho doméstico remunerado foi reconhecido como ocupação laborativa formal, estendendo aos/às trabalhado-

---

5 Disponível em: <https://www.instagram.com/elaesoababa/>. Acessado em 12 de abr. de 2021)

6 Fala da ex-presidenta Dilma Rouseff sobre o trabalho doméstico em live transmitida pelo canal Brasil 247, do YouTube, em 23 de abril de 2020. (Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5KNevOcWvwY>. Acessado em 10 de fev. de 2020).

res/as domésticos/as direitos trabalhistas conquistados pela classe trabalhadora e assegurados desde a promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em 1943, ratificados pela Constituição.

Apesar de sua importância central para a organização social e econômica de um país, o trabalho doméstico ainda se caracteriza pela invisibilidade, desvalorização e baixa regulamentação. Trabalhadoras(es) domésticas(os) representam parte significativa da força de trabalho global no emprego informal, e estão entre os grupos de trabalhadoras(es) mais vulneráveis. (OIT, 2021)<sup>7</sup>

Mas, infelizmente, as trabalhadoras domésticas ainda lutam pelo cumprimento da lei. Menos de um terço da categoria tem carteira de trabalho (CTPS) assinada, o que asseguraria os direitos trabalhistas básicos, como férias, 13º salário, recebimento de horas extras etc. Diz muito sobre o caráter escravista que o trabalho doméstico remunerado mantém em

---

<sup>7</sup> Disponível em: Dia Nacional da Trabalhadora Doméstica: Convenção 189: quatro pontos para você entender a importância da promoção do trabalho decente para trabalhadoras domésticas em tempos de COVID-19 (ilo.org). Acessado em 12 de out. de 2022.

si e sobre a elite periférica, que não renuncia a privilégios na efetivação de direitos. “O salário médio de uma empregada doméstica com carteira assinada, no Brasil, é de R\$ 1,2 mil, segundo o IBGE. Organizações que as domésticas apontam que 75% delas vivem na informalidade. Ou seja, ganhando menos que o mínimo e mais vulneráveis”<sup>8</sup>

Relatos sobre humilhações no exercício das funções, salários irrisórios, situações de servidão, relações de afeto unilaterais e rotinas extenuantes de trabalho dão o tom do trabalho doméstico.

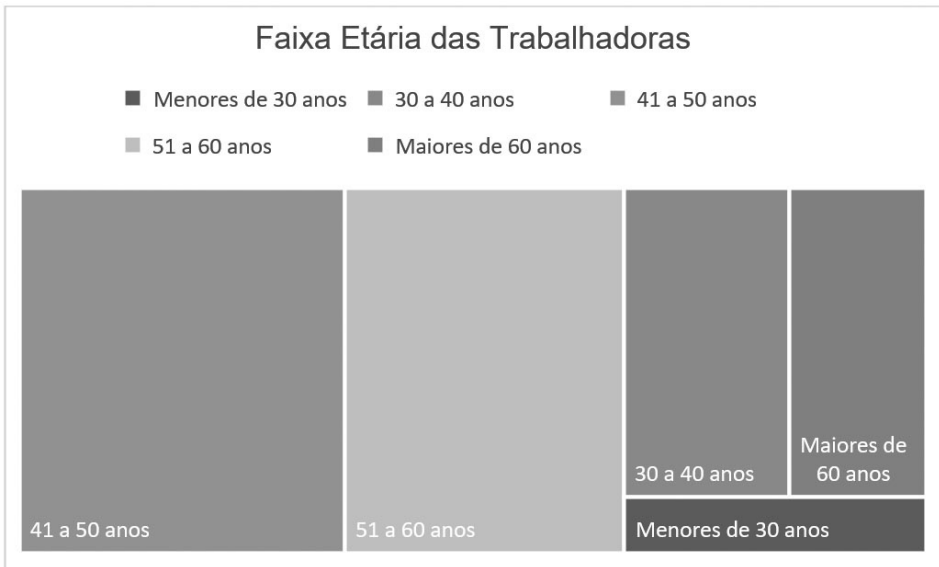
Se de um lado raça e gênero são fortes marcadores, de outro, o marcador geração começa a aparecer como tema importante a ser considerado. Estudos indicam que “a idade média dos trabalhadores é de 44 anos, mesma faixa etária identificada em 2019. Em 2020, os trabalhadores domésticos com 60 anos ou mais representavam 8,7% do total; em 2019 eram 9,1%”<sup>9</sup>. As trabalhadoras domésticas estão envelhecendo. O grupo abordado na pesquisa o reforça.

---

8 Dados disponíveis na reportagem publicada pelo jornal Correio 24 horas. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/empregadas-sao-obrigadas-a-ficar-na-casa-dos-patroes-enquanto-a-pandemia-durar/>. Acessado em 11 de abr. de 2021.

9 Disponível em: População ocupada em trabalhos domésticos diminui 23,4% | Radioagência Nacional (ebc.com.br). Acessado em 12 de out. de 2020.

## Quadro 1 -Faixa etária das trabalhadoras



*Fonte: Amanda Lemos (2022)*

O cenário da pesquisa retrata exatamente a realidade nacional, mostrando que a categoria está envelhecendo. A utilização recorrente dos transportes públicos poderá influenciar a qualidade de vida no envelhecimento ou velhice. Há ainda as mulheres na faixa etária de 51 a 60 anos, que representam 31% das entrevistadas, número expressivo, que reforça a importância do trabalho. Afinal, como as mulheres idosas trabalhadoras enfrentam as agruras diárias do uso dos transportes coletivos, como o processo comprometeria ou aceleraria o desenvolvimento de aspectos negativos ao seu envelhecimento.

O trabalho doméstico me deixou vários traumas psicológicos, e no corpo também, devido ao uso de produto de limpeza forte diariamente. Limpando hoje a minha casa percebi que consigo acordar cedo e ficar sem comer nada o dia todo, e sentir fome lá pelas 17h, porque era o horário que eu já estava acabando as faxinas, aí comia algo rápido ou a marmita que levava de casa. Hoje, não sendo mais doméstica, meu corpo se adaptou a uma realidade do passado.<sup>10</sup>

Tratando ainda do envelhecimento de trabalhadoras domésticas, devemos apresentar o quesito raça/cor, mesmo não sendo critério ou identificado na fala das entrevistadas. Mas se raça está presente no trabalho doméstico deve ser associada ao envelhecimento das mulheres.

O envelhecimento é processo natural, influenciado por fatores ambientais, sociais, culturais e econômicos. Determina diretrizes à fase da vida e age sobre a vida do indivíduo desde o nascimento. Em palestra proferida em julho de 2019<sup>11</sup>, a jornalista especialista em economia, Flávia Oliveira,

---

10 Depoimento retirado de [https://www.instagram.com/p/BxSayvHHuD\\_/](https://www.instagram.com/p/BxSayvHHuD_/). Acessado em 15 de mai. de 2019.

11 Mesa "Anastácias redivivas – o feminismo negro em meio à tempestade", apresentada durante a FLIP/FLUP, nos pilotis do Museu de Arte do Rio (MAR), em 15 de julho de 2019.



mencionou como os indicadores sociais afetam a elaboração da autoestima e de identidades positivas da população negra.

Os indicadores demonstram como a população negra permanece subalternizada, dominada e inferiorizada<sup>12</sup>. Negras e negros ocupam postos de trabalhos mais subalternos, recebem salários mais baixos, são as maiores vítimas de violência, incluindo homicídios, vivem em condições mais insalubres e perigosas. Quando os indicadores são analisados amiúde, percebe-se que as desigualdades e injustiças sociais são sentidas mais intensamente por pessoas negras.

O envelhecimento não transcorrerá da mesma maneira entre trabalhadores e não trabalhadores, entre homens e mulheres, entre negros e não negros, pois decorre da complexa associação de diferentes fatores - econômicos, sociais, políticos, entre outros. “As pessoas mais velhas, se tiverem boa saúde, estabilidade financeira e afetiva, podem ser tão felizes quanto as mais novas” (GOLDENBERG, 2017). É difícil imaginar como as trabalhadoras domésticas conseguirão manter boa saúde, com extenuantes jornadas de trabalho, dependência de assistência médica pública e sacrificantes viagens diárias no deslocamento para o trabalho. Logo, o mínimo que se pode oferecer são condições dignas de existência, a começar pela garantia de acesso.

---

12 Para mais informações consultar o Atlas Brasil, disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>. Ou o Censo Brasil, de 2010, disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>.

## Vida das trabalhadoras domésticas pelas cidades

Um objeto de pesquisa sempre é pensado em momento de ebulição por uma ideia e/ou realidade. Nesse caso, a ideia de pesquisar envelhecimento e transporte público partiu da experiência com pesquisas sobre trabalho doméstico e convivência com outros pesquisadores do tema. Destaca-se o trabalho da pesquisadora colombiana Valentina Montoya Robledo<sup>13</sup>, a quem conheci durante as aulas do curso de doutorado, no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O trabalho doméstico nos aproximou como pesquisadoras, mas acredito ser importante acrescentar ao debate fatores como envelhecimento e racialização.

Reafirmo o já comentado, que a seleção do projeto no edital de Pesquisa Acadêmica – 2021 viabilizou a pesquisa de maneira tranquila, com fundamental suporte técnico-operativo, oferecido a partir de reuniões mensais, coordenadas pela equipe do Portal do Envelhecimento, com a participação dos demais pesquisadores/projetos selecionados. Momentos de fortalecimen-

---

13 Doutora em Direito, doutorado na Universidade de Harvard. Advogada, cientista política e mestre em Direito pela Universidad de los Andes. Possui vasta experiência em pesquisa, ensino, contencioso estratégico, políticas públicas e ativismo. Tem interesse em trabalhar em questões de direito público, direito do trabalho, gênero, planejamento urbano, mobilidade, sociologia jurídica, entre outras. Seu perfil de ensino e pesquisa é bastante versátil e transversal para diferentes áreas. (Disponível em: Valentina Montoya Robledo | Uniandes. Acessado em 12 de out. de 2022.)

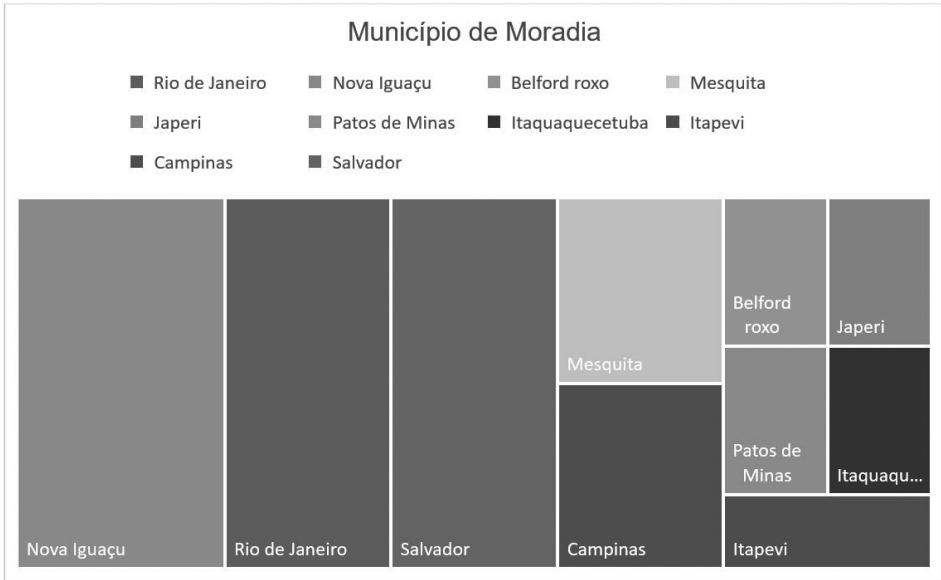
to e capacitação para os envolvidos, que em vários momentos orientaram e qualificaram o processo de investigação.

Pesquisa qualitativa e quantitativa, que combina dados quantitativos e qualitativos em sua análise, buscando ir o mais longe possível na compreensão do objeto estudado, interpretando “as informações quantitativas por meio de símbolos numéricos e os dados qualitativos mediante a observação, a interação participativa e a interpretação do discurso dos sujeitos” (KNECHTEL, 2014, p. 103).

Inicialmente, pensou-se no trabalho de campo fisicamente, com trabalhadoras domésticas nos municípios do Rio de Janeiro (RJ) e Belo Horizonte (MG). Entretanto, ao buscar as informantes, concluímos que seria muito difícil acessá-las, pois nos contatos por telefone as mulheres se mostraram desconfiadas e resistentes ao projeto, mesmo reconhecendo a importância, afirmando que a situação era caótica. Uma possível interlocutora, moradora de Belo Horizonte, disse: “Lutar pelo transporte público daqui de Santa Luzia”. Infelizmente, as negociações não avançaram.

As entrevistas semiestruturadas ocorreram com trabalhadoras domésticas filiadas ao Sindicato dos Trabalhadores e Empregados Domésticos de Nova Iguaçu (RJ). Enviados, por e-mail, questionários para trabalhadoras domésticas de outras cidades, localizadas pela técnica *bola de neve*, com o uso de redes de referência e indicações, que possibilitaram a chegada às interlocutoras.

## Quadro 2 - Município de moradia



*Fonte: Amanda Lemos (2022)*

No total, entre entrevistas e questionários, foram abordadas 41 trabalhadoras domésticas, na faixa etária de 28 a 79 anos, que utilizam diariamente o transporte coletivo.

A realização do campo virtualmente, pela interlocução por e-mail, possibilitou diversificar o universo investigado, com riqueza à compreensão do objetivo proposto - verificar como o uso contínuo do transporte público influencia o envelhecimento das mulheres. As condições materiais de vida, das quais faz parte o uso prolongado do transporte público, comprometem as possibilidades de as mulheres vivenciarem

uma velhice ativa, saudável e com qualidade. Para classificar o estudo, parafraseamos Gilberto Velho (2002, p. 40), “os estudos desenvolvidos na cidade são, portanto, investigações sobre a sociedade brasileira”.

Sobre as condições materiais de vida, mesmo muitas tendo optado por não responder quanto é sua renda mensal, são mulheres oriundas das classes subalternas, que já vivenciam, cotidianamente, experiências que afetarão o envelhecimento/velhice. O uso do trabalho doméstico será apenas mais um aspecto a castigá-las. A maioria vive em regiões periféricas ou em comunidades geograficamente mais próximas às áreas nobres, o que não significa serem acessíveis.

### Quadro 3 - Renda mensal



*Fonte: Amanda Lemos (2022)*

O transporte público, historicamente, é problema crônico, que aflige a classe trabalhadora. Sistema arcaico e sucateado, não pensado para contemplar a diversidade. Significa que mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência, dificilmente terão de fato as necessidades atendidas, com viagens confortáveis e seguras. O que submete, país afora, trabalhadores ao estresse e situações de risco iminente, o que é potencializado quando se trata de mulheres, de acordo com as interlocutoras:

Na minha opinião, está péssima a viagem, porque além de esperar por muito tempo, vem lotado, e nunca vem no horário certo, estou muito insatisfeita com a nossa linha de tempo. (Entrevistada 36).

Muito cansativa, pois vamos em pé, os ônibus vêm muito cheios, e agora que colocaram ar-condicionado em alguns, e nem todos os bairros têm. (Entrevistada 37).

Os trabalhadores que ocupam os postos de trabalho mais subalternos se veem reféns do transporte público, pois não há outras opções.

Para os mais desavisados, pode parecer exagero afirmar que os sistemas de transportes públicos, nas principais ca-

pitais brasileiras, estão à beira de um colapso, mas não é. Os meios de comunicação não deixam dúvida quanto à afirmativa, noticiando o caos vivido pela classe trabalhadora.

Em março de 2022, os metroviários de Belo Horizonte protagonizaram a maior greve da categoria na cidade. Por 40 longos dias o metrô funcionou apenas nos horários de pico e com capacidade reduzida. Os metroviários decidiram encerrar a greve não porque as reivindicações foram atendidas, mas em solidariedade à classe trabalhadora, castigada pela suspensão do serviço, “segundo o sindicato dos metroviários, a discussão ‘não foi fácil’. A assembleia decidiu suspender o movimento para ser ‘solidários com a população trabalhadora’<sup>14</sup>

Já no Rio de Janeiro, agoniza o sistema Bus Rapid Transit (BRT), criado na época das Olimpíadas, em 2016, com a promessa de integrar a cidade, diminuir os custos e o tempo das viagens. “São 24 horas de superlotação, de atrasos e de sofrimento no BRT do Rio. O RJ1 acompanhou um dia inteiro no sistema de transporte rodoviário, que precisa urgentemente de uma solução definitiva”<sup>15</sup> (Grifos do original).

Em São Paulo, em setembro de 2022, notícias davam conta de um curto-circuito, que teria levado a um incêndio na

---

14 Disponível em: Após mais de 40 dias da greve mais longa da história, CBTU anuncia metrô normal em BH a partir de 2ª | Minas Gerais | G1 (globo.com). Acessado em 12 de out. de 2022.

15 Disponível em: 24 horas no BRT do Rio: as histórias de quem sofre no sistema | Rio de Janeiro | G1 (globo.com). Acessado em 12 de out. de 2022.

malha ferroviária. Houve caos. Sem possibilidade de embarcar, buscavam ônibus, mas sem sucesso.

Usuários do transporte sobre trilhos enfrentaram uma manhã de caos na Linha 7 – Rubi. Uma multidão esperou mais de cinco horas pela normalização dos serviços na estação Perus, na manhã desta terça-feira (20).

Por volta das 8h, os usuários tentavam embarcar nos poucos trens que circulavam após uma falha de energia comprometer a operação entre as estações Palmeiras-Barra Funda e Piqueri.

Os trens circulam apenas até a estação Vila Aurora, o que é insuficiente para a maioria dos passageiros que precisam chegar até a Barra Funda.

Segundo a SPTrans, 57 ônibus da operação Paese foram colocados nas ruas. O número, entretanto, não deu conta da demanda de passageiros.<sup>16</sup>

---

16 Disponível em: Estação Perus, da Linha 7 - Rubi da CPTM, tem lotação e aglomeração após falha interromper circulação de trens | São Paulo | G1 (globo.com). Acessado em 20 de set. de 2022.



Também em setembro de 2022 houve o naufrágio de uma embarcação que fazia transporte coletivo no Pará. Os transportes fluviais seguem a realidade da precariedade, negligenciados pelas autoridades competentes que não realizam fiscalização.

Naufrágio no Pará: população isolada no Marajó sofre com transporte fluvial precário e recorre a embarcações clandestinas.

Os moradores do Marajó reclamam constantemente de viagens muito cheias, barcos que dão pane e viagens regulares suspensas (veja mais abaixo). Com esses problemas nas embarcações regulares, muitas vezes os moradores recorrem aos barcos clandestinos para conseguir chegar ao destino, apesar da situação precária. Um desses barcos irregulares naufragou na quinta-feira (8/9) e deixou mais de 20 mortos<sup>17</sup>. (Grifos no original).

“Péssimo, ônibus quebrados, cheios demais. BRT lotado, sem ar-condicionado, muito atrasado. Trem a mesma

---

17 Disponível em: Naufrágio no Pará: população isolada no Marajó sofre com transporte fluvial precário e recorre a embarcações clandestinas; entenda | Pará | G1 (globo.com). Acessado em 12 de out. de 2022.

coisa, fora a passagem, que não combina com o valor creditado a nós” (Entrevistada 18). A precarização está instalada em âmbito nacional, ratificado pelas entrevistadas. A lógica que estrutura o sistema de transporte público não privilegia a acessibilidade e a mobilidade, segmenta os trabalhadores, priva-os da cidade, submete-os a situações de desgaste físico e emocional e desmobiliza-os como classe social, que coletivamente reivindicaria melhores condições para a operacionalização do sistema. Além disso (tudo), o Estado descumpre o Art. 5º, termo XV, da Constituição Federal de 1988: “é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens” (BRASIL, 1988).

O edital de Pesquisa Acadêmica – 2021 trata de “envelhecer com o futuro”. Observando o cenário desolador, se impõe como fator acelerador do envelhecimento sem qualidade e sem perspectivas reais. Não há como pensar a longevidade com qualidade de vida e bem viver em jornada diária tão estressante e extenuante, especialmente quando se consideram as mulheres que já completaram 60 anos.

Muito estressante, demorado, ônibus com a sua conservação horrível, ainda tem a falta de respeito dos

motoristas quando estamos no ponto e não param, e dos passageiros que estão estressados com toda a situação precária dos transportes. (Entrevistada 3)

Me sinto muito estressada envelhecendo mais rápido. (Entrevistada 5)

Na qualidade de vida péssimo na velhice. (Entrevistada 30)

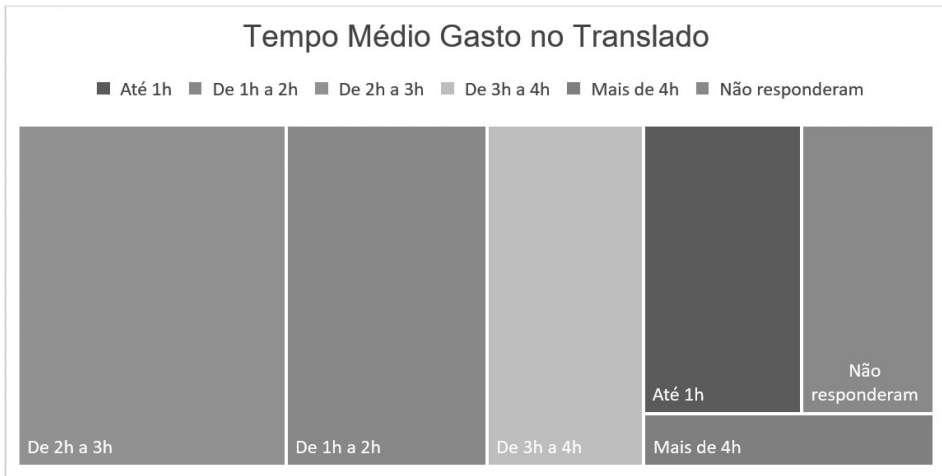
A precariedade leva a um gasto absurdo de tempo, e inclui-se a precariedade da engenharia de tráfego nos grandes centros urbanos. O tempo médio gasto nesses deslocamentos, tempo roubado da vida dessas mulheres, não será recuperado.

Um dos principais desafios é a enorme quantidade de tempo que trabalhadoras domésticas levam em seus deslocamentos, em parte porque geralmente têm padrões de viagem diferentes dos outros passageiros. Planejado principalmente para os padrões de deslocamento dos homens, o transporte coletivo em ambas as cidades conecta os trabalhadores

entre periferias de baixa renda e áreas comerciais centrais, onde estão localizados o maior número e concentração de empregos formais. No entanto, muitas trabalhadoras domésticas encontram emprego em áreas residenciais de alta renda que não estão bem conectadas às redes de transporte coletivo. (ROBLEDO, 2020)<sup>18</sup>

Em média, as mulheres entrevistadas na pesquisa levam de duas a três horas no deslocamento, por trecho, para o trabalho, o que totaliza de quatro a seis horas por dia, dentro do transporte público. Usam trem, ônibus e metrô para chegar aos destinos, os mesmos ônibus, trens e metrôs noticiados, para elas são “*horrível*”, “*péssimo*” ou “*muito ruim*”. Uma entrevistada se mostrou exausta somente em descrever a rotina. Para chegar ao local de trabalho às oito da manhã, precisa sair de casa às quatro da manhã. Saindo do trabalho às 17h, chega em casa por volta das 21h, momento em que dará conta das tarefas domésticas. É surreal nos depararmos com essa realidade em pleno século XXI, quando imaginávamos veículos voadores ou câmeras de teletransporte.

## Quadro 4 - Tempo médio gasto no traslado



*Fonte: Amanda Lemos (2022)*

Não por acaso, parte das mulheres que levam até uma hora no traslado tem a possibilidade de ir a pé ou de bicicleta. A oportunidade de morar próximo ao trabalho é para poucas, considerando as estratégias de valorização imobiliária empreendidas pelo capital, que segregam burguesia e classe trabalhadora, exilada nas regiões longínquas e periféricas, acessando as áreas ditas nobres apenas para servir, recorrendo ao serviço de transporte que não lhes oferece o mínimo de dignidade.

São viajantes cativos de transporte público, viajando de locais residenciais de baixa renda para alta e média renda para trabalhar. No entanto, o sistema de transporte

entre esses bairros sofre com a falta de ligações. Assim, os trabalhadores domésticos passam mais tempo se deslocando para trabalhar em relação a qualquer outro trabalhador urbano em Bogotá. Além disso, o sistema afeta as condições gerais de saúde dos trabalhadores domésticos, pois inalam altas doses de contaminantes do ar. Diante das leis e políticas em vigor que perpetuam o patriarcado, a violência e a segregação (...)¹⁹.

No tempo gasto por trecho deslocado há mulheres que perdem oito horas do seu dia, da sua vida, no uso do transporte, tempo não remunerado. O longeviver se afasta para um horizonte cada vez mais distante.

Me atrapalha, pois demora muito esperando o ônibus. Se fosse mais rápido eu chegava mais cedo e dava pra fazer um monte de coisas pra mim ou na minha casa. (Entrevistada 36)

Dependemos de como envelhecemos, se tivermos uma boa saúde, amém... (Entrevistada 34)

---

19 Disponível em: Respirando dentro e fora: Trabalhadores domésticos de alta exposição à poluição do ar no sistema de transporte público de Bogotá - Valentina Montoya-Robledo, Laura Iguavita, Segundo López, 2022 (sagepub.com). Acessado em 12 de out. de 2022.

Eu não tenho uma memória muito boa, por isso não consigo contar minhas histórias de faxineira/diaria, na ordem cronológica, e nem consigo escrever muitas coisas que passei, por não lembrar com detalhes. Mas me lembro que aceitei uma diária que ficava na Penha, zona leste de São Paulo, longe. Eu tinha que sair de casa às cinco, para não pegar trânsito, tomava dois ônibus, mas para chegar ao trabalho fazia um percurso absurdo. Pensar em não aceitar não pensei, estava precisando trabalhar, e era o que tinha aparecido. O trabalho de diarista tem que ser a semana inteira para compensar. Um detalhe que no começo eu achei ruim foi o fato da minha patroa só querer a cada 22 dias, mas achei bom porque seria muito ruim se tivesse que fazer aquele percurso toda semana (...).

(...) Aí vi que a única coisa ruim daquela diária estava sendo a distância de onde eu morava, mesmo assim resolvi continuar.<sup>20</sup>

As necessidades materiais, de subsistência e reprodução, fazem com que enfrentem os desafios do trabalho doméstico,

---

<sup>20</sup> Depoimento no perfil do Instagram @delmma\_novais. Acessado em 16 de ago. de 2022.

agravados pelo uso do transporte público. Qual o custo que terá a longo prazo? Por que o Estado não investe nos transportes públicos como política pública, a fim de garantir a efetivação de um direito e qualidade de vida?

Contudo, os transportes públicos ainda podem ser lugares hostis à presença feminina. Dificilmente se encontrará uma mulher que em algum momento não tenha sido assediada, coagida ou ameaçada nos transportes. Isso se dá pela mentalidade machista e ainda porque mesmo as mulheres representando “mais de metade dos usuários de transporte coletivo no Brasil, ainda são minoria nos cargos de gestão”. A falta de representatividade em espaços de poder leva a “legislações, políticas públicas e sistemas de transporte planejados sem considerar questões e necessidades específicas de gênero”, o que é péssimo, pois, mais uma vez, as mulheres serão afetadas, inclusive as idosas.

Muitas das vezes vou em pé. Minhas pernas estão muito cansadas, a coluna desviada, sem contar com os abusados machistas que querem se aproveitar. Estou cansada e já não tenho forças, meu corpo sente, chego no trabalho cansada, chego em casa pior ainda, só banho e cama. No outro dia tudo de novo... (Entrevistada 18)



É assustador não saber se vai chegar em casa, hoje em dia o perigo está por toda parte. (Entrevistada 15)

Seja nos casos de assédio e violência sofridos no dia a dia, ao se deslocar pela cidade, ou na pouca participação nos processos de tomada de decisão, as mulheres ainda enfrentam desafios significativos quando o assunto é mobilidade. Um ambiente urbano mais seguro e equitativo para as mulheres depende da compreensão de que a violência não é apenas física – tem entre as causas não apenas agressões diretas, mas também a maneira como a própria cidade é planejada e construída.

A voz das mulheres precisa ser ouvida.<sup>21</sup>

Para se ter um transporte de qualidade é preciso pensar a diversidade e a questão de gênero. Para se promover um longeviver próspero é preciso pensar diversidade, gênero e transportes públicos. Observa-se ainda a violação de direitos, como o de ir e vir e a liberdade de poder acessar, em segurança, todas as partes da cidade.

---

21 "Para ser segura e inclusiva, a mobilidade precisa da participação das mulheres". Disponível em: Para ser segura e inclusiva, a mobilidade precisa da participação das mulheres | WRI Brasil. Acessado em 22 de jul. de 2022.

Sintetizando as questões que envolvem o trabalho doméstico, o envelhecimento e o uso dos transportes públicos por parte dessas mulheres, gostaríamos de resgatar a história de dona Cleonice Gonçalves, trabalhadora doméstica, negra, 63 anos de idade, mãe, irmã, avó, moradora da cidade de Miguel Pereira, município da região centro-sul do estado do Rio de Janeiro. Portadora de outras enfermidades, tornou-se a primeira vítima fatal de Covid-19 no estado. A “patroa” – não identificada – chegou de uma viagem feita à Itália (na época epicentro mundial da doença) já sintomática e a manteve trabalhando em sua casa normalmente, mesmo sabendo da possibilidade de sua infecção, por conta da transmissibilidade do vírus.

Sob a perspectiva de ter quem cuidasse da “patroa” e da casa, Cleonice manteve a rotina de trabalho cumprida nos dez anos anteriores. Segundo familiares, ela passava a semana no trabalho, por conta da distância de sua residência (cerca de 120 km) até a “casa de família” onde era doméstica. No domingo, dia 15 de março, quando retornou para o trabalho para reassumir as tarefas, começou a se sentir mal; a patroa solicitou que alguém da família fosse buscá-la no Leblon. Como não aconteceu, na segunda-feira, 16, a “patroa” colocou Cleonice em um táxi. Entretanto, já não tinha como ir para casa, e foi levada para o hospital, onde deu

entrada em estado grave. Faleceu na madrugada do dia 17. Segundo os médicos, teve o quadro agravado pelas comorbidades preexistentes<sup>22</sup>.

O caso de Cleonice Gonçalves é extremo. Espera-se que situações semelhantes não se repitam. No entanto, serve para pensar em distintas questões, mas vamos nos deter no objeto da investigação. Cleonice era uma mulher idosa, que se mantinha trabalhando (desde a adolescência) para cuidar de sua existência. Talvez se houvesse alternativas nos transportes e conectividade entre as cidades, não precisaria se ausentar de casa por tanto tempo. A falta de políticas públicas eficientes e efetivas que contemplem a mobilidade e acessibilidade e de proteção aos grupos mais vulneráveis propicia situações tristes como essa. Entre as entrevistas, cerca de 20% eram aposentadas e outros 30% trabalhavam há mais de 30 anos na profissão. Ao ser questionada sobre o tempo de trabalho, uma das participantes respondeu *toda a minha vida* (Entrevistada 8).

Finalizando, é importante afirmar que a epidemia causada pelo novo coronavírus também afetou os transportes pú-

---

22 Informações veiculadas no artigo "Doméstica idosa que morreu no Rio cuidava da patroa contagiada pelo coronavírus". Publicado pela Folha de S.Paulo (on-line). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/djamila-ribeiro/2020/03/domestica-idosa-que-morreu-no-rio-cuidava-dapatroa-contagiada-pelo-coronavirus.shtml>. Acessado em: 01 de maio de 2020.

blicos. Sob a alegação de diminuição da arrecadação e crise financeira, ficaram ainda mais escassos e precarizados. “Pés-simo, cada dia é uma tortura” (Entrevistada 10). Parece que o sofrimento não tem fim.

### **Considerações finais**

Discutir o envelhecimento, transportes públicos e acesso deve ser pauta dos debates por muito tempo.

A pesquisa verificou que o transporte público, em seu nível absurdo de precariedade, compromete o envelhecimento e a vivência da velhice. Nesse cenário, mulheres, mesmo as mais velhas, têm o corpo objetificado e assediado, sofrendo ainda mais quando estão em ônibus, trens, estações, terminais, metrô.

Questões específicas ao envelhecimento começam quando sequer, no caso dos ônibus, os motoristas não querem parar os coletivos nos pontos, por conta da gratuidade da passagem, direito de pessoas idosas. E seguem quando dentro dos veículos os assentos preferenciais não são respeitados, e frases preconceituosas são desferidas. No entendimento dos demais passageiros não deveriam estar ali por conta da idade. Não se dão conta que muitas vezes a pessoa idosa ainda precisa tra-

balhar. Envelhecer não revoga o direito de existir e estar nos espaços. Devemos refletir.

Vivemos em grandes centros urbanos com engenharia de tráfego ruim e pior sistema de transporte público, nas redes metroviárias, rodoviárias, ferroviárias e pluviais. Influencia a qualidade de vida e o bem viver dos sujeitos e, certamente, trará agravos à vida, mais fortemente sentidos na velhice. É preciso equacionar as perspectivas de longevidade e bem viver, com acessibilidade e urbanização.

Por último, mas não menos importante, as trabalhadoras domésticas, que motivaram este estudo. Elas têm o envelhecimento afetado pelo uso contínuo dos transportes coletivos. Da lotação ao assédio, passando por longos engarrafamentos e interrupções na operação, relatam aviltamentos nos deslocamentos. Mulheres que mesmo com idade superior a 60 anos continuam trabalhando e encarando longas e cansativas viagens, que restringem o seu tempo de vida, a sua existência.

## Referências

BRASIL, Senado Federal. **Constituição da república federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

CRENSHAW, K. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **Painel 1, Cruzamento de raça e gênero**, 2012. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wpcontent/uploads/2012/09/KimberleCrenshaw.pdf>. Acesso em: 13 jan 2021.

GOLDENBERG, M. **A bela velhice**. Rio de Janeiro: Record, 2017.

GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

KNECHTEL, M.R. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

LOPES, D.R.; MARTORELLI, M.; COSTA, A. G. V. **Mobilidade urbana: conceito e planejamento no ambiente brasileiro**. Curitiba: Appris, 2020.

MONNERAT, S.; BISPO, R. Cidades nas ciências sociais brasileiras. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 35, n. 76, p.201-207, 2022.

PINHEIRO, L.; TOKARSKI, C. P.; POSTHUMA, A.C. (Orgs.). **Entre relações de cuidado e vivência de vulnerabilidade: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil.** Brasília: IPEA; OIT, 2021.

PRETA-RARA. **Eu, empregada doméstica:** a senzala moderna é o quartinho da empregada. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

SOUZA, J. **A ralé brasileira.** Quem é e como vive. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

VELHO, G. Antropologia e cidade. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). **Cidade: história e desafios.** Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 37-41, 2002.

# **Vivências de passageiros idosos da Capital Federal e entorno no transporte público urbano**

*Alda Abrahão Faiad de Moura*

*Eduarda Rezende Freitas*





## **Introdução**

Em nossa sociedade, o passageiro idoso é, muitas vezes, desrespeitado e vítima de preconceito etário. O etarismo se manifesta por parte dos profissionais do transporte público, como motoristas e cobradores, e pelos demais usuários. O cenário contribui para a invisibilidade social de pessoas idosas e negação do direito de ir e vir com dignidade.

Diante disso, foi realizado um estudo qualitativo, com grupo focal, a fim de investigar as dificuldades de passageiros idosos no uso do transporte coletivo urbano no Distrito Federal (DF) e entorno. Este capítulo apresentará os resultados dessa investigação e abordará, inicialmente, as características do DF e do entorno, especialmente o funcionamento do transporte público, a relação entre mobilidade urbana e envelhecimento ativo, atitudes, preconceitos e estereótipos em relação à velhice e a importância das ações de cuidado do poder público. No que se refere ao último aspecto, houve um breve histórico a respeito da discussão e efetivação da Lei do Passe Livre na Constituição Federal de 1988.

## **Caracterização da cidade de Brasília**

Brasília é a experiência brasileira de formação de um tipo étnico representativo da integração nacional, miscigenado, no Planalto Central do Brasil. Um momento de destaque da industrialização brasileira ocorreu durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), período em que houve incentivo ao estabelecimento de empresas montadoras de automóveis e construção de Brasília (ARBEX JUNIOR; SENISE, 1998). Representava, para o então presidente, um símbolo do “Brasil novo”, e não apenas uma cidade ou local geográfico, mas a chave de um novo tempo. De acordo com os autores, a nova capital seria o emblema de seus sonhos de industrialização, progresso e justiça social.

Atualmente, Brasília é considerada metrópole nacional. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), a população é de 3.094.325 habitantes. Segundo Carvalho (2016), a situação do DF se diferencia por não se equiparar territorialmente a outro município ou estado da federação brasileira.

Brasília é uma das poucas cidades em que as densidades são mais baixas no centro, aumentando em direção à periferia, com padrão inverso ao geralmente apresentado por outros centros urbanos (CARVALHO, 2018). Maniçoba (2019) e Dourado e Sobrinho (2018) afirmam que a cria-

ção das 33 “cidades-satélites”, denominadas hoje de Regiões Administrativas (RAs), promoveu uma espécie de *apartheid* social que empurrou a população mais pobre para as periferias, distante do acesso aos serviços e oportunidades de trabalho concentradas no Plano Piloto. Vale ressaltar que as RAs não possuem autonomia administrativa, política ou financeira.

O subemprego em Brasília é exercido pelos habitantes das RAs e moradores do entorno. Ao se deslocarem para o Plano Piloto, encontram uma cidade que não foi planejada para eles (DORIGO *et al.*, 1999). Paradoxalmente, são justamente esses trabalhadores que dão o aspecto um pouco mais humano a Brasília. Dorigo *et al.* (1999) comentam que nos largos gramados, feitos para a contemplação, são observadas trilhas por onde passam os pedestres em direção ao Terminal Rodoviário e as paradas de ônibus, locais em que ambulantes vendem churrasquinhos, pastéis, entre outros alimentos, representando espaço de convívio social para trabalhadores que utilizam o transporte público.

A Área Metropolitana de Brasília é composta por 12 municípios goianos com estreita relação de integração e/ou dependência com o DF (SOUSA, 2022). Sete municípios apresentam fluxos regulares e mais intensos de mobilidade com o DF: Águas Lindas de Goiás, Valparaíso de Goiás, Novo Gama, Cidade Oci-

dental, Santo Antônio do Descoberto, Planaltina de Goiás e Luziânia. Esses municípios constituem o popularmente chamado “entorno de Brasília” - região estigmatizada como “espaço de segregação, conflitos e desigualdades, representados pelos municípios goianos que tiveram a ocupação diretamente influenciada pela expansão de Brasília para fora do quadrilátero do DF” (DOURADO; SOBRINHO, 2018). O fato de as distâncias se tornarem grandes torna a vida dos mais pobres complexa, porque o serviço de transporte é mais precário e caro.

### **Mobilidade urbana e transporte público no Distrito Federal e entorno**

Segundo o IPEA (2018), são inúmeros os desafios a serem superados pelos gestores da mobilidade do DF e entorno: falta de compatibilização das políticas de desenvolvimento urbano e metropolitano com o planejamento dos sistemas de mobilidade; problemas de um modelo de mobilidade estruturado no transporte individual; carência de políticas perenes de financiamento e investimento na infraestrutura de transporte público urbano; e envelhecimento da população.

Sousa (2022) argumenta que na escolha pelo transporte público o passageiro leva em conta, pelo menos, cinco aspectos: (1) conforto do serviço (p. ex., disponibilidade de assen-

tos, nível de ruído, condições de pontos de ônibus e terminais, condições de embarque e desembarque); (2) segurança (frequência e gravidade de acidentes); (3) confiabilidade (regularidade da linha e pontualidade); (4) acessibilidade (distância de caminhada, intervalo médio, tempo de espera, veículo adaptado); (5) rapidez (tempo de viagem). Entretanto, nem sempre passageiros idosos têm a possibilidade de ponderar sobre esses aspectos, uma vez que o transporte público pode ser a única opção de mobilidade pela cidade.

De forma geral, a população escolhe o modo de locomoção nas grandes cidades levando em conta vantagens e desvantagens do transporte público sobre pneus e sobre trilhos, como infraestrutura, oferta, custo, percepção de segurança, origem e destino do passageiro (SOUSA, 2022). No entanto, a realidade de Brasília é outra. Os preços das tarifas do transporte público coletivo e a precariedade na prestação desse serviço fazem com que parte da sociedade o utilize sem se questionar, pois é a única possibilidade de transporte para a maioria das cidades satélites (RAs).

Somado a essa falta de opção, há outro agravante, a inadaptação do veículo para pessoas com mobilidade reduzida, o que pode fazer com que ao longo do tempo esses usuários se isolem, ficando à mercê da solidariedade de outros para sua locomoção. Tal realidade é comum para pessoas ido-

sas, sobretudo no entorno, em que o transporte público sobre rodas é a única opção disponível.

Segundo Ferro (2022), existem em torno de 2800 ônibus operando no sistema do DF com mais de 750 interligações. No entorno, por sua vez, há 425 trajetos, sendo que 66% das viagens têm como destino o Plano Piloto. O entorno possui linhas que são deslocadas nos horários de pico da manhã e da tarde, com frota de veículos mais velha, financiada exclusivamente por receita tarifária, sem subsídio estatal, como ocorre no âmbito do DF.

Bonato Filho (1998) analisou a relação entre ambiente e comportamento de 201 motoristas de quatro empresas de transporte do DF. Para os participantes, o tempo para cumprir o horário foi variável relevante e considerado insuficiente na maioria dos casos. Além disso, a falta de espaço nos pontos de ônibus e a quantidade de carros foram aspectos considerados prejudiciais ao seu desempenho no trabalho. Muitos condutores se queixaram da dificuldade de dirigir com ônibus lotado e dos problemas mecânicos frequentes nos veículos. A valorização da opinião do motorista, pelas empresas, foi considerada baixa. Segundo o autor, esses aspectos são bastante desgastantes para os motoristas, podendo acarretar comportamentos inadequados no trânsito e comprometimento da qualidade do serviço relacionada à mobilidade e acessibilidade.

Segundo Coelho (2018), mobilidade e acessibilidade universal representam liberdade e igualdade, já a sua ineficiência a violação de direitos para a população, como pessoas idosas. Uma gestão eficaz deve ser focada no funcionamento eficiente dos transportes públicos, manutenção adequada das infraestruturas envolvidas nesse setor e reconhecimento dos gestores públicos da importância de conhecer a opinião dos usuários. Não se mede a qualidade do ambiente urbano em toneladas de concreto gasto, mas no tempo dispendido em deslocamentos diários pela população, qualidade do espaço público e abrangência dos equipamentos coletivos disponíveis (COELHO, 2018).

### **Envelhecimento ativo: algumas reflexões**

Como outras partes do mundo, Brasília vivencia o envelhecimento de sua população. Segundo Cappellato e Mercuri (2020), o envelhecimento demográfico é acompanhado por crescente preocupação ligada à inércia das instituições governamentais em reagir às transformações em curso. Dentre os desafios que acompanham a transição demográfica encontram-se as ações ou políticas públicas que visam à promoção do envelhecimento ativo.

Para D'Souza (1993), o construto envelhecimento ativo refere-se à reconstrução social do envelhecimento nas socie-

dades modernas, que proporcionaria à pessoa idosa oportunidades de desenvolvimento, além do cuidado humanitário. Comenta o autor que para a Comissão Europeia, o envelhecimento ativo é visto como estratégia que visa aumentar a acessibilidade e velhice com qualidade.

Segundo Bucur (2012), a União Europeia entende o envelhecimento ativo como meio de promoção da socialização, prevenção da dependência e melhoria na qualidade de vida de pessoas idosas. Para tanto, o incentivo a atividades voluntárias (que contribuem para a formação de redes sociais), asseguramento da cidadania a pessoas 60+ e a melhoria da acessibilidade aos transportes (em vista das limitações causadas pela idade) constituem ações que contribuem para o envelhecimento ativo.

Os debates sobre esse construto parecem, contudo, muitas vezes contraditórios. Para Nadon (2021), embora o conceito tenha sido introduzido na esfera pública como estratégia de adaptação às mudanças demográficas, contribui para perpetuar discursos etários e produzir um quadro normativo sobre a forma de vivenciar e conceber o envelhecimento, em visão linear e homogênea, negligenciando as histórias únicas, as condições sociais, políticas, culturais, financeiras e de saúde, que configuram esse processo como heterogêneo. A visão é ratificada por Moulaert (2011), ao afirmar que a aplicabilidade da perspectiva do envelhecimento ativo se torna de-



safiadora na crescente desigualdade e enfraquecimento dos sistemas de proteção social observados em muitos países da América do Sul, como é o caso do Brasil.

De acordo com Neri (2006), a convivência social e as condições em que vive o indivíduo influenciam o envelhecimento. A sociedade tem papel importante nesse processo, inclusive por meio de comportamentos e atitudes direcionados a pessoas idosas (ANDRADE, 2018). Esses indivíduos “sentem na pele” problemas como a perda de papel social, de respeito e prestígio, o adoecimento e a consequente exclusão social - pela sociedade, familiares e amigos.

Albert *et al.* (2021) estudaram a importância da participação social de pessoas idosas da imigração nas soluções de problemas. Os autores perceberam que quanto mais velha se apresenta essa população, mais diversificadas são as suas necessidades de integração na vida comunitária, de intercâmbios interculturais e intergeracionais.

### **Atitudes, preconceitos e estereótipos em relação à velhice**

Com o avançar da idade, vários obstáculos podem se opor ao acesso aos direitos e ao exercício da cidadania. Contudo, direitos humanos não mudam com a idade.

Moulias (2021) considera que é a partir disso que diversas Sociedades de Geriatria e Gerontologia, como a francesa e a brasileira, protestam contra o etarismo – preconceito etário – e combatem as diversas formas de expressão. Alertam, ainda, para o surgimento de formas de preconceito relacionado à idade “ao lado” de estereótipos tradicionais. Caso não seja dada a devida importância ao etarismo, afirma o autor, as consequências tendem a ser ainda mais graves, pois a discriminação se tornaria normativa e a segregação sistematizada.

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) (2021), estima-se que uma em cada duas pessoas no mundo tenha atitudes discriminatórias, que agravam a saúde física e mental de pessoas idosas e reduzem a qualidade de vida. Plan *et al.* (2022) argumentam que a sociedade que idealiza ou mesmo santifica a juventude desqualifica os mais velhos. Quem nunca ouviu que estava “velho demais” para fazer determinada atividade, usar uma roupa em particular ou ter um comportamento específico? Por trás dessas avaliações aparentemente inofensivas, esconde-se um “-ismo” diferente de qualquer outro: o preconceito de idade (PLAN *et al.*, 2022), chamado de etarismo.

Etarismo, ou o termo original, ageism, foi proposto, segundo Nelson (2005), por um gerontólogo norte-a-

americano em 1969, chamado Robert Butler. Esse termo se refere a “estereótipos e discriminação contra idosos”. Com o tempo, alguns autores propuseram que o etarismo engloba estereótipos, preconceitos e discriminação com base na idade em geral, e não apenas direcionado a pessoas mais velhas, porém isso ainda não é consenso. Hanashiro e Pereira (2020), por exemplo, afirmam que o etarismo se refere a estereótipos, preconceitos e discriminação baseados somente na idade cronológica, direcionados às pessoas mais velhas. Para os autores, apesar do crescimento da população com 60 anos ou mais no planeta, o preconceito etário continua negligenciado como forma de discriminação.

Enquanto os idosos carregam o peso de muitos estereótipos e preconceitos, que contribuem para a marginalização na sociedade, desenvolve-se a “cultura gerontofóbica” (BRIDEAU, 2021). Essa cultura valoriza a juventude, a rapidez e a eficiência, e recusa a velhice e o velho. Dessa forma, resta à pessoa idosa conformar-se aos ideais de juventude e aparência da sociedade atual sem ter a possibilidade de questioná-los.

Segundo Carmo (2016), no processo de socialização o sujeito absorve as crenças culturalmente compartilhadas internalizadas antes de sermos capazes de avaliá-las criti-

camente. Por isso, quando se entra em contato com membros de grupos estereotipados negativamente, como de pessoas idosas, o conteúdo é ativado sem haver consciência sobre isso. No entanto, há distinção entre estereótipos compartilhados socialmente e crenças pessoais, de forma que é possível que a pessoa reflita e reestruture as próprias crenças e atitudes.

Outro ponto importante é que nem sempre os estereótipos associados ao etarismo serão negativos. Por vezes, como lembram Vieira e Lima (2015), serão travestidos de aspectos “positivos”. Exemplos do primeiro caso são considerar a velhice como sinônimo de doença, impotência ou desinteresse sexual, feiúra, declínio cognitivo, inutilidade, isolamento, pobreza e depressão. Já o segundo caso envolve considerar todas as pessoas idosas gentis, sábias, confiáveis, livres, felizes etc.

Neri (2006) e Carmo (2016) acrescentam que no Brasil, associado à visão estereotipada da velhice, soma-se a desnutrição, o baixo nível educacional, o ser do gênero feminino e pertencer a grupos excluídos por critérios raciais, como outros desafios a se lidar nessa fase do curso de vida. Portanto, é hora de exigir que o Estado cumpra as obrigações em relação aos direitos humanos para o cidadão idoso. Conforme reforça Moulias (2021), devemos denunciar e combater os obstáculos ao exercício dos direitos.

## **Governo e cuidado com a velhice**

O aumento da expectativa de vida representa uma conquista da humanidade. No entanto, para os gestores, pode se caracterizar um desafio, pois o envelhecimento populacional exige grande revisão de diversas políticas. Para minimizar os efeitos negativos de uma sociedade egoísta, deve-se discutir o cuidado à população como papel do governo e da sociedade e conceder voz as pessoas. Idosas, por exemplo, sobre as demandas (TRAPP, 2019).

A promulgação da Constituição de 1988, elaborada com intensa participação de entidades de defesa dos interesses das pessoas idosas, contou com a manifestação de grupos de convivência de idosos de várias regiões do DF, que ressaltaram a importância do transporte público para o engajamento das pessoas idosas no convívio social (GÓES, 2009). No DF, a Assessoria Especial para Assuntos da Terceira Idade (AETI), criada pelo Decreto n.º 10.364, de 29 de abril de 1987, alcançou um grande triunfo, no mesmo ano: a conquista do passe livre nos ônibus urbanos da unidade federativa. A reivindicação partiu das pessoas idosas do “Grupo Fraternidade”, que iniciou as atividades no Centro de Saúde nº 09 do Cruzeiro Novo/DF (GÓES, 2009). Sensíveis à causa social, grupos de idosos do DF fizeram manifestações no Senado, durante a

votação da Lei do Passe Livre, e declarações foram registradas nos Anais do Congresso Nacional, na feitura da Constituição Federal de 1988.

Dados do pronunciamento feito pela representante do Grupo Comunitário do Gama, por ocasião da sessão da Assembleia Nacional Constituinte, de 17 de julho de 1987, mostram que, na ocasião, a comunidade atuava para despertar a consciência de pessoas idosas do DF, visando à formação de um grupo ativo para o engajamento social:

Ainda estamos lutando com dificuldades para conseguir tantas coisas que nos são de direito e de extrema necessidade. É preciso fazer saber que nós, os idosos, não estamos em condições de ficar esperando por decretos-leis, discussões e outras coisas mais. O que queremos é ação, ação imediata, porque a vida do idoso é muito importante para a própria cultura e para os adolescentes, que muito têm para aprender e ensinar conosco. [...] Que o nosso grito ecoe pelos quatro cantos e comece a vibrar a partir de cada um de nós. Que as crianças, jovens e adultos vejam nos mais velhos um exemplo vivo de que vale a pena viver, de que juntos no amor, no respeito, na solidariedade, viveram uma vida plena de sentido e significado. Vale

a pena viver, mas não assim. A nossa vida é a coisa mais importante, mas ela não está sendo respeitada, pois existe muita falsidade, fome, violência, essas coisas pioram a nossa vida. (GÓES, 2009)

À época, foram registradas, nos Anais do Congresso Nacional, falas de pessoas idosas que relataram ganhos com a participação em atividades sociais. Ainda assim, os debates da feitura da Lei do Passe Livre evidenciaram sinais de preconceito etário e desconhecimento da realidade vivenciada por indivíduos que se encontram na velhice.

Com relação ao transporte urbano de passageiros, a Lei do Passe Livre aprovou a prioridade do transporte coletivo urbano em relação ao individual, caracterizando-o como serviço essencial nas áreas urbanas e direito do cidadão, cabendo ao poder público, além do planejamento e do gerenciamento, a operação do sistema, mediante concessão, autorização, permissão ou contrato. Em 20 de julho de 1987, na criação do Conselho de Ação Social, a temática da gratuidade do transporte urbano para a pessoa idosa voltou a ser debatida. De acordo com a Emenda 45:

Fica concedida isenção do pagamento de tarifa nos transportes coletivos urbanos e dentro do perímetro das regiões metropolitanas e aglomerados urbanos,

definido por lei, às pessoas com mais de 65 anos de idade nos horários fora de pico. (GÓES, 2009)

Na citada sessão, a professora e deputada federal - (Constituinte), 1987-1991, RJ, PFL, Sandra Cavalcante ponderou:

Em que pese todo o respeito que tenho pela pessoa idosa, não acho que seja matéria constitucional colocarmos aqui a isenção do idoso. Por que o idoso na Constituição? Acho que a Constituição é a lei maior do País, temos que tratar das grandes questões que não foram tratadas aqui. (CAVALCANTI, 1997 *apud* GOÉS, 2009)

Segundo Góes (2009), a partir dos últimos dados publicados pelo IBGE na época, isto é, dados de 1987, outra emenda visou alterar o acesso para os maiores de 60 anos, e não 65. Foram consideradas as informações referentes à expectativa de vida em alguns estados da Federação (“No Maranhão, 55 anos; no Pará, 57; no Rio Grande do Norte, 45; na Paraíba, 44; em Pernambuco, 47; em Sergipe, 55; na Bahia, 54”), evidenciando a grande disparidade existente no Brasil, e o entendimento da Organização Mundial da Saúde de que pessoas idosas, nos países em desenvolvimento, são aquelas com 60 anos de idade ou mais.



As polêmicas surgidas em torno do limite de idade para o benefício da lei e a definição do tipo de transporte fomentaram as discussões. Tendo como resultado 65 anos, com 421 votos a favor; cinco votos contra e nove abstenções. Moura (2017) afirma que a Constituição Federal foi, ao mesmo tempo, heroína e vilã do judiciário, já que proclamou proteções e projeções de uma cidadania escrita em rol invejável a qualquer país de primeiro mundo, cuja grandeza valorativa e republicana dificilmente admite retrocessos. Por outro lado, a concretude do seu conteúdo normativo se tornou um desafio utópico e, possivelmente, inalcançável, sobretudo pela falência do aparelho estatal incumbido da sua efetivação.

## **Método**

Feita a contextualização, reitera-se que este capítulo tem como objetivo relatar os resultados de uma investigação qualitativa<sup>1</sup> que investigou o uso do transporte coletivo urbano no DF e entorno por passageiros idosos. Os dados foram coletados por meio de um grupo focal conduzido por duas pesquisadoras, ambas com conhecimento aprofundado em

---

1 Aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Brasília – UCB – parecer Nº 5.144.945 e apoiada pelo Edital Acadêmico 2021: envelhecer com futuro, promovido pelo Itaú Viver Mais e Portal do Envelhecimento e Longevidade.

Gerontologia. Há que se esclarecer que houve etapa anterior à realização do grupo focal, em que foram coletados dados de 109 passageiros idosos em paradas de ônibus ou na rodoviária central do Plano Piloto, por meio de entrevista individual. Ao término do preenchimento, os participantes eram questionados se tinham interesse em participar da segunda etapa da pesquisa, isto é, a relatada neste capítulo. Dos 109, 31 (28,44%) passageiros idosos concordaram com a participação e foram contatados via telefone para explicação sobre o grupo focal, o dia, horário e local de sua realização etc. Apenas cinco idosos participaram.

Importante ressaltar as dificuldades encontradas no recrutamento desses participantes. Em alguns casos, o número do telefone informado estava incorreto, em outros os idosos se encontravam em pós-cirurgia, impedidos, portanto, de sair de casa devido à necessidade de repouso, em outros casos as pessoas idosas estavam com visitas, dificultando a participação no grupo nas datas possíveis, entre outras razões.

Dos cinco participantes, quatro eram do sexo masculino e uma do sexo feminino. Eles tinham idade entre 62 e 70 anos, provenientes de cidades (ou RAs) diferentes: São Sebastião, Recanto das Emas, Paranoá, Brazlândia e Asa Sul. O nível de escolaridade dos participantes variou entre o ensino básico incom-

pleto e o ensino técnico completo. Com relação à renda, um dos participantes relatou receber menos de um salário mínimo, isto é, menos de R\$ 1.212,00, três informaram receber um salário mínimo e um relatou receber mais de três salários mínimos.

O grupo focal ocorreu na própria UCB, em sala com acessibilidade, próxima a banheiros e com estrutura que garantiu sigilo, privacidade e conforto aos idosos. No início, os participantes receberam instruções sobre a condução da atividade e esclarecimentos sobre aquela etapa da pesquisa e seus objetivos. Todos concordaram em participar e, portanto, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ressalta-se que o conteúdo do grupo focal foi gravado com o consentimento dos participantes e posteriormente transcrito para análise.

Após assinatura do TCLE, foi realizada, novamente, a apresentação das pesquisadoras e dos participantes, e o contrato grupal (em que foi reforçada a importância do sigilo, da ética etc.). Três perguntas, na seguinte ordem, nortearam o grupo focal:

1. Como vocês, passageiros idosos, são tratados por motoristas, cobradores e demais usuários?

2. Já foi vítima ou presenciou algum idoso ser tratado com atitudes caracterizadas como preconceito?

3. Já passou por alguma situação em que se sentiu constrangida(o) com relação a idade, ao ser transportada(o)?

Ao final do grupo focal, que teve duração aproximada de duas horas, foi elaborada uma síntese dos depoimentos e informado que se alguém quisesse acrescentar ou esclarecer algo que foi falado poderia ficar à vontade. Questionou-se como se sentiram ao discutir sobre a temática. Finalizada a atividade, foi servido um lanche para socialização entre participantes e pesquisadoras.

O *software* IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), que incorpora análises propostas por Reinert (1990), foi utilizado para a análise dos dados. Neste capítulo serão apresentados os resultados da nuvem de palavras e da análise de similitude.

## **Resultados**

Ao analisar como os passageiros idosos são tratados por motoristas, cobradores de ônibus e demais usuários, utilizamos a nuvem de palavras. Ela agrupa palavras e as organiza graficamente em função da frequência, sendo a palavra principal representada pela maior palavra e mais centralizada. É análise lexical relativamente simples, porém interessante graficamente, pois possibilita rápida identificação das palavras-chave de um *corpus* (grupo de textos a respeito de determinada temática) (JUSTO; CAMARGO, 2014; MARCHAND; RATINAUD, 2012).

Por meio da figura 1, é possível observar que os principais sentimentos foram em relação ao “motorista” (16), seguido de “não param” (16), “jovens não cedem lugar para o idoso sentar-se” (13), “não esperam descer” (08), “tratam mal” (07), “correm demais” (07), “passam direto do ponto” (06), muitos “jovens fingem que estão dormindo” (04), fazem “retornos com velocidade” (04), o que gera principalmente sentimento de “muito medo” (07), “sentimento de humilhação” (06), frustração (03) e indignação (03).

**Figura 1. Nuvem de palavras do tratamento de cobradores, motoristas e demais usuários do DF e entorno às pessoas idosas**



*Fonte: extraída pelas autoras com o auxílio do Iramuteq (2022)*

Na figura 2 encontra-se a análise de similitude (representação em forma de árvore) sobre o tratamento dispensado por cobradores, motoristas e demais usuários aos passageiros idosos. Esse tipo de análise se baseia na teoria dos grafos, possibilitando identificar as coocorrências entre as palavras, e seu resultado traz indicações da conexidade entre as palavras, auxiliando a identificação da estrutura de um corpus textual, distinguindo as partes comuns e especificidades em função das variáveis ilustrativas (descritivas) identificadas na análise (JUSTO; CAMARGO, 2014; MARCHAND; RATINAUD, 2012).

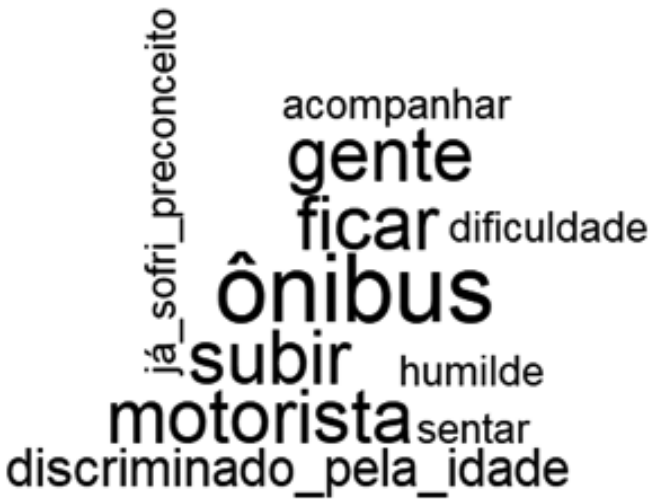
**Figura 2: Análise de semelhança semântica em árvore sobre o tratamento de cobradores, motoristas e demais usuários do DF e entorno às pessoas idosas**



*Fonte: extraída pelas autoras com o auxílio do Iramuteq (2022)*

Ao questionar se os participantes já foram vítimas ou presenciaram alguma pessoa idosa ser tratada com atitudes caracterizadas como preconceito, temos a figura 3.

**Figura 3. Nuvem de palavras sobre ter sofrido ou não preconceito**



*Fonte: extraída pelas autoras com o auxílio do Iramuteq (2022)*

Percebe-se que foi relatado “já sofri preconceito”, principalmente pelo motorista, quando afirma ter sentido ser “discriminado pela idade”, pois muitas pessoas idosas têm dificuldade na mobilidade, como se sentar e subir os degraus. Exemplos de falas relacionadas à questão em investigação:

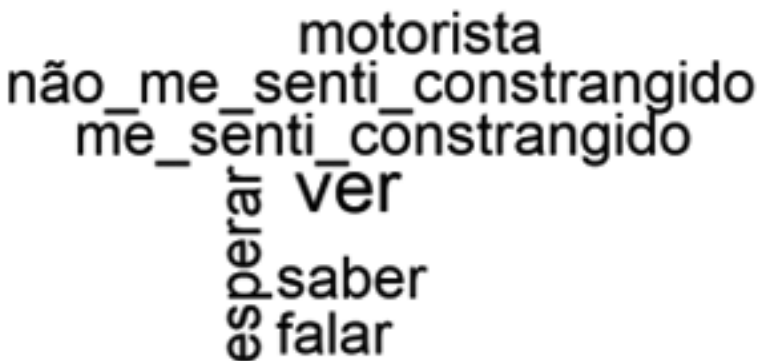


às vezes acontece de ele (motorista) parar para uma outra pessoa, e a gente falar: o senhor está indo em tal sentido [... ?] Não! Estou indo não. E a gente vê que está indo, só que parece que não quer levar a gente. Esse dia eu me senti muito humilhado.

a senhora tem que ter acompanhante.

Ao ser questionado se já passou por situação em que se sentiu constrangido em relação à idade, ao ser transportado no ônibus, alguns participantes afirmaram que sim e outros relataram não ter se sentido dessa forma, conforme se observa na figura 4.

**Figura 4. Nuvem de palavras sobre ter sofrido ou não constrangimento pela idade**



*Fonte: extraída pelas autoras com o auxílio do Iramuteq (2022)*

O constrangimento pela idade vivenciado no transporte público urbano no DF e entorno pode ser ilustrado nas falas que se seguem:

Eu virei pra Santa Maria, de Santa Maria eu voltei pra rodoviária, sendo que eu tava ali na W3, voltei pra rodoviária, enfrentei outro ônibus lá, cheguei de madrugada em casa, aí andei mais umas léguas a pé, foi um trem que eu fiquei chateado.

O que eu mais sinto é na hora de descer mesmo, porque como eu tenho problema na coluna, talvez eles também nem sabem, mas ter mais respeito na hora de descer, e que se você demorar um pouquinho, eu vejo eles tipo resmungando, então fico um pouquinho mais constrangida na hora de descer do ônibus.

E aqueles que não se sentiram constrangidos por conta da idade assim relataram:

Às vezes eu vejo alguma coisa, mas às vezes passa até desapercibido.

Olha, constrangido, constrangido propriamente dito, não! Porque assim, vamos dizer, eu tenho uma autoestima boa e sei as causas do problema, sei que muitas vezes não é culpa do motorista, motorista é uma vítima né, [...] a gente olha pro motorista e vê na cara dele o sofrimento.

[...] os motoristas ganham mal, poderiam ganhar melhor, poderiam trabalhar menos, podia ter treinamento [...] então, assim, então a gente tem que pensar, pessoalmente o motorista que tá fodido vai tratar você com raiva, vai passar raiva em você, vamos direcionar essa raiva para os donos da empresa.

constrangido eu nunca senti não, mas eu sinto, assim, uma angústia social, da solução existir.

Para finalizar, alguns participantes desejaram acrescentar pontos que gostariam que fossem melhorados no que se refere ao transporte público urbano no DF e entorno, como a questão dos horários dos ônibus e a qualidade das paradas de ônibus:

A demora para passar o ônibus, tem vez que a gente fica numa parada, já fiquei na parada 40 minutos, uma hora sem passar ônibus.

Todo mundo sabe, só tem ônibus de duas em duas horas, eles tiraram metade dos ônibus, aí, ônibus para o [...] não tem, o cara passa mais de duas horas na parada.

A gente paga, a gente não está ali pedindo, então todos os horários deveriam ser cumpridos, questão de horário, acho que tinha que melhorar.

eu acho que tinha que ampliar mais essas paradas (pontos de ônibus) pra gente esperar com mais decência, mais conforto.

Tem ponto de ônibus que nem a parada tem, só a plaquinha ali parada e você fica totalmente no sol e na chuva, falta a parada completa.

Aquelas paradas novas lá do [...], aquelas paradas de plástico, tudo bonitinha, moderninha, aquilo lá é uma porcaria, minúscula.

## Discussão

Este estudo revelou que a forma como passageiros idosos são tratados no transporte público urbano do DF e entorno deve ser em muito melhorada. Os participantes destacaram, especialmente, as atitudes dos motoristas, apesar de a pergunta incluir o tratamento de cobradores e demais usuários. Como pode ser observado nas figuras 1 e 2, não é incomum que motoristas: (a) não parem quando esse usuário “dá sinal” na parada de ônibus; (b) não esperam o passageiro idoso se deslocar pelo veículo para descer no ponto que deseja, exigindo do usuário mais esforço do que lhe é natural nesse deslocamento, ou fazendo com que necessite, algumas vezes, descer no ponto seguinte e andar até aquele que precisava; (c) corram demais, fazendo com que o passageiro idoso que se encontra em pé (devido à ausência de lugares disponíveis) ou, até mesmo sentado, não consiga se equilibrar; (d) façam retornos com velocidade elevada, gerando sentimentos de medo, humilhação (por possíveis desequilíbrios), frustração e indignação nesses passageiros; e (e) tratem mal pessoas idosas usuárias do serviço.

Apesar de os relatos direcionados às atitudes dos motoristas de ônibus, os próprios participantes e os resultados de outros estudos, como o de Bonato Filho (1998), destacam

que os motoristas de transporte público urbano do DF e entorno passam por dificuldades. Na investigação de Bonato Filho (1998), os motoristas relataram sobre as adversidades em dirigir veículos lotados, os frequentes problemas mecânicos nos ônibus e a desvalorização dos funcionários nas empresas, realidade que acaba comprometendo a qualidade do serviço prestado.

Mais recentemente, uma pesquisa com motoristas de transporte público de Salvador (Bahia) constatou fatores geradores de ansiedade e sofrimento no trabalho, como sobrecarga de tarefas, relações sociais conflituosas, controle exacerbado pelos profissionais do transporte público e precariedade das condições físicas e ergonômicas do ambiente de trabalho (NASCIMENTO, 2017). Na mesma pesquisa, ao serem questionados sobre o tratamento dispensado a passageiros idosos, os motoristas admitiram certa rejeição e “má vontade” em transportá-los.

Parece existir, portanto, um círculo vicioso em que o passageiro insatisfeito com o serviço prestado (ônibus lotado, tempo de espera, dificuldade de acesso ao veículo, entre outros aspectos) acaba por desrespeitar o motorista, que, no ambiente do ônibus, é considerado autoridade, representante do sistema de transporte; esse, por sua vez, reage de maneira agressiva, aprofundando o conflito e a insatisfação (NASCIMENTO, 2017).

Os resultados do estudo mostraram outra faceta do etarismo, quando, por exemplo, passageiros mais jovens não cedem lugar para os idosos, sendo que muitos ainda simulam estar dormindo. No etarismo estão presentes atitudes de desrespeito e/ou invisibilidade desse segmento da população, comprometendo a vivência do envelhecimento ativo em sua plenitude.

Ao serem questionados diretamente se já foram vítimas ou presenciaram outras pessoas idosas sofrerem etarismo no transporte público, os participantes deste estudo deixam claro que sim. Alguns sofreram preconceito etário, praticado, sobretudo, por motoristas. Um dos exemplos dados pelos participantes envolveu sofrer ou presenciar discriminação com relação à capacidade física (que impacta a mobilidade de passageiros para subir e descer os degraus do ônibus, na velocidade da caminhada no interior do veículo e ação de se sentar e se levantar). Cumpre ressaltar que, com o envelhecimento, o aparelho locomotor (marcha, equilíbrio etc.) passa por modificações importantes (FREITAS; COSTA; GALERA, 2016).

Aspectos normativos ao envelhecimento não devem ser desconsiderados no serviço oferecido a essa parcela da população. Caso contrário, o etarismo promoverá cada vez mais o isolamento e a exclusão social de pessoas idosas ou a adoção

de postura agressiva (ANDRADE, 2018), alimentando o círculo vicioso discutido anteriormente.

Assim como alguns já vivenciaram o etarismo, os participantes afirmaram terem sofrido constrangimento em função da idade. A redução da mobilidade, mais frequente na velhice que em outras fases da vida, tende a provocar lentidão nos movimentos, o que gera situações constrangedoras aos passageiros idosos. Alguns exemplos dados no grupo envolviam ouvir motoristas “resmungando” quando estão descendo, algo que fazem, em geral, mais vagarosamente que pessoas de outras faixas etárias.

Outro tipo de constrangimento relatado por um dos participantes envolveu o desconhecimento do itinerário dos ônibus, que não utilizava com frequência, e a falta de informações dadas por motoristas e cobradores. Na situação relatada, o participante realizou algumas viagens equivocadas, gerando desgaste e grande perda de tempo. Com relação a esse aspecto, cumpre ressaltar que os itinerários das linhas dos ônibus são divulgados por aplicativos e não são todos os passageiros idosos que têm acesso a esse recurso (p. ex., telefone celular, internet, alfabetização digital). Tal situação desperta um sentimento de “angústia social” nos participantes.

De acordo com os participantes do grupo focal, a retirada de mais da metade dos ônibus de circulação foi um aspecto



que desejaram acrescentar ao que havia sido discutido no grupo. Os participantes relataram que precisam esperar bastante tempo nas paradas de ônibus que, muitas vezes, não contam com proteção adequada, especialmente em períodos de chuva e sol muito quente. Esse e os demais resultados obtidos reforçam a importância de se discutir o Estatuto da Pessoa Idosa (BRASIL, 2003), especialmente o Art. 4º, quando se ressalta que “nenhum indivíduo com 60 anos ou mais será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei”. No parágrafo 1º, do mesmo Estatuto, é dito claramente ser dever de todos prevenir a ameaça ou violação aos direitos da pessoa idosa (BRASIL, 2003).

Além do Estatuto, há pelo menos 30 anos Rolnik (1992) alertava a respeito da necessidade de haver compromisso com a melhora das condições de vida de diversas parcelas da população, reivindicando o direito à cidadania. Talvez a luta, atualmente, no Brasil, não seja mais (“apenas”) pela conquista de direitos mas, sobretudo, pelo seu cumprimento.

### **Considerações finais**

As políticas públicas voltadas à acessibilidade de pessoas idosas são muito tímidas, devendo haver a execução de ações

que possam, de fato, contribuir para a melhoria na acessibilidade. Alguns dos diversos obstáculos que enfrentam vão desde a falta de informações, os funcionários mal treinados e preconceituosos, a falta de educação dos demais usuários, até a qualidade dos veículos e das paradas de ônibus, comprometendo a mobilidade desse cidadão no ambiente urbano. Essa é uma situação presente em uma cidade relativamente jovem e planejada, mas que já sofre as mesmas mazelas que as demais metrópoles brasileiras.

Falta muito ainda para que pessoas idosas tenham seu direito de ir e vir com dignidade e tranquilidade respeitado. Saber que terão condições para desenvolver suas atividades por meio de políticas públicas adequadas seria um ganho importante, sobretudo quando o objetivo é promover envelhecimento ativo. Cumpre reforçar que para uma vida independente e ativa na comunidade, a pessoa idosa deve usar os recursos disponíveis no meio em que está inserida (FREITAS; COSTA; GALERA, 2016).

Por fim, ressalta-se que é, ao mesmo tempo, de suma importância que os gestores públicos se atentem para as condições de trabalho dos profissionais dos setores de transporte. É de responsabilidade do Estado rever falhas na aplicação das leis que protegem os passageiros idosos e monitorar as empresas para o cumprimento dessas leis.

## Referências

ALBERT, I.; HOFFMANN, M.; VANDENBOSCH, P.; RICHARD, C., & BEMTGEN, N. **Le vieillissement actif dans le contexte de la diversité culturelle au Luxembourg**. University of Luxembourg & GERO, 2021.

ANDRADE, C. R. M. **Empoderamento da Mulher Idosa: Vivências, Relacionamentos, Sexualidade e Saúde**. 2018. 76 f. Dissertação (Mestrado em Educação para a Saúde. Escola Superior de Tecnologia da Saúde, Coimbra, 2018, Disponível em: [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/24015/1/CLAUDIA\\_ANDRADE.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/24015/1/CLAUDIA_ANDRADE.pdf). Acesso em: 25 set 2022.

BONATO FILHO, A. Avaliação de aspectos relacionados ao trabalho dos motoristas de ônibus. *In*: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 4. **Anais**, Brasília: Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, UnB, 1998. p.520.

BRASIL. **Lei no 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2022]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.741.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm). Acesso em: 17 nov 2022.

BRIDEAU, R. **La représentation du vieillissement et de la vieillesse dans la photographie artistique contempo-**

**raine:** Cindy Sherman et Donigan Cumming. Dissertação (Maîtrise ès Arts) - Université de Montréal, Montréal, 2021. Disponível em: [https://papyrus.bib.umontreal.ca/xmlui/bitstream/1866/26055/2/Brideau\\_Rachel\\_2021\\_memoire.pdf](https://papyrus.bib.umontreal.ca/xmlui/bitstream/1866/26055/2/Brideau_Rachel_2021_memoire.pdf). Acesso em: 18 nov 2022.

BUCUR, M. V. The concept of active aging. **Social Research Reports**, v. 22, p. 28-35, 2012. Disponível em: [https://econpapers.repec.org/article/lumrev6rl/v\\_3a22\\_3ay\\_3a2012\\_3ai\\_3a\\_3ap\\_3a28-35.htm](https://econpapers.repec.org/article/lumrev6rl/v_3a22_3ay_3a2012_3ai_3a_3ap_3a28-35.htm). Acesso em: 18 nov 2022.

CAPPELLATO, V.; MERCURI, E. Anziani e «invecchiamento attivo» durante l'emergenza Covid-19. **Cambio: Rivista sulle trasformazioni sociali**, 2021. DOI: 10.13128/cambio-10180.

CARMO, C. M. Grupos minoritários, grupos vulneráveis e o problema da (in)tolerância: uma relação linguístico-discursiva e ideológica entre o desrespeito e a manifestação do ódio no contexto brasileiro. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 64, maio/ago. 2016. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i64p201-223>.

CARVALHO, C. H. R. **Desafios para a mobilidade urbana no Brasil**. Texto para Discussão - IPEA, Brasília, maio. 2016. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6664/1/td\\_2198.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6664/1/td_2198.pdf). Acesso em: 15 nov 2022.

COELHO, Â. A. **Mobilidade de acessibilidade pedonal, fatores essenciais à cidade sustentável:** contributos para um caso - estudo na cidade de Évora. 2018. 236 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura Paisagista) - Escola de Ciência e Tecnologia Departamento de Paisagem, Ambiente E Ordenamento, Universidade de Évora, Évora, 2018. Disponível em: [encurtador.com.br/lzFP5](http://encurtador.com.br/lzFP5). Acesso em: 18 nov 2022.

DORIGO, G. F; DEL PRIORE, M.; CAMPOS, F. de; RIBEIRO, W. C.; CATELLI JUNIOR, R.; MELLO, L. I. A.; ALAMBERT, F.; HIRANO, S.; MOREIRA, M de F. das N.; VICENTINO, C. **A arquitetura nos 500 anos do Brasil:** livro Ponto de Apoio-500 anos de Brasil (histórias e reflexões). São Paulo: Scipione,1999.

DOURADO, J.; SOBRINHO, F. L. A. Novas formas residenciais na periferia do Espaço Metropolitano de Brasília. *In:* Congresso Luso-Brasileiro para o Planeamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável, 8., Coimbra, 2018. **Anais...** Coimbra: PLURIS, 2018. Disponível em: <https://www.dec.uc.pt/pluris2018/Paper1094.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2022.

D'SOUZA, Victor. The concept of active aging. **Indian Journal of Social Work**, v. 54, n. 3, p. 333-344, 1993.

FERRO, W. **Desafios para o novo sistema de transporte público coletivo integrado.** *In:* Seminário sobre o Sistema

de Transporte Público Coletivo do DF. [S. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (3 H.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j4Oex35zSsk>. Acesso em: 18 set. 2022.

FREITAS, E. V. de; COSTA, E. F. de A.; GALERA, S. C. Avaliação geriátrica ampla. In: FREITAS, E. V. de; PY, L. (Ed.). **Tratado de geriatria e gerontologia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018. p. 290-317.

GÓES, A. A. F. **Percepção dos idosos sobre o transporte público no Distrito Federal e entorno**. 2009. 70 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2009.

HANASHIRO, D. M. M.; PEREIRA, M. F. M. W. M. O etarismo no local de trabalho: evidências de práticas de "saneamento" de trabalhadores mais velhos. **Revista Gestão Organizacional**, v. 13, n. 2, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/article/view/5032>. Acesso em: 18 nov 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008-2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv50063.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados**: Brasília. 2021. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/df/brasilia.html>. Acesso em: 4 nov 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Portal Cidades 2017**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 30 set 2022.

JR. ARBEX, J.; SENISE, M. H. V. **Cinco séculos de Brasil**. São Paulo. Moderna, 1998.

JUSTO, A. M.; CAMARGO, B. V. Estudos qualitativos e o uso de softwares para análises lexicais. *In*: NOVIKOFF, C.; SANTOS, S. R. M.; MITHIDIÉRI, O. B. (Orgs.). **Caderno de artigos: XSIAT & II Serpro**. Duque de Caxias: UNIGRANRIO, 2014. P. 37-54.

MANIÇOBA, R. de S. Criação de regiões administrativas no Distrito Federal e o histórico da definição de seus limites geográficos. **Tempo Técnica Território**, Brasília, v. 10, n. 2, 2019. DOI: <https://doi.org/10.26512/ciga.v10i2.33529>.

MARCHAND, P.; RATINAUD, P. L'analyse de similitude appliqué aux corpus textuels: les primaires socialistes pour l'élection président *In*: Actes des Eme Journées Internationales d'analyse Statistique des Données Textuelles. **JADT**, 2012, p. 687-699. Disponível em: [encurtador.com.br/cpDM2](http://encurtador.com.br/cpDM2) Acesso em: 26 nov 2022.

MOULAERT, T.; LÉONARD, D. Le vieillissement actif sur la scène européenne. **Courrier hebdomadaire du CRISP**, n.

2105, p. 5-33, 2011. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-courrier-hebdomadaire-du-crisp-2011-20-page-5.htm>. Acesso em: 18 nov. 2011.

MOULIAS, S *et al.* Manifeste pour le droit des personnes âgées. **Gériatrie et Psychologie Neuropsychiatrie du Vieillessement**, v. 19, n. 1, p. 9-19, 2021.

MOURA, W. J. F. Jurisdição em conflitos de consumo massificados: paternalismo ou adequação do mercado a marcos legais de convívio equilibrado com sujeitos vulneráveis?. *In*: RÊGO, W. (Org.). **Segurança jurídica e protagonismo judicial: desafios em tempos de incertezas**. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2017, v. 1, p. 1027-1051.

NADON, G. **Approche biographique d'une expérience de vieillissement dans un contexte de «vieillessement actif**. 2021. 139 f. Dissertação (Maîtrise ès Sciences (MSc) en Sciences de la communication) - Université de Montréal, Montréal, 2021. Disponível em: [https://papyrus.bib.umontreal.ca/xmlui/bitstream/1866/26026/6/Nadon\\_Guillaume\\_2021\\_memoire.pdf](https://papyrus.bib.umontreal.ca/xmlui/bitstream/1866/26026/6/Nadon_Guillaume_2021_memoire.pdf). Acesso em: 18 nov. 2022.

NASCIMENTO, T. C. P. S. **Motorista de ônibus: precarização social do trabalho e as implicações para a saúde**. 2017. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal



da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/23754/1/Dissertação%20TASSIA%2023.5.17.pdf>. Acesso em: 26 nov 2022.

NELSON, T. D. Ageism: Prejudice Against Our Feared Future Self. **Journal of Social Issues**, v. 61, n. 2, jun. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.2005.00402.x>;

NERI, A. L. O legado de Paul B. Baltes à Psicologia do Desenvolvimento e do Envelhecimento. **Temas em psicologia**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 1, jun. 2006. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2006000100005](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2006000100005). Acesso em: 18 nov 2022.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **Discriminação por idade é um desafio global, afirma relatório da Organização das Nações Unidas**, 18 mar. 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/18-3-2021-discriminacao-por-idade-e-um-desafio-global-afirma-relatorio-da-organizacao-das>. Acesso em: 18 nov. 2022.

PLAN, O *et al.* L'âgisme. **Pour**, n. 242, p. 61-72, 2022. DOI: <https://doi.org/10.3917/pour.242.0061>. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-pour-2022-1-page-61.htm?ref=doi>. Acesso em: 18 nov 2022.

REINERT, M. ALCESTE, une méthodologie d'analyse des données textuelles et une application: Aurélia de G. de

Nerval. **Bulletin de Méthodologie Sociologique**, n. 28, p. 24-54. 1990

ROLNIK, Suely. À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia. **Boletim de Notícias, Pulsional - Centro de Psicanálise**, São Paulo, Ano 5, n. 41, p. 33-42, set. 1992. Disponível em: <https://www4.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/homemetica.pdf>. Acesso em: 18 nov 2022.

SOUSA, A. M. **Reflexões necessárias sobre o transporte rodoviário de passageiros**. In: Seminário sobre o Sistema de Transporte Público Coletivo do DF. [S. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (3 H.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j4Oex35zSsk>. Acesso em: 18 set 2022.

TRAPP, G. **Abandono afetivo inverso**: uma perspectiva da cidade de Estrela/RS. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade do Vale do Taquari, 2019. Disponível em: <https://www.univates.br/bduserver/api/core/bitstreams/5cd00967-8639-4733-b5db-850752590dff/content>. Acesso em: 18 nov 2022.

VIEIRA, R. de S e S; LIMA, M. E. O. Estereótipos sobre os idosos: dissociação entre crenças pessoais e coletivas. **Temas psicol.**, v. 23, n. 4, p. 947-958, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2015.4-11>.

# **Relatos de pesquisa: fluência digital e a construção do aplicativo DICA60+ para idosos no Pará**

*Elaide Martins*

*Camila de Andrade Simões*

*Heloá Pontes Maués*

*Wanderson Alexandre da Silva Quinto*

*Emilly Vitória Pinto Melo*

*Flaviane Marcia Lima dos Anjos*

*Renato Daniel da Cruz Santos*

## Introdução

Tratar do projeto “Fluência digital de idosos na Amazônia urbana: aplicativo para acesso a informações sobre serviços de saúde e sociais gratuitos em Belém e Ananindeua/Pará” é exercício de voltar no tempo e contar como a ideia central surgiu. Por isso, vale começar pelo contexto do envelhecimento, processo inevitável e tão complexo. Comumente, a sociedade coloca a pessoa mais velha em lugares de afastamentos de certas ambiências tecnológicas, como a internet.

Dentre as diversas possibilidades, as relações com as mídias estão inscritas no cotidiano de acordo com a disponibilidade, circulação e consumo de conteúdo - jornal impresso, rádio, televisão, sites, plataformas de redes sociais digitais etc. São evidentes as transformações a partir do uso e apropriação das tecnologias digitais. Os afastamentos, uma espécie de desconexão com o cenário atual, parecem ocorrer mais nitidamente, quando velhice e velocidade são realidades que seguem em direções opostas.

Estudos mostram que pessoas de variadas idades têm interesse nos ambientes digitais conectados à internet. E estão as pessoas consideradas idosas (com 60 anos ou mais). As mesmas pesquisas indicam que idosos com di-

ficuldades motoras ou mesmo de memorização podem apresentar dificuldades em certos aspectos da vida, como no manuseio de aparelhos tecnológicos - computadores e telefones celulares.

Dentre as dificuldades, parece ser comum para a geração de 60 anos ou mais é encontrar e identificar sites e informações na internet com segurança, diferenciando ambientes de busca e sites com informações qualificadas. Relatos sobre as dificuldades dos idosos em lidar com as tecnologias digitais mais recentes, como encontrados na tese de doutoramento de Wanderson Quinto (2022), revelam dificuldade na compreensão da funcionalidade dos aplicativos e da real necessidade de uso, além de existir mobilização por parte dos idosos em se esforçar para acompanhar o avanço tecnológico.

De acordo com o estudo citado, entre outros autores, há a mobilização por parte de pessoas com mais idade, por isso frequentam escolas ou projetos que ensinam sobre as novas tecnologias e serviços digitais. Os achados fazem compreender que para o idoso o aprendizado tecnológico possibilita novas descobertas, novas experiências e novas vivências, resultando no grande aprimoramento das demais habilidades sem perder os valores ou objetivos de vida.

Esses meios tecnológicos de comunicação estão cada vez mais inseridos no cotidiano, relações sociais, comerciais, edu-

cacionais e em diversas outras, incluindo do modo de estudar até como os serviços bancários são acessados, por exemplo. Durante a pandemia da Covid, devido às medidas de isolamento social, a necessidade de utilizar esses serviços conectados se tornou urgência global. Os idosos ficaram entre os mais afetados, sobretudo devido às restrições voltadas aos grupos mais vulneráveis, dos quais fazem parte. Mais do que nunca, precisou-se levar produtos e serviços até eles, situação que faz parte do cotidiano de idosas e idosos, independentemente da pandemia.

Daí a importância do projeto ao reunir e oferecer informações qualificadas sobre serviços sociais e de saúde voltados ao público 60+, a partir de uma plataforma de interface amigável e intuitiva. Inicialmente, o conteúdo é voltado às pessoas que moram nos dois principais municípios do Pará, o segundo maior estado do País: Belém, a capital, e Ananindeua, localizada na Região Metropolitana de Belém.

Além da abrangência geográfica, o projeto evidencia a importância ao facilitar o acesso às referidas informações, e contribui para a promoção da fluência digital do público idoso. Por fluência digital entende-se a habilidade de compreender a transformação e o potencial dos recursos digitais como ferramentas para interagir e se comunicar. Trata-se, ainda, da capacidade de usar e se apropriar desses recursos,

apoiando-se nas tecnologias para modificar e ressignificar os processos cotidianos. Um caminho nem sempre muito fácil para quem não é “nativo” digital, sobretudo para a geração 60+, cuja familiaridade com os dispositivos tecnológicos digitais pode ainda ser reduzida, induzindo a distanciamentos e temores.

A partir de levantamento bibliográfico para a construção de um estado da arte sobre a temática, encontramos estudos que mostram que os indivíduos dessa faixa etária têm na insegurança e no medo fatores que guiam os afastamentos em relação às plataformas digitais, elementos que muitas vezes se sobrepõem à falta de capacidade de qualquer natureza. Os integrantes do projeto pensaram, discutiram e delinearam o aplicativo DICA60+, produção que precisou delimitar espaços específicos diante do recorte temporal de cerca de oito meses para conclusão do produto - no caso, elegendo como cidades-chave Belém e Ananindeua, de onde os pesquisadores desenvolvem as pesquisas, vivenciam e conhecem as realidades urbanas. A seguir são mostrados os caminhos percorridos para a aplicação.

### **Caminhos percorridos**

O primeiro passo foi formar equipe para desenvolver o projeto - equipe interdisciplinar, interinstitucional e

bem alinhada, formada por pesquisadores das Ciências da Comunicação, Computação/Tecnologia e Psicologia advindos da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Após submissão e aprovação do projeto<sup>1</sup> no *Editais Acadêmicos de Pesquisa 2021: envelhecer com futuro*, do Portal do Envelhecimento e Longevidade e Itaú Viver Mais, a equipe fez o seu planejamento e começou o trabalho.

Para o levantamento inicial a partir de um questionário online, consideramos: (1) fazer perguntas às pessoas com 60 anos ou mais sobre como consomem informações relacionadas à saúde e aos serviços sociais públicos e gratuitos; (2) usar as considerações para elaborar a ideia do aplicativo; (3) realizar o levantamento das informações dispersas na internet e outros locais; (4) lançar o aplicativo.

No primeiro momento, de consulta ao público-alvo do projeto, 41 pessoas de 60 a 82 anos responderam ao questionário enviado pela internet. A maioria mulheres (68%), de Belém (90%). Quase a metade é casada (49%) e menos de um terço dos respondentes são divorciados (27%). Dentre eles, 36% estão aposentados e 25% trabalham como servidores públicos. De maneira geral, os indivíduos que responderam ao formulário ganham

---

1 A consulta direta prevista no projeto foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa por meio do parecer nº 5.175.298, de 17 de dezembro de 2021.



mais de três salários mínimos. Quando se trata de procurar informações sobre atendimento de saúde e serviços sociais, mais da metade procura em blogs, portais de notícia ou as recebem de familiares e amigos por meio do celular. Sobre a necessidade de encontrar as informações em um só lugar, a maioria (86%) disse que gostaria de um aplicativo que as reunisse, com pistas para a equipe iniciar a elaboração do aplicativo.

De um lado, a equipe técnica formada por pesquisadores do curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas/UEPA e do curso de tecnólogo superior em Geoprocessamento/UFPA elaborava as propostas de telas do aplicativo, pensando nos espaços para as informações levantadas, considerando ainda que as pessoas consultadas disseram que seria interessante dar atenção ao tipo e tamanho da fonte, à objetividade, às cores que favorecessem a leitura, procurando evitar cores escuras nas letras, a fim de facilitar o entendimento das telas propostas etc.

As sugestões foram importantes para a equipe de desenvolvimento, que elaborou um plano de ação de quatro fases: 1) Concepção: levantamento dos requisitos funcionais dos sistemas; 2) Elaboração: verificação de serem executados os requisitos funcionais, distribuição das funções do sistema entre as pessoas, introduzir técnicas para a elicitación e análise de requisitos, descrever validação de requisitos, discutir o gerenciamen-

to de requisitos; 3) Desenvolvimento: definição da arquitetura e banco de dados usados, além de iniciar a implementação do código; 4) Prototipação: simulação da experiência do usuário com a solução final e mostrar como serão as funcionalidades.

As sugestões foram relevantes para delinear a interface do aplicativo. Já a sua lógica foi desenvolvida a partir da natureza híbrida, cuja principal diferença em relação aos aplicativos nativos está no custo de desenvolvimento. É possível desenvolver uma única base de códigos para criar aplicativos móveis para o sistema IOS e para o Android - no caso dos nativos, é necessário escrever códigos separados para cada plataforma. Assim, os híbridos são mais acessíveis e menos onerosos.

A partir da escolha, a equipe desenvolveu o código fonte da aplicação com base no *React Native* e duas bibliotecas: a *Native Base*, para componentes visuais genéricos, e a *React Navigation*, permitindo a navegação entre várias telas e compartilhamento de dados. Trata-se de linguagens de codificação mais populares, simples, de manejo rápido e custo mais baixo. Portanto, pode-se dizer que o aplicativo foi desenvolvido por meio de distintas linguagens de codificação, e adotou os critérios das Heurísticas de Usabilidade de Nielsen (2003) para as interfaces. Tais critérios dizem respeito aos princípios de avaliação de usabilidade de interfaces e à criação dos layouts, tendo sido criados por Jakob Nielsen em 1990.

Ademais, o modelo híbrido permite utilizar recursos tanto da internet como do dispositivo e/ou plataforma em que será executado. Por ser híbrido, fica disponível ao público em lojas de aplicativos de ambos os sistemas (IOS e Android). No caso do aplicativo construído neste projeto, optamos pelo Android, por ser o mais popular no Brasil, presente em cerca de 90% dos aparelhos celulares.

Por outro lado, a equipe formada por pesquisadores da comunicação e da psicologia, após elaboração e aplicação do questionário online e da devida sistematização das informações, começou a produzir o conteúdo para o aplicativo, reunindo conteúdo disperso na internet e levantando informações nos próprios locais que prestam serviços sociais e de saúde nas cidades paraenses. Como serviços da área da saúde, consideramos aqueles que visam garantir a Atenção Integral dos sujeitos com 60 anos ou mais, possibilitando a manutenção da capacidade funcional e autonomia. Em geral, incluem serviços de prevenção, urgência e emergência e reabilitação da saúde.

Quanto aos serviços sociais, priorizamos os serviços relacionados à educação, cultura, esporte, lazer, moradia, trabalho (profissionalização, previdência e assistência social) e ao transporte. Em ambos, procuramos informar a política de atendimento de cada serviço, ações oferecidas, horários e endereços para atendimento e outras condições encontradas.

No total, foram listados 51 itens referentes a esses dois tipos de serviços, difundidos em nosso aplicativo a partir de cada categoria e municípios.

Concomitantemente, toda a equipe do projeto passou a discutir a identidade visual do aplicativo, buscando definir nome, logotipo, logomarca, cores etc. Nessa missão, contou com a ajuda preciosa da Oficina de Criação, agência mantida por um projeto de extensão da Faculdade de Comunicação (FACOM), da Universidade Federal do Pará (UFPA), para definir cada item. O nome escolhido - DICA60+ - procura indicar que o aplicativo contém informações importantes para o público idoso. A partir da definição, a Oficina de Criação inspirou-se em dois símbolos para compor a logomarca: do infinito ( $\infty$ ), representando a continuidade, o equilíbrio e novos ciclos; e o símbolo do mais (+), adicionando positividade, saúde e vida. Este ficou inserido em meio ao símbolo do infinito que, por sua vez, assumiu contornos estilizados para indicar o 60+.

Quanto à paleta de cores, a logomarca foi constituída por amarelo (calor, descontração, otimismo e alegria); azul (harmonia, tranquilidade, serenidade, frieza e inteligência); roxo (espiritualidade, transformação, subconsciente e criatividade); e rosa (amor, ternura, afeto, cuidado e beleza). Unindo todas as referências, o resultado pode ser conferido na Figura 1.

**Figura 1. Logomarca do aplicativo DICA60+**

*Fonte: Elaborado pela autora (2022)*

A partir desse conjunto de cores que compõem a logomarca do aplicativo, é possível deixar a sua aparência mais para o azul ou rosa, reforçando, por exemplo, campanhas importantes para o público-alvo, como o ‘outubro rosa’ (combate ao câncer de mama) e ‘novembro azul’ (combate ao câncer de próstata). Ademais, rosa, azul e roxo dão alto contraste com o amarelo e o branco, proporcionando melhor leitura dos textos na aplicação. Esse contraste ficou muito visível nos ícones e botões que levam aos serviços pesquisados, com caminhos

bem determinados, como se pode constatar na Figura 2, que demonstra as telas utilizadas.

**Figura 2. Telas registradas do app DICA60+**



*Fonte: Elaborado pela autora (2022)*

Ainda sobre a Figura 2, é possível observar como o conteúdo foi disponibilizado no app: a partir de cada município, se pode escolher a categoria dos serviços (serviços sociais ou de saúde) e os itens relacionados. Por exemplo, a cidade de Belém possui Estações Cidadania em diversos bairros. Por meio delas, a Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD) procura integrar diversos órgãos do governo em um só lugar. A partir das informações, o aplicativo indica

quais os diferentes órgãos vinculados a cada uma delas, endereço, telefone e horário de atendimento e, claro, os serviços prestados, a exemplo do Detran, TRE, Polícia Civil, Polícia Federal e outros que oferecem links para agendamento.

Como última fase desse nosso produto técnico, ocorreu a disponibilização, gratuita, do app DICA60+ na loja de aplicativos do sistema Android (Play Store), podendo ser acessado por meio de telefones celulares e qualquer outro dispositivo compatível com o sistema em questão. É importante ressaltar que a maioria das pessoas que baixou o aplicativo o fez por meio de links enviados por outras pessoas, reforçando certo nível de confiabilidade sobre o mediador. Ressaltamos que a preocupação de o app ser confiável e seguro foi manifestada ainda na consulta inicial feita ao público-alvo por meio do questionário online. Outra informação com indicadores sobre o público-alvo é a capacidade de memória RAM do telefone celular usado para baixar o aplicativo, no caso, com 3 a 4 GB de memória, considerados aparelhos populares, reafirmando poder aquisitivo mais baixo, já indicado no questionário.

E, por fim, sobre os tipos de dispositivos usados para baixar o aplicativo, percebeu-se que até meados de outubro, quando o Dica60+ estava há quase um mês disponível na Play Store, não havia sido registrado nenhum download para tablets, apenas para celulares. No mais, é importante ressaltar

que o aplicativo procurou contemplar as demandas apontadas no questionário online, reunindo informações atualizadas sobre os serviços gratuitos em foco e utilizando recursos que permitem melhor navegabilidade, a fim de tornar o seu uso mais fácil, prático e intuitivo.

### **Impacto social da pesquisa**

Foram poucos, mas intensos meses dedicados à execução do projeto de pesquisa. De fevereiro a outubro de 2022, as ações ultrapassaram as fronteiras teóricas e resultaram na construção de aplicativo voltado ao público 60+, produto técnico necessário e relevante e de expressivo impacto social. Concomitantemente, a equipe desenvolveu outros produtos previstos no edital, como elaboração e submissão de artigos para revistas de divulgação científica e periódicos qualificados; produção e submissão de trabalhos em evento científico internacional; produção deste capítulo de livro e vídeos sobre o projeto, além da participação em seminário final para apresentação de todos os resultados alcançados.

Outras ações e atividades paralelas tomaram corpo no decorrer de tempo, pois é constante a necessidade de conversas e trocas diretas com as pessoas que se quer atingir positivamente. Por isso, no final de agosto de 2022, em parceria



com o projeto de extensão Inovação, Participação e Desinformação (FACOM/UFPA), que assim como o nosso projeto de fluência digital se vincula ao Grupo de Pesquisa Inovação e Convergência na Comunicação-InovaCom (CNPq/UFPA), da Rede Nacional de Combate à Desinformação (RNCD), ministramos a palestra “Desinformação e Terceira Idade”, voltada exclusivamente aos alunos e alunas da Universidade da Terceira Idade (UNITERCI), da UFPA. Foi uma manhã vigorosa e interativa, na qual se construiu uma discussão sobre desinformação e os elementos identificadores das notícias falsas, espalhadas, sobretudo, nas redes sociais digitais e nos grupos via aplicativos de mensagens.

Extremamente interessados na temática, os idosos da UNITERCI-UFPA tiveram uma participação bastante ativa, identificando-se e relatando diversas situações abordadas no evento. Ambos os projetos, assim como o InovaCom, são coordenados pela professora doutora Elaide Martins, docente da Faculdade de Comunicação (FACOM) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPG-COM) da UFPA. Sobre a palestra, ressaltou:

Foi um momento inesquecível. Compartilhar informações, orientações e os demais resultados de nossas pesquisas é gratificante, sobretudo com um público

tão visado no atual ecossistema da desinformação. Ao relatarem as suas vivências, experiências e formas de combater a desinformação, mesmo que ainda incipientes, os idosos enriqueceram o debate e as trocas estabelecidas, descortinando realidades e nos ensinando a lidar com elas e tentar ajudá-los nesse cenário tão massificante.

Reforça a percepção de como o projeto de pesquisa, seu produto técnico e ações de extensão impactam a vivência pessoal e profissional do público-alvo e os membros envolvidos. Pelo contato com os idosos, leituras, discussões e produções bibliográficas e audiovisuais, foi possível ampliar o olhar sobre a parcela da população excluída, marginalizada e mesmo banalizada socialmente. Falar sobre os indivíduos 60+ e sobre o processo de envelhecer é ecoar a voz de quem, em muitos momentos, é silenciado pela sociedade; contribuir para a inclusão social e garantir o acesso a direitos básicos; possibilitar olhar mais humano e respeito, e convidá-los a enxergar o próprio processo, pois todos os dias estamos envelhecendo.

Os bolsistas do projeto ressaltaram os impactos a partir da atuação individual e experiências na construção do aplicativo. A começar por Emilly Vitória Pinto Melo, recém-forma-

da em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela Faculdade de Comunicação (FACOM) da UFPA, em Belém, responsável pelo levantamento de dados e informações sobre os principais serviços ofertados e possível interesse para a população acima dos 60 anos.

No decorrer do projeto, observei como essa parte da população carece de iniciativa e projetos públicos que promovam qualidade de vida e bem-estar, o que me fez refletir sobre a importância da inclusão e planejamento de atividades voltadas ao público idoso para garantir um envelhecimento saudável. Além do papel do Estado, a reflexão sobre a atuação dos meios de comunicação como ferramenta para auxiliar os idosos na garantia de direitos é fundamental.

Ela procurou adotar linguagem mais acessível a fim de assegurar maior acessibilidade na aplicação. Aprimorar o aplicativo foi uma meta visada pelo bolsista Renato Daniel da Cruz Santos, estudante do curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas da Universidade do Estado do Pará (UEPA), polo Castanhal (PA). Conta que a equipe técnica procurou seguir as demandas advindas do questionário online, que serviu de roteiro ao desenvolvimento do app e alcance dos objetivos:

Conseguimos atingir as metas, que implicam segurança do usuário, velocidade em que as informações *são colocadas na tela* e possibilidade de utilizar o aplicativo gastando o mínimo possível de dados e da conexão com a internet do usuário.

Além disso, Renato destaca que os processos a respeito da idealização e do planejamento do produto final foram bem encaminhados e seguiam um fluxo lógico de execução. Com isso, a equipe conseguiu manter um ciclo de constantes aprimoramentos e avaliações internas, até chegar ao aplicativo em si. Sem dúvida, esse processo bem-sucedido se deve à integração da equipe, que adotou o paradigma do fazer “junto do” e não somente o fazer “para o outro”, mas fazer com o outro. Trata-se da filosofia que coloca o usuário no centro do processo de desenvolvimento, considerando necessidades, limitações, potencialidades e desejo. Processo cujo aprendizado ultrapassou as questões técnicas, como comentou Renato:

Compor a equipe foi um momento gratificante, todos estiveram do início ao fim bastante empenhados em alcançar o resultado final, que era visível durante cada reunião ou conversa que ocorria entre os mem-

bros, cada ideia ou resolução de problema era analisada de forma rápida e sem esquecer os requisitos levantados. Durante o projeto foi possível aprender muito, não apenas sobre os detalhes técnicos de construir um aplicativo, mas sobre a vontade do nosso público-alvo em usufruir de ferramentas modernas e digitais, por vezes são deixadas de lado.

Visão compartilhada por Flaviane Marcia Lima dos Anjos, aluna do curso tecnólogo superior em Geoprocessamento na UFPA. Relatou direcionamentos técnicos tomados durante o desenvolvimento do aplicativo, como os desafios de compreender novas possibilidades em programas e aplicações, como a elaborada.

O aplicativo possui código aberto, ou seja, pode ser analisado por qualquer pessoa para certificar-se de que realmente executa apenas as informações que estão no aplicativo. Ele não possui propagandas e nem a necessidade de instalar outras aplicações para o uso básico e é disponibilizado de forma gratuita para que todos possam utilizá-lo.

Outro fator marcante foi a atuação de uma equipe integrada e afinada, como bem ressaltou Flaviane:

Aceitar fazer parte desse lindo projeto foi e é gratificante. O trabalho em equipe foi muito importante. Durante todo esse processo de aprendizado, trabalhamos com uma equipe jovem, engajada e dedicada a entregar uma interface cuja experiência do usuário é a principal funcionalidade do aplicativo, garantindo que cada usuário esteja mais próximo da tecnologia e da informação na palma da mão. Tive algumas dificuldades em aprender novas ferramentas de execução e de softwares, mas junto com meu colega da equipe técnica, aprendi novas ideias, formas e linguagens que até então desconhecia. Consegui aprender muito, não só com a equipe técnica, que é excelente, mas com todos os responsáveis à frente da construção dos dados para serem armazenados no aplicativo.

As experiências e vivências ampliaram os aprendizados e proporcionaram novos horizontes, não só ao público-alvo, mas aos próprios integrantes envolvidos. Durante o percurso concederam entrevistas e participaram de lives e outros espaços midiáticos, amplificando a abordagem sobre a temática. Tudo isso significa trazer contribuições, provocar impacto social, observando-se, ainda, uma interessante e necessária produção de conhecimento a partir de diferentes campos do

saber, dialogando com programas distintos da pós-graduação e cursos de graduação das áreas da comunicação e tecnologia.

Tal diálogo auxilia na construção de um olhar mais integrado sobre as diferentes vertentes do processo de envelhecer. Dentre elas, a fluência digital das pessoas 60+, focadas a partir da vontade de promover a compreensão, facilitar o uso e ampliar as apropriações das ferramentas digitais como forma de interação e comunicação. Sem dúvida, uma contribuição importante, com impactos não somente para o público-alvo, mas para as instituições envolvidas, das universidades, às quais os pesquisadores são vinculados, até instituições que lançaram o edital acadêmico *Envelhecer com Futuro*, investindo em pesquisas e ações para melhorar o cotidiano dessa população.

### **Considerações Finais**

Esta pesquisa, que teve como entrega principal um aplicativo em pleno uso, pensou nas pessoas que podem se beneficiar da plataforma e das discussões. As discussões, somadas às pesquisas produzidas nesse contexto, geraram reflexões sobre o próprio processo de envelhecer e sinalizações de que nosso País está se tornando cada vez mais um lugar de idosos, com aumento expressivo do quantitativo de pessoas com 60 anos de idade ou mais.

O projeto de pesquisa preocupou-se com as necessidades reais das pessoas idosas, principalmente no contexto da pandemia da Covid, cujas medidas restritivas e o necessário isolamento social evidenciaram, mais ainda, a necessidade que a sociedade, sobretudo seus idosos, têm em compreender os possíveis usos dos recursos digitais. Procurou-se, ainda, incluir o público-alvo nas etapas da pesquisa, pois acreditamos que o processo de construção de conhecimento deve ser realizado junto com aqueles que serão os beneficiados. No caso desta pesquisa, utilizarão o aplicativo. Com isso, procurou-se manter um olhar humanizado sobre esta população, incluindo-a no processo de construção coletiva e considerando todos os aspectos da vivência, seja no âmbito biológico, psicológico, social e digital.

Assim, conforme foi possível perceber, a pesquisa se norteou, ainda, em apresentar contribuições para um envelhecimento ativo e saudável, buscando proporcionar melhorias para que os idosos possam envelhecer com futuro, com perspectivas, e tendo acesso facilitado a serviços sociais e de saúde, promovendo a garantia de direitos básicos. Colaborando, ainda, com o seu crescimento no âmbito da inclusão digital. Além disso, o projeto almeja colaborar com a fluência digital da pessoa idosa, no reconhecimento das potencialidades e autonomia desses sujeitos na utilização de recursos tecnológicos como forma de comunicação e interação.



## Referências

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.** Institui o Estatuto do Idoso. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm). Acesso em: 04 ago 2022.

CAMPOS, A. C. V.; GONÇALVES, L. H. T. Perfil demográfico do envelhecimento nos municípios do estado do Pará, Brasil. **Rev. Bras. Enferm.** V. 71 (Suppl. 1), 2018, pp. 636-643. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/i/2018.v71suppl1/>. Acesso em: 02 set. 2022.

CNDL. **Número de idosos que acessam a internet cresce de 68% para 97%, aponta pesquisa CNDL/SPC Brasil.** 2021. Disponível em: [encurtador.com.br/gEMOQ](http://encurtador.com.br/gEMOQ). Acesso em: 29 mar. 2022.

FERNANDES, F. S.; FERREIRA, B. de J. Inclusão digital de idosos: um estudo sobre a realidade do município de Belém (Pa). **RENOTE**, v. 10, n. 1, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/heloa/OneDrive/Documentos/Inclusao%20Digital%20Idosos%20Belem.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2022.

GUIMARÃES, Marianna de Freitas. **Influenciadoras digitais maduras (IDMs):** práticas que favorecem os processos de vínculo e pertencimento. 2021. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Comunicação, Facul-

dade Cásper Líbero, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2021/08/MARIANNA-DE-FREITAS-GUIMARAES.pdf>. Acesso em: 19 set. 2022.

MOURA, Livia; CAMARGO, Gustavo. Impacto econômico e social do Android no Brasil. São Paulo: Bain & Company/Google, 2019. Disponível em: [https://www.bain.com/contentassets/20e0815cfd784b4a8dead63475b42380/v02\\_b-impactos-do-android-no-brasil.pdf](https://www.bain.com/contentassets/20e0815cfd784b4a8dead63475b42380/v02_b-impactos-do-android-no-brasil.pdf). Acesso em: 08 abr 2022.

OPAS, Organização Pan-Americana da Saúde. **Década do Envelhecimento Saudável 2021-2030**. 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/decada-do-envelhecimento-saudavel-2021-2030>. Acesso em: 15 nov 2021.

QUINTO, Wanderson Alexandre da Silva. **Uma fenomenologia do conflito entre idosos e jovens pelo uso das tecnologias digitais**. 2022. 116 f.. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, 2019. (No prelo)

SIMÕES, Camila de Andrade. **Idosos e Internet: mediações nos usos de serviços bancários digitais**. 2019. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciências da Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém,

2019. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11243>. Acesso em: 08 abr 2022.

STRECK, Melissa. **UX60+**: um estudo sobre a aproximação das interfaces digitais com uma geração. 2020. 284 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: [http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/9106/2/Tese\\_MelissaStreck\\_050320.pdf](http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/9106/2/Tese_MelissaStreck_050320.pdf). Acesso em: 12 nov 2021.

### **Agradecimentos**

Agradecimentos especiais à Oficina de Criação (FACOM/UFPA) e à Professora Doutora Adelma Pimentel, coordenadora do Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas (Instituto Nufen), da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o parecer de número 5.175.298, de 17 de dezembro de 2021, e premiado por meio do *Edital acadêmico de pesquisa 2021: envelhecer com futuro* do Portal do Envelhecimento e Longevidade e Itaú Viver Mais.

# **PARTE 3**

**EDUCAÇÃO DIGITAL E SEGURANÇA  
DAS INFORMAÇÕES NA REDE**

# **Compreensão de informações sobre saúde na internet – desafios enfrentados por pessoas idosas**

*Gisele Garcia Zanca*

*Sabrina Amaral Martins Townsend*

*Josefina de Paula Moura*

*Fabiane Petean Soares de Lima*

*Rodrigo Jorge Salles*

*Karina Gramani-Say*



## **Introdução**

Este capítulo apresenta os resultados de uma pesquisa científica realizada por equipe multiprofissional e de diversas instituições de ensino superior e pesquisa. Buscou investigar os principais desafios enfrentados por pessoas idosas para obter informações sobre saúde na internet, com o intuito de contribuir para propostas de melhoria na área.

Primeiramente, o leitor percorrerá a compreensão do atual cenário sobre o acesso a informações via internet e como é desafiador quando o tema de busca é saúde, trazendo à tona o significado do letramento em saúde. No tópico seguinte, será possível identificar os caminhos que a equipe percorreu. Após, serão apresentados os resultados obtidos e o que significam. Por fim, as reflexões que o trabalho proporciona aos pesquisadores e à sociedade.

## O que motivou a pesquisa?

O uso da rede mundial de computadores, a internet, cresceu em todas as faixas etárias em 2020, se comparado a 2019, associado às recomendações de distanciamento físico social decorrentes da pandemia de Covid-19. O maior aumento, porém, ocorreu na população com 60 anos ou mais, passando de 34% em 2019 a 50% em 2020 (COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2021). Embora a população idosa tenha começado a utilizar as tecnologias para acesso à internet mais recentemente, o uso cresceu rapidamente nos últimos anos, principalmente devido ao maior acesso a telefones celulares, conhecidos como smartphones (BIXTER *et al.*, 2018). No Brasil, 65% dos usuários de internet com 60 anos ou mais acessam exclusivamente por meio de telefone celular (COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2020). As pessoas têm acesso a uma enorme quantidade de informações, sobre qualquer tema, disponível facilmente.

Enquanto a internet amplia cada vez mais o potencial de acesso à informação, por outro lado o excesso pode levar a dificuldades para selecioná-las e compreendê-las. O fenômeno é reconhecido como “infodemia”, junção das palavras informação (*info-*) e epidemia (*-demia*). O excesso de informações,

em grande parte de qualidade questionável, sem as melhores evidências científicas, torna cada vez mais difícil para o leitor não especialista reconhecer informações confiáveis. Além disso, muitas vezes o conteúdo é apresentado inadequadamente, com linguagem difícil, tornando-se mais uma barreira. Diante da incompreensão, o indivíduo pode sentir-se ansioso, inseguro, tomar decisões inadequadas para o autocuidado, além do sentimento de sobrecarga com o excesso de informações (CAVALCANTE *et al.*, 2022).

Os desafios podem ser ainda mais complexos no contexto das informações sobre saúde. A busca de informações sobre saúde é uma das atividades que mais ocorrem na rede, relatada por mais da metade dos usuários no Brasil (COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2021). Obter informações sobre a própria condição de saúde é relevante para os indivíduos participarem ativamente do processo de cuidado, ajudando a esclarecer dúvidas e estar nas decisões com os profissionais de saúde.

Para discutir o tema deve-se introduzir o conceito de *letramento em saúde*, que envolve conhecimentos e competências pessoais. Mediados pelas estruturas organizacionais e recursos disponíveis, possibilitam às pessoas acessarem, compreenderem, avaliarem e utilizarem informações e serviços para promover e manter a boa saúde e o bem-estar para



elas mesmas e pessoas ao redor (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2021). Vale destacar que os conhecimentos e competências são acumulados por meio de atividades diárias, interações sociais e por gerações (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2021).

O letramento em saúde é considerado crítico para a tomada de decisão informada e o empoderamento de pessoas e comunidades. Embora o Brasil não tenha um estudo nacional sobre o nível de letramento em saúde, estudos demonstram ser insuficiente especialmente entre pessoas idosas (CARTHERY-GOULART *et al.*, 2009; APOLINÁRIO *et al.*, 2012).

Já o letramento *digital* em saúde tende a ser ainda mais desafiador, considerando que envolve conhecimentos e competências também relacionados ao uso das tecnologias digitais da informação e comunicação (BERKOWSKY; CZAJA, 2018). Considerando o cenário, é fundamental que as informações sobre saúde divulgadas na internet sejam apresentadas a fim de facilitar o acesso da população, especialmente a que apresenta mais limitações com relação ao letramento digital em saúde.

Dentre as condições crônicas que acometem a população idosa, as dores crônicas na região mais baixa das costas (lombas) e aquelas que ocorrem nas articulações, devido à osteoar-

trite (conhecida como artrose), estão entre as que mais causam anos vividos com incapacidade em todo o mundo (GLOBAL BURDEN OF DISEASES, 2020). Ou seja, são condições que podem levar o indivíduo a viver muitos anos com a capacidade reduzida para fazer as atividades, acarretando perda da qualidade de vida e diminuição da participação na sociedade (BLYTH; NOGUCHI, 2017). Crenças negativas relacionadas à dor contribuiriam para a cronificação e amplificação. As crenças podem ser maiores em pessoas com menor nível de letramento em saúde (MACKEY *et al.*, 2019), o que seria reforçado por informações incorretas, imprecisas ou em linguagem que apresente um nível de dificuldade inadequado.

### **O caminho para realização da pesquisa**

Considerando o contexto descrito acima, a equipe realizou pesquisa científica para investigar facilitadores e barreiras para pessoas idosas na obtenção e compreensão de informações relacionadas à saúde na internet, com enfoque na dor lombar e na osteoartrite. São condições crônicas que levam a significativo impacto. A pesquisa foi realizada em duas fases. Na primeira, foram analisados 106 sites selecionados a partir de buscas simples no Google sobre os temas. As buscas utilizaram, de forma isolada, palavras ou expressões comumente usadas para

se referir à dor lombar, dor nas costas, lombalgia, osteoartrite, osteoartrose e artrose. Os textos foram avaliados inicialmente quanto ao nível de dificuldade para leitura, usando medida que analisa a estrutura do texto, considerando o tamanho das sentenças e das palavras, chamada Índice Flesch<sup>1</sup>.

Na segunda fase da pesquisa<sup>2</sup> foram entrevistadas 20 pessoas (14 mulheres e seis homens), de 60 a 82 anos, sendo dez com relato de dor lombar e dez com osteoartrite há mais de um ano, que possuíam acesso à internet. Cinco participantes tinham escolaridade máxima em nível de Ensino Fundamental (até oito anos de estudo), seis de Ensino Médio (11 anos de estudo) e nove de Ensino Superior (15 anos ou mais de estudo). Para a apresentação dos resultados, foram adotados códigos utilizando a letra P seguida por numeração sequencial para identificar os participantes, preservando o anonimato.

As entrevistas ocorreram *online* e seguiram um roteiro pré-definido, que incluía perguntas sobre como eram as buscas sobre saúde na internet e a percepção de dificuldades para compreender as informações. As entrevistas foram gravadas e

---

1 Mais detalhes sobre os métodos desta etapa foram descritos por Zanca e colaboradores (2022).

2 A pesquisa - selecionada no Edital Acadêmico 2021: envelhecer com futuro, promovido pelo Itaú Viver Mais em conjunto com o Portal do Envelhecimento - foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade São Judas (parecer 5.175.129). Todos os participantes foram entrevistados após aceitarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

o conteúdo transcrito, ou seja, as falas dos participantes escritas integralmente, respeitando o conteúdo original. Após a transcrição, foram identificados os conteúdos mais frequentes nas diferentes entrevistas, observando o número de repetições de certas temáticas nas respostas relatadas para cada uma das questões do roteiro.

### **Resultados: o que encontramos**

Serão apresentados conjuntamente os resultados das duas fases da pesquisa, relacionando os achados. O primeiro aspecto é que as entrevistas confirmaram que a estratégia de busca utilizada na primeira fase do estudo foi semelhante à forma como as pessoas afirmaram procurar informações sobre saúde na internet. O Google foi a principal forma de busca mencionada, sendo citado por 19 dos 20 participantes, seja como a única fonte ou como a fonte mais frequente, como trechos apresentados a seguir:

Normalmente é no Google. (P01, 66 anos, Ensino Médio)

Eu começo pelo Google. (P09, 73 anos, Ensino Superior)

Procuro tudo pelo Google. (P05, 68 anos, Ensino Superior)

Só no Google, nem sei de outros lugares, pra ser bem honesta. (P11, 65 anos, Ensino Médio)

Questionados sobre como fazem estas buscas, 16 participantes disseram que utilizam no buscador uma única palavra ou expressão relacionada à condição ou sintomas, conforme os seguintes trechos:

É assim, eu fui ao médico e ele me falou que existem cinco estágios de artrose, e que eu estava no último estágio. Eu queria entender melhor o significado, então eu procurei ‘artrose’. (P05, 68 anos, Ensino Superior)

Ah, eu coloquei lá ‘dor na lombar’. É assim que eu pesquiso. Eu coloco lá ‘dor na lombar’, ‘dor na cervical’, é assim que eu coloco. (P06, 65 anos, Ensino Fundamental I – quatro anos de escolaridade)

Escrevo lá ‘hérnia de disco’. (P17, 65 anos, Ensino Médio)

Tipo assim ‘dor no joelho’, ‘dor na coluna’, entendeu?  
(P14, 79 anos, Ensino Superior)

A estratégia, referida na literatura como “tiro no escuro” (BERKOWSKY; CZAJA, 2018), foi a mesma utilizada na primeira fase da pesquisa. A análise dos textos encontrados demonstrou que o nível de dificuldade para leitura é elevado, estimado que a grande maioria necessitaria que os leitores tivessem um nível de escolaridade mínimo de Ensino Médio (60%) ou mesmo Ensino Superior (28%), para possibilitar a adequada compreensão.

Nas entrevistas, ao serem questionados se apresentavam dificuldades para compreender as informações nos textos que encontram na internet, 14 participantes responderam afirmativamente, dentre os quais oito relataram dificuldades específicas relacionadas à linguagem utilizada:

Eles usam um linguajar mais específico, na língua deles que é médico, então a gente não entende muito, né? (P02, 71 anos, Ensino Fundamental)

Tem muito termo que você não entende, então tem que ser dentro daquilo, do meu vocabulário. (P11, 65 anos, Ensino Médio)

Eu leio bastante, eu tenho um vocabulário bom (...) agora, quando é termo técnico, você tem que pedir socorro pra alguém, né? [risos]. (P20, 66 anos, Ensino Superior)

As informações de um texto ocorrem quando o conhecimento linguístico se relaciona ao conhecimento prévio. Nos textos informativos a literatura mostra que as dificuldades acontecem por conta de desentendimentos sobre os conceitos abordados nos textos e dificuldades com a linguagem (MAYER; MORENO, 2003). Palavras mais ou menos familiares para os leitores, dificuldades relacionadas a estruturas das frases, dentre outros fatores, prejudicam o acesso à informação, podendo comprometer a saúde, a autonomia, a independência da pessoa idosa para participar da tomada de decisão compartilhada. Há dificuldade na leitura de um texto - especialmente no caso dos textos não serem adequados linguisticamente a muitos destinatários, considerando pessoas com menor escolaridade, embora as barreiras a elas não se limitem.

Mesmo pessoas com alto nível de escolaridade e hábitos de leitura apresentariam dificuldades ao se deparar com termos técnicos, que não fazem parte do repertório cotidiano. O achado reforça o significado da linguagem clara para a comunicação

em saúde, ampliando o acesso à informação, não apenas as com menor escolaridade. Deve-se ainda combater o estigma de que apenas pessoas com menor nível de escolaridade teriam dificuldades para compreender informações textuais sobre saúde.

Embora a escolaridade seja fator relacionado ao nível de letramento em saúde, não é determinante, mesmo porque os conhecimentos e competências mudariam com o contexto. Por exemplo, indivíduos que apresentam nível adequado de letramento em saúde para aspectos mais gerais, quando se encontram em bom estado de saúde apresentariam nível insuficiente ao se depararem com situações mais complexas ou em condições mais vulneráveis devido a doenças ou agravos.

Os participantes relataram que buscam o significado das palavras que não conhecem, utilizando diferentes estratégias, desde consulta a dicionários, novas buscas no Google ou perguntando a outras pessoas:

Às vezes eu pergunto pra minha filha (...) Ela me explica, mas eu costumo eu mesma me virar no Google (P16, 64 anos, Ensino Fundamental Incompleto – quatro anos)  
Às vezes, uma ou outra palavra, mesmo que seja um pouco fora do meu vocabulário, você acaba entendendo pelo contexto, e, às vezes, algumas coisas que sejam mais



interessantes, eu vou procurar no dicionário dentro do computador mesmo ou no livro fisicamente, no dicionário fisicamente. (P11, 65 anos, Ensino Médio)

Tem alguma coisa que eu não consigo entender. Aí eu vou atrás de cada coisa que tá escrito, eu puxo no Google de novo pra ter uma explicação mais minuciosa daquilo que eu não entendi. (P05, 68 anos, Ensino Superior)

Quando tem nome muito científico, daqueles ‘compridão’ e tal, que eu tenho que dar uma parada, anotar, e depois faço pesquisa em cima dessa anotação que fiz. (P14, 79 anos, Ensino Superior)

No último relato nota-se que a extensão das palavras é barreira. O tamanho das palavras (número de sílabas) é um dos parâmetros utilizados pelo índice Flesch neste estudo para avaliar o nível de dificuldade dos textos selecionados, e que classificou a grande maioria dos textos como Difíceis (60%) ou Muito Difíceis (28%), conforme apresentado. No entanto, mesmo com estratégias para esclarecer termos desconhecidos, com frequência não é possível entender

completamente o texto, o que contribuiria para a sensação de impotência:

Aí você não entende direito, busca outra pra entender, bom, mas aí tem um limite, tem que ser médico, questões que mesmo pesquisando vai entender parcialmente. (P18, 65 anos, Ensino Superior)

Alguma coisa fica...fica obscura, não dá pra entender. (P07, 82 anos, Ensino Médio)

A desigualdade digital, como o acesso exclusivamente pelo telefone celular, a falta de habilidades digitais e a escassez de dados para uso de internet nos planos de telefonia móvel dificultariam novas buscas (COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2021). Frente às dificuldades, a facilidade de compreensão de um texto contribuiria para a escolha do conteúdo:

Por isso que eu falei que eu não vou pela ordem. Por isso vou pra onde me dá informação melhor. Em alguns sites realmente eles colocam uns nomes difíceis e você não consegue entender. (P04, 60 anos, Ensino Fundamental Incompleto - menos de quatro anos)

O participante se refere à “informação melhor” como aquela a ser compreendida. É possível afirmar que somente existe informação quando ocorre a compreensão do texto. Para isso, o conteúdo deve circular entre o emissor e o receptor por meio de repertório comum de signos (PINTO; DUMONT, 2018).

A partir dos relatos dos desafios, identificam-se possibilidades de caminhos para facilitar a informação:

Às vezes eles usam termos técnicos que não conhecemos, e aí não tem a explicaçãozinha do que é o termo técnico. (...) Então, quase tudo, mas como já citei, alguns termos técnicos ficam sem entender. (...) Agora lá tem bursite assim, bursite assado [risos], bursite não sei de que jeito, como que eu vou identificar? Aí clica lá e não tem mais explicação. (P09, 73 anos, Ensino Superior)

A linguagem poderia ser mais acessível, sem muitos termos técnicos, porque às vezes a pessoa vai lá e ‘olha, tenho um bico de papagaio’, que é o que a gente falava antigamente. Só que não é esse termo que se usa, mas a pessoa que não entende vai associar, ela vai saber o que é aquilo ali, até se colocar o termo certo, mas entre parên-

teses o apelido, aí a pessoa já se identifica e tenta ver o que é aquilo que estão falando, o que é uma vértebra, se do lado colocasse em termos mais populares, digamos assim, acho que a pessoa entenderia melhor, se sentiria mais segura. (P06, 65 anos, Ensino Superior)

Reforça-se a necessidade de adaptações na escrita e disposição dos materiais sobre saúde, como o uso de termos leigos entre parênteses, após um termo técnico, ou glossário ao final do texto. Estratégias simples, com significativa contribuição à acessibilidade textual.

Embora os textos com alto nível de dificuldade de leitura, utilizando termos técnicos, dificultem a compreensão e confundam o leitor, que já se encontra vulnerável devido à condição de saúde, 16 participantes consideraram que os ajudam as informações que encontram na internet. Alguns tratam as distintas possibilidades de informação oferecidas por um mecanismo de busca na internet como espécie de oráculo:

A internet é maravilhosa, o Google é maravilhoso pra responder várias respostas pra gente. (P08, 72 anos, Ensino Fundamental Incompleto – quatro anos)

Olha, o que seria da gente se não fosse o Google,

hein?! (P16, 64 anos, Ensino Fundamental Incompleto - quatro anos)

As respostas evidenciam a falta de criticidade à aquisição de informações online. Porém, parece que o acesso a qualquer informação auxiliaria, verdadeiro alento por obter conhecimento e compreensão, mesmo inadequados, sobre a própria condição de saúde:

Ajuda a compreender a doença. A partir do momento que passa a compreender o porquê da doença, o desgaste, a idade, parará, parará, entende por que está doendo. (P05, 68 anos, Ensino Superior)

Sim, me ajudam bastante, me ajudam sim. Eu acho que é muito legal ter esse lugar de pesquisa, de procurar saber. (P15, 66 anos, Ensino Superior)

Eu vou mais pra me tranquilizar. Vou ler um pouco a respeito de como é isso, e aí tenho uma ideia, mas obviamente vou confirmando com o médico. (P18, 65 anos, Ensino Superior)

É, ajudam, inclusive procuro sobre os remédios que me indicam, mas pra saber os remédios indicados (...) teria que passar no médico pra que ele receitasse os remédios, mas estou sempre pesquisando pra ver se minimiza o problema. (P07, 82 anos, Ensino Médio)

Em alguns relatos, as informações parecem ajudar a suprir desejos não atendidos pelos profissionais da saúde, por falta de comunicação clara e acolhimento em relação às queixas da pessoa idosa, ou a excessiva especialização profissional. A excessiva especialização acarreta a segmentação do cuidado, como se observa nos seguintes trechos:

Às vezes você vai ao médico, e ele não explica por que tirou, o que foi feito, entendeu? E às vezes eles também não têm paciência, porque acha que gente de idade tá inventando, ou tá pondo coisa na cabeça. (P02, 71 anos, Ensino Fundamental)

É, tem ajudado, tem ajudado, mesmo porque [risos] a gente chega lá no médico, e a gente não fica olhando com cara de pateta pra ele [risos]. (P09, 73 anos, Ensino Superior)

Os médicos, hoje em dia, são muito especializados em determinada coisa (...) de modo geral os médicos são muito focados só naquele tema. (...) esse tipo de, essa busca por informações, me ajuda a direcionar pra um médico bem específico... sem ter que fazer uma via-sacra de consultório pra consultório. (P01, 66 anos, Ensino Superior)

A literatura informa que a busca de informações na internet auxiliaria pessoas idosas a decidir sobre procurar assistência profissional em saúde, e se preparar para atendimentos com os profissionais, embora seja mais comum que ocorram após os atendimentos, geralmente para esclarecimentos de dúvidas que os profissionais falam em levantar (BERKOWSKY; CZAJA, 2018; SALTER *et al.*, 2014).

## **Reflexões**

O conceito de letramento em saúde, atualizado pela Organização Mundial da Saúde em 2021, deixa claro que os conhecimentos e competências pessoais são *mediados* pelas

estruturas organizacionais e *recursos disponíveis*. Ou seja, o letramento em saúde não deve ser considerado apenas atributo pessoal resultante da interação dos conhecimentos e competências individuais, acumulados por meio de atividades diárias, interações sociais e gerações, mas dependente também do meio, do contexto.

Ressaltar esse aspecto é fundamental para não haver estigmas e culpa dos indivíduos, mas responsabilidade dos meios de organização social e demais agentes envolvidos. Com isso, estratégias serão desenvolvidas e adotadas em diferentes esferas. Promover o letramento em saúde, digital ou não, depende dos profissionais de saúde, dos autores de materiais informativos, e ainda do desenvolvimento de políticas públicas.

Por que é tão difícil escrever de modo fácil? A linguagem difícil, rebuscada, disfarçaria uma forma de poder, característica de modelos hegemônicos de atenção à saúde, centrados nos profissionais, que atuam como detentores do conhecimento e prescritores de tratamentos. Não é possível promover um modelo de atenção à saúde integral, centrado na pessoa, sem os usuários terem acesso a informações de qualidade, que viabilizem a participação consciente na tomada de decisão compartilhada.



É urgente a capacitação de profissionais da saúde para o uso de linguagem simples, clara, promovendo comunicação efetiva com os usuários. No contexto dos serviços de saúde, minimizaria a necessidade de os indivíduos buscarem quaisquer informações na internet, ainda com a percepção de que ajudam, mesmo que não sejam totalmente compreendidas. A comunicação dos profissionais também deve ser aberta, envolver escuta ativa, para os indivíduos se sentirem confortáveis e expor dúvidas sobre informações encontradas na internet.

Ao invés de condenar o uso da internet para obtenção de informações, já tão presente, direcionemos esforços para orientar a população a realizar as buscas, observando aspectos relacionados à credibilidade das informações encontradas. Nossa pesquisa resultou no desenvolvimento de produtos com esse objetivo<sup>3</sup>.

A elaboração de textos informativos deve orientar-se ao uso de linguagem acessível. A partir dos resultados do presente estudo, reforçamos a relevância do uso de frases e palavras curtas, evitar termos técnicos e se pensar para quem o texto

---

3 O texto "Como saber em quais informações sobre saúde confiar na internet?" foi publicado no Portal do Envelhecimento (disponível em: <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/como-saber-em-quais-informacoes-sobre-saude-confiar-na-internet/>) e o vídeo educativo "Dicas para identificar informações seguras sobre saúde na internet" pode ser acessado no canal do Portal do Envelhecimento do Youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=7OG8SY2jWr4>).

está sendo escrito. No entanto, nos casos em que os termos forem fundamentais para a mensagem, estratégias simples como menção a termos populares equivalentes entre parênteses ou glossários facilitariam a compreensão, evitando que os indivíduos se sintam perdidos buscando esclarecimentos, com frequência frustradamente.

Além disso, as pessoas utilizam o termo dor para entender o motivo. O entendimento do que causa a dor muito auxiliaria na boa aderência ao tratamento e controle dos sintomas. Considerando o impacto das condições nos anos vividos com incapacidade, torna-se relevante o desenvolvimento de políticas públicas à prevenção da dor musculoesquelética e de serviços de referência ao atendimento da dor.

Ainda não existem políticas públicas nacionais voltadas ao desenvolvimento do letramento em saúde. Entre os países que possuem políticas nacionais, embora as estratégias adotadas sejam diversas, todos reconhecem a capacitação dos profissionais de saúde para a efetiva comunicação (NUTBEAM; LLOYD, 2021). No Brasil, neste momento, caminha-se para haver, finalmente, uma Política Nacional de Linguagem Simples. O projeto está tramitando na Câmara dos Deputados, porém deve-se ressaltar que com a lei haverá distintos avanços na acessibilidade das informações, principalmente as de utilidade pública, como de saúde.

## Referências

APOLINARIO, D., BRAGA, R. D. C. O. P., MAGALDI, R. M., BUSSE, A. L., CAMPORA, F., BRUCKI, S., & LEE, S. Y. D. Short assessment of health literacy for Portuguese-speaking adults.

**Revista de Saúde Pública**, v. 46, n. 4, p. 702–711, 2012.

BERKOWSKY, R. W.; CZAJA, S. J. Challenges associated with online health information seeking among older adults.

*In:* PAK, R., MCLAUGHLIN, A. C. (Org.) **Aging, Technology and Health**. Londres: Academic Press, Elsevier, 2018. p. 31-48.

BIXTER, M. T.; BLOCKER, K. A.; ROGERS, W. A. Enhancing social engagement of older adults through technology. *In:*

PAK, R., MCLAUGHLIN, A. C. (Org.) **Aging, Technology and Health**. Londres: Academic Press, Elsevier, 2018. p. 179-214.

BLYTH, F. M.; NOGUCHI, N. Chronic musculoskeletal pain and its impact on older people. **Best Practice and Research: Clinical Rheumatology**, v. 31, n. 2, p. 160–168, 2017.

CARTHERY-GOULART, M. T., ANGHINAH, R., AREZA-FEGYVERES, R., BAHIA, V. S., BRUCKI, S. M. D., DAMIN, A., ... & NITRINI, R. Performance of a Brazilian population on the test of functional health literacy in adults. **Revista de Saúde Pública**, v. 43, n. 4, p. 631–638, 2009.

CAVALCANTE, R., BRAZ, P., TAVARES, T., CARBOGIM, F. D. C., & FARIA, L. D. (2022). Genealogia do conceito infode-

mia. **Infodemia: gênese, contextualizações e interfaces com a pandemia de Covid-19**. Brasília: Editora Aben, 32-44, 2022.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL (CGI.br). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2019**. São Paulo: CGI.br, 2020. Disponível em: [https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20201123121817/tic\\_dom\\_2019\\_livro\\_eletronico.pdf](https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20201123121817/tic_dom_2019_livro_eletronico.pdf). Acesso em: 18 out 2022.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL (CGI.br). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2020: edição COVID-19: metodologia adaptada**. São Paulo: CGI.br, 2021. Disponível em: [https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20211124201233/tic\\_domicilios\\_2020\\_livro\\_eletronico.pdf](https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20211124201233/tic_domicilios_2020_livro_eletronico.pdf). Acesso em: 18 out 2022.

GLOBAL BURDEN OF DISEASES 2019. Global burden of 369 diseases and injuries in 204 countries and territories, 1990-2019: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2019. **Lancet**. v. 396, n. 10258, p. 1204-1222, 2020.

MACKEY, L. M.; BLAKE. C.; CASEY, MB.; POWER. C.K.; Ray VICTORY, Conor HEARTY, C.; FULLEN, B.M. The impact of health literacy on health outcomes in individuals with chronic pain: a cross-sectional study. **Physiotherapy**, v. 105, n. 3, p. 346-353, 2019.

MAYER, R. E.; MORENO, R. Nine ways to reduce cognitive load in multimedia learning. **Educational Psychologist**, v. 38, n. 1, p. 43-52, 2003.

NUTBEAM, D.; LLOYD, J. E. Understanding and Responding to Health Literacy as a Social Determinant of Health. **Annual review of public health**, v. 42, p. 159–173, 2021.

PINTO, J. M.; DUMONT, L. M. M. Interloquções entre o procedimento de tradução de Boaventura de Sousa Santos e os preceitos de letramento informacional em saúde. **Comunicação & Informação**, v. 21, n. 3, p. 56, 2018.

SALTER, C.; BRAINARD, J.; MCDAID, L.; LOKE, Y. Challenges and opportunities: What can we learn from patients living with chronic musculoskeletal conditions, health professionals and carers about the concept of health literacy using qualitative methods of inquiry? **PLoS ONE**, v. 9, n. 11, 2014.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Health promotion glossary of terms 2021**. Geneva: World Health Organization, 2021. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240038349>. Acesso em: 18 out 2022.

ZANCA, G.G. ; MOURA, J. P.; GRAMANI-SAY, K.; SALLES, R. J.; TOWNSEND, S. A. M. Barreiras para o acesso a informações sobre dor lombar em textos publicados em páginas da internet. **Revista Longeviver**, n. 16, 2022. Disponível em: <https://revistalongeviver.com.br/index.php/revistaportal/article/view/982/1042>. Acesso em: 18 out 2022.

# **Pensamento computacional como base para o letramento digital e desenvolvimento cognitivo da pessoa idosa**

*Andressa Kroeff Pires*

*Clarissa Bezerra de Melo Pereira Nunes*

*Marcos Vinícius de Lima Miranda*

*Isabel Dillmann Nunes*



## Introdução

O crescimento da população idosa é constante, pois a sociedade se urbaniza e as famílias se estruturam com menos filhos. Os avanços tecnológicos na área da saúde proporcionam mais qualidade de vida. A longevidade aumenta. Conforme informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a expectativa de vida da população brasileira, em 2019, chegou a 76,6 anos (IBGE, 2020).

Para o envelhecimento ocorrer saudavelmente, devem ser nutridos e trabalhados a relação saúde física - estado psicológico - relações sociais. Uma das formas de garantir são atividades que visem diminuir o déficit cognitivo oriundo do envelhecimento, para aperfeiçoar memória, percepção, capacidade cognitiva, executiva e comunicativa.

A tecnologia desponta como aliada, intrinsecamente entrelaçada à vida cotidiana. Por meio dela é possível desenvolver rapidamente atividades diversas, sem grandes deslocamentos físicos, e de modo eficiente. Neves e Pereira (2011) apresentaram a relação entre o uso de tecnologias da informação e qualidade de vida do idoso, associando a tecnologia à vida autônoma e socializada.

Colocando a tecnologia no dia a dia, há o Pensamento Computacional (PC), metodologia que abarca as teorias da computação e as integra a habilidades e competências, como criatividade, criticidade e estratégia. Independentemente da área de conhecimento e atuação, será possível encontrar e solucionar problemas, individual ou colaborativamente, a partir de etapas bem definidas (BRACKMANN, 2017).

No que se refere às pessoas idosas, o PC deve ser entendido não apenas como conjunto de conceitos e habilidades para lidar com o mundo tecnológico, mas caminho, meio para a promoção do enriquecimento cognitivo (LUCENA, 2020).

Aliado ao PC, o letramento digital mostra-se, portanto, essencial à vida ativa e participativa do idoso. Unir o desenvolvimento da capacidade de ser crítico e utilizar, com sabedoria, as tecnologias e o próprio desenvolvimento cognitivo, forma de alcançar as necessidades atuais da era do conhecimento.

Cursos como o Projeto de Extensão Inclusão Digital para Idosos (PROEIDI)<sup>1</sup>, criado em 2016 no Instituto Metrôpole Digital (IMD) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), promovem a inclusão digital de modo prático e didático. Possibilitam, além do aprendizado de tecnologias

---

1 <https://inclusaodigital.imd.ufrn.br/>



em computador e *smartphones*, a inclusão social, a comunicação e desenvolvimento cognitivo.

O PROEIDI tem metodologia única - cada dois idosos possuem um monitor para o acompanhamento em sala de aula, além do professor. A metodologia utilizada define-se como meio de proporcionar experiência de acompanhamento individualizada e personalizada. Desde seu início, até 2019, eram atendidas, em média, 80 pessoas idosas por semestre, exigindo várias turmas distribuídas com 12 idosos cada. O projeto contava com quase 40 voluntários que atuavam como professores e monitores.

Em 2020, na pandemia, o projeto no formato presencial precisou ser suspenso. Foram iniciadas atividades no formato on-line, por meio de entrevistas e vídeo-aulas no canal do YouTube<sup>2</sup>. A preocupação com a continuidade do aprendizado, mesmo quando um idoso finalizava o curso presencial, sempre esteve presente. A autora Oliveira (2021), no trabalho de mestrado, propôs um sistema de chatbot como formação complementar, no formato a distância, dando continuidade após cursos presenciais. A partir da pandemia, o contexto foi reforçado pelas pesquisadoras Pires e Nunes (2020), que relataram a necessidade

---

2 <https://www.youtube.com/channel/UCbnbp3G76Xgul9urok1Y11A>

do estímulo de idosos a utilizar Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), permitindo maior aproximação social e econômica.

Deve-se, portanto, ofertar capacitações para a pessoa idosa usar um novo aplicativo, com atividades de busca de informações, desenvolvimento crítico e exercícios relacionados à identificação de ferramentas úteis e de entretenimento. Além disso, acrescentar à capacitação treinamentos cognitivos por meio dos conceitos de Pensamento Computacional (Abstração, Decomposição, Algoritmos e Resolução de problemas).

Sob essa égide nasceu o **Pense Mais**, jogo digital educacional com atividades curtas sobre conteúdos do letramento digital, com níveis de dificuldades e tipos de desafios diferentes, que se baseia nos pilares (conceitos) do Pensamento Computacional.

O projeto que culminou com a criação do **Pense Mais** começou a ser delineado com a constatação - mapeamento sistemático de literatura - de que os aplicativos encontrados centrados no treinamento cognitivo eram, em sua maioria, infantilizados e em linguagem diferente da língua brasileira. O que dificultava ainda mais a utilização por grande parte da população, incluindo a idosa. Questões começaram a surgir: como um aplicativo, baseado em Pensamento Computacio-

nal e no desenvolvimento de habilidades cognitivas, ajudaria o letramento digital da pessoa idosa?

### **Jogos digitais educacionais para pessoas idosas**

As tecnologias digitais oferecem, incluindo o público idoso, não apenas praticidade com relação às atividades diárias e entretenimento, mas manutenção e expansão do exercício da cidadania e autonomia da vida pessoal e profissional. As tecnologias, podemos citar *smartphones*, *notebooks*, *tablets*, *TVs smarts*, *videogame*, entre outros, são consideradas equipamentos/dispositivos digitais; e há aplicativos e ferramentas digitais, com interface para as pessoas interagirem com informações por meio de texto, imagem, vídeo e/ou áudio.

Outro ponto relevante sobre as tecnologias digitais é que algumas pessoas possuem objetivos específicos e cooperam com o processo de educação e treinamento, como as plataformas de aprendizagem gamificadas, ou seja, funcionalidades e elementos de jogos. Além dos jogos digitais do tipo educacionais ou formato de *serious games*<sup>3</sup> (jogos com pelo menos uma finalidade bem definida, além da diversão). Para as pessoas

---

3 Pode ser traduzido para o termo em português "jogos sérios".

idosas são relevantes ao aprendizado contínuo, essenciais na prevenção e conservação das funções cognitivas.

Há quase 20 anos, a pesquisadora Gros (2003) ressaltava o significado de os jogos digitais precisarem ter objetivos de aprendizagem bem definidos para serem considerados educacionais. A autora lembrava que era fundamental as ferramentas contemplarem conteúdos de aprendizagem ou promoverem o desenvolvimento de estratégias e habilidades importantes para aprimorar a capacidade cognitiva e intelectual dos alunos-jogadores.

Os jogos digitais são considerados, para diversos pesquisadores, meios interativos e envolventes que prendem a atenção do jogador com desafios. Demandam evolução das habilidades físicas e mentais. O envolvimento exige diversas horas diárias do jogador, logo, o tempo pode ser aplicado para estudo e aprendizado.

Os jogos educacionais digitais possibilitam o desenvolvimento de práticas educativas potencialmente inovadoras e atrativas. O aluno possivelmente demonstrará maior engajamento, aumentando a chance de aprendizagem.

Algumas vantagens aos jogadores, incluindo os idosos, durante os processos de ensino e aprendizagem: (i) efeito motivador; (ii) facilitador do aprendizado; (iii) desenvolvimento de habilidades cognitivas; (iv) aprendizado por descoberta;

(v) experiência de novas identidades; (vi) socialização; (vii) coordenação motora; (viii) comportamento *expert* (SAVI e ULBRICHT, 2008).

Além disso, os jogos que trazem atividades práticas carregam potenciais benefícios relacionados à aprendizagem continuada e envelhecimento ativo das pessoas idosas, visando à prevenção e à conservação de funções cognitivas, que normalmente sofrem privação natural durante o processo de desenvolvimento.

Recentemente, as autoras Pires e Nunes (2022) apresentaram alguns jogos digitais educacionais criados com o intuito de atender a alguma necessidade das pessoas idosas. Percebeu-se que, além do momento de diversão, os jogos proporcionariam o aprendizado de conteúdos educacionais, com atividades para exercitar e ajudar as funções cognitivas e executivas.

Como características principais as pesquisadoras citaram: (i) interface lúdica e atrativa; (ii) linguagem simples e clara; (iii) conteúdo com instruções; (iv) simulação de ambiente ou situação real; (v) estímulos cognitivos e motores. Permitiam à pessoa idosa melhorar as habilidades do dia a dia, recebendo estímulos para treinar a memória, identificar informações relevantes para o contexto e aprimorar o poder de tomar decisões.

## Jogo digital “Pense Mais”

Desenvolvido como parte de um projeto de mestrado do Programa de Pós-graduação em Inovação em Tecnologias Digitais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o **Pense Mais** tem por objetivo oferecer atividades para o público idoso de forma lúdica, sem ser infantil. Com linguagem amigável (simples) para, a cada atividade, o jogador aprender algo novo, em habilidades cognitivas, como memória, atenção e resolução de problemas para o seu dia a dia, enquanto se diverte.

O jogo é construído de forma que uma única atividade poderá trabalhar com mais de um dos pilares do PC: (i) Decomposição - dividir o problema em partes menores; (ii) Reconhecimento de Padrões - encontrar algo comum nos problemas solucionados para se basear; (iii) Abstração - pontos relevantes do problema; (iv) Algoritmo - analisar um conjunto de regras para resolver um problema.

Foi desenvolvido para dispositivos móveis, e sua interface é intuitiva (usabilidade e acessibilidade para atender ao público-alvo). Pensado para um único jogador realizar o desafio, mas nada impede outra pessoa auxiliar a pessoa idosa.

A Figura 1 mostra, na tela 01, parte do texto que descreve o jogo **Pense Mais**. Ao final, disponibiliza dois *links*: Conheça nossa equipe e Quem nos apoiou?, com novas informações em outras telas. A tela 2 da Figura 01 lista o nome das pessoas que fazem parte da equipe do jogo. A tela (3) lista o nome das instituições que apoiaram a criação do **Pense Mais**: Itaú Viver Mais, Portal do Envelhecimento, Setor de Produção Multimídia, Instituto Metrópole Digital, Superintendência de Tecnologia da Informação e Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

### Figura 1 - Telas do app - Sobre o aplicativo



*Fonte: Elaborado pela autora (2022)*

As atividades voltaram-se inicialmente a identificar trabalhos relacionados ao tema - jogos digitais centrados nas

pessoas idosas, com o intuito de fundamentar e auxiliar o trabalho, pesquisar e definir a tecnologia usada para desenvolver o jogo **Pense Mais**, iniciar a construção das atividades baseadas no pensamento computacional e com o conteúdo de letramento digital, e elaboração das telas do aplicativo seguindo diretrizes de usabilidade e acessibilidade.

A tecnologia escolhida para o jogo foi o *Flutter*, um *framework* ou plataforma que implementa o modelo de programação reativa, usando a linguagem *Dart*, com a interface organizada por *widgets* - independentemente de ser um botão, texto ou espaçamento, interpretados, que viram componentes nativos para *Android* ou *iOS*, após o código da aplicação ser executada, gerando código nativo de alto desempenho. Complementando, no site oficial<sup>4</sup> da tecnologia, o *Flutter* é “estrutura de código aberto da empresa *Google* para criar aplicativos multiplataforma bonitos e compilados nativamente a partir de única base de código”. A arquitetura escolhida para a aplicação foi *Clean Dart*<sup>5</sup> e, para o banco de dados, foi utilizado o *Firebase*<sup>6</sup>.

A Figura 2 apresenta as tecnologias usadas na criação do **Pense Mais**: iniciando na concepção do *layout* com o uso do

---

4 <https://flutter.dev/>

5 <https://github.com/Flutterando/Clean-Dart>

6 <https://firebase.google.com/>



*Figma*<sup>7</sup>, seguindo para a etapa de desenvolvimento do *app* com o framework usado e o banco de dados (citados acima). Por fim, o lançamento na loja da *Google Play*<sup>8</sup>.

## Figura 2 - Tecnologias usadas no processo de criação do **Pense Mais**



*Fonte: Elaborado pela autora (2022)*

As atividades adaptadas e propostas para o **Pense Mais** se basearam em algumas atividades desplugadas (no formato de papel) criadas pelo pesquisador Lucena (2020), testadas com um grupo de pessoas idosas. Os resultados da análise mostraram a efetividade da intervenção cognitiva com pensamento computacional realizada com o público idoso.

7 <https://www.figma.com/>

8 <https://play.google.com/>

O primeiro desafio adaptado do meio tradicional (desplugado) para o meio digital (plugado) foi a atividade 1, intitulada “Decomposição de atividades cotidianas” pelo autor Lucena (2020). Essa atividade, conforme Figura 3, tem as seguintes informações no papel: (i) Nome da atividade; (ii) Material utilizado; (iii) Instruções que precisam ser passadas aos idosos; (iv) Objetivo da atividade; (v) Habilidades (conceitos) do PC relacionadas ao tipo de atividade.

**Figura 3 - Informações sobre a atividade 1**


Nome	Decomposição de atividades cotidianas
Material	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Folha com imagens de atividades cotidianas diversas</li> <li>• Lápis</li> <li>• Borracha</li> </ul>
Instruções	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entregar folha a cada idoso</li> <li>• Pedir ao idoso para escrever nas linhas laterais das situações os passos necessários para sua conclusão, decompondo um problema grande em diversos menores</li> <li>• Após os idosos concluírem, faz-se a correção oral, inserindo alguns possíveis equívocos, como por exemplo: colocar uma semente na terra antes de cavar um buraco, esquecer de tapar o buraco, etc.</li> </ul>
Objetivo	Criar uma lista de instruções necessárias para atingir seis objetivos comuns do cotidiano
Habilidades	Abstração, Decomposição e Algoritmos

*Fonte: Lucena (2020, p. 157)*

A ilustração (Figura 4) apresenta um exemplo de atividade do cotidiano. No lado esquerdo há imagem ilustrativa com a legenda: “Sacar no caixa eletrônico”, e no lado direito oito

linhas sequenciais para os passos serem descritos pela pessoa idosa que está realizando a atividade.

### Figura 4 - Exemplo de uma situação do cotidiano da atividade 1

<p><b>Sacar no caixa eletrônico</b></p> 	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. _____</li> <li>2. _____</li> <li>3. _____</li> <li>4. _____</li> <li>5. _____</li> <li>6. _____</li> <li>7. _____</li> <li>8. _____</li> </ol>
---	--

*Fonte: Lucena (2020, p. 157)*

Com o intuito de transformar as atividades para o meio digital, houve análise dos exercícios, aplicados na intervenção comentada anteriormente, que poderiam ser utilizados num jogo e adequados para usar o letramento digital em seu conteúdo. O desafio “Sequência correta” (Figuras 05 e 06), por exemplo, está organizado de acordo com o seguinte fluxo:

1. A tela do desafio (Figura 5) com tema relacionado ao letramento digital, um subtítulo e um vídeo ou mais; sobre

o assunto abordado, a descrição do objetivo do desafio e um botão de “Como jogar”;

**Figura 5 - Tela do desafio**

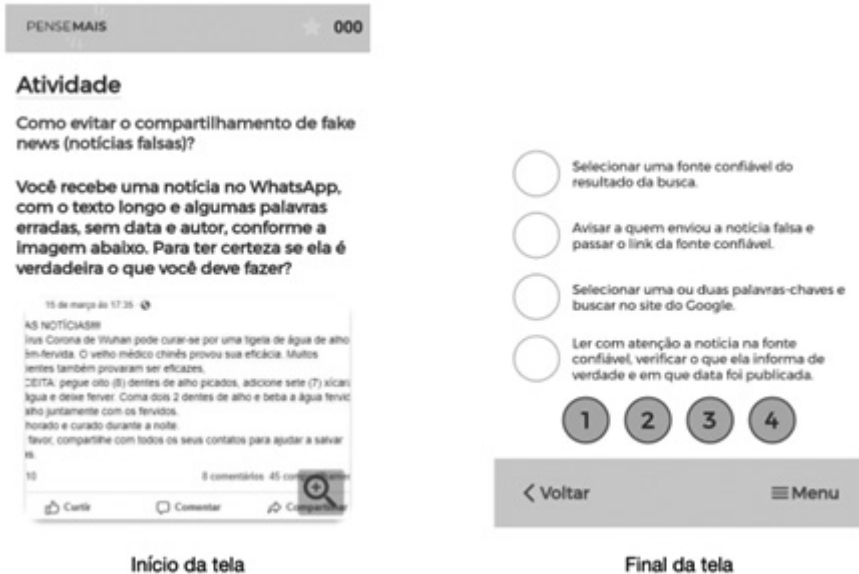


*Fonte: Elaborado pela autora (2022)*

2. A tela da atividade (Figura 6) com tema relacionado, descrição da atividade, imagem que ilustra o problema; por

fim, opções predefinidas em ordem aleatória e que precisarão ser ordenadas corretamente pelo jogador.

**Figura 6 - Tela da atividade**



*Fonte: Elaborado pela autora (2022)*

Com o intuito de auxiliar o conhecimento e disseminação, um vídeo foi produzido. No vídeo<sup>9</sup> há explicação sobre como os jogos digitais podem auxiliar o desempenho cognitivo da pessoa idosa, resume a proposta e objetivo do **Pense**

9 <https://www.youtube.com/watch?v=Nwvy4ITCX0g>

**Mais** - conforme Figura 7, e apresenta as telas. Além disso, a criação de um canal no YouTube<sup>10</sup> do **Pense Mais** armazena os vídeos de divulgação e organiza os vídeos usados como conteúdo complementar nas atividades.

**Figura 7 - Cena do vídeo que explica a proposta do Pense Mais**



*Fonte: Vídeo do canal do YouTube do Pense Mais (2022)*

Os recursos desenvolvidos auxiliam os jogadores idosos a compreender melhor o objetivo, desafios e atividades, como apoio externo para iniciantes e estudantes da área de desenvolvimento cognitivo.

10 [https://www.youtube.com/channel/UC\\_LzFvXqUL-sDBSYlp59SSw](https://www.youtube.com/channel/UC_LzFvXqUL-sDBSYlp59SSw)

## Avaliação do jogo

Com o objetivo de avaliá-lo, foi utilizado um instrumento adaptado de Materiais Educacionais Digitais (MEDs) pela pesquisadora Oliveira (2021), denominado InstruMEDs. O instrumento possibilita identificar os pontos que satisfazem à boa interface de interação ou aqueles que precisam de melhorias, divididos em três categorias: Tecnologia, Interface e Geronto-Educacional (PIRES *et al.*, 2022).

Dos 15 indicadores analisados com o InstruMEDs, nove foram considerados excelentes (texto, distribuição, elementos especiais, tamanho de botões, navegação, interatividade, conteúdo, linguagem e reflexão crítica). Outros cinco avaliados como bons (suporte, erro, design visual, acessibilidade e conceitos abstratos), e um ruim (localização).

O critério considerado ruim questiona se “a localização onde o idoso se encontra dentro do MED é de fácil identificação”. Esse ponto deve ser aprimorado, e a visualização do fluxo do jogo apresentada na tela do **Pense Mais** pois, durante a avaliação ainda não era possível perceber onde o jogador se encontrava (em um nível fácil ou difícil do jogo e o tipo de tela).

Destaca-se como ponto positivo o uso de vídeos e imagens para auxiliar a pessoa idosa na elaboração de conhecimentos e posteriormente executar os desafios. Critério que

questionava: “O MED possui recursos interativos, como vídeos e links para sites, de acordo com o tema abordado e de acesso intuitivo para o idoso?”.

A avaliação por esse instrumento considera a aplicação como “de acordo com as necessidades da pessoa idosa” se obtiver 18 avaliações como Excelente. Se a pontuação obtiver entre 10 e 18 Excelente e Bom é indício de que alguns indicadores devem ser melhorados. O MED avalia como não adequado para o público idoso quando o resultado da avaliação dos indicadores tiver de 10 a 18 opções Bom e Ruim, sendo exigidos novo estudo e aprimoramentos.

O **Pense Mais**, portanto, foi considerado adequado às necessidades do público idoso, sendo indispensáveis aprimoramentos das funcionalidades e recursos não tão bem conceituados.

Após a avaliação inicial dos especialistas e com indicadores não tão adequados, além do critério avaliado como Ruim, os que estavam como Bom foram verificados e correções implementadas no fluxo completo.

O **Pense Mais** esteve na loja da *Play Store* em fase de testes e agora está disponível para o público idoso realizar o seu *download*<sup>11</sup> para *smartphone* ou *tablet*.

---

11 <https://play.google.com/store/apps/details?id=imd.ufrn.br.pensemais>



A Figura 8 mostra o menu inicial com o nome do jogador (oriundo do e-mail *google* cadastrado no *app*), dois botões para iniciá-lo ou avaliar o próprio desempenho, e duas opções de ajuda: um tutorial, e a outra, de baixo, com informações sobre o desenvolvimento do aplicativo. Por fim, no rodapé, há ainda a opção para o encerramento, de forma que o aplicativo não ficará aberto ou funcionando passivamente no plano de fundo do aparelho.

**Figura 9 -**  
**Tela "Como jogar" do jogo**



*Fonte: Elaborado pela autora*  
(2022)

**Figura 8 -**  
**Tela do menu do jogo**



*Fonte: Elaborado pela autora*  
(2022)

Para auxiliar o jogador e ensinar as regras do jogo é disponibilizado uma área de “Como jogar”, como a Figura 9. A área do “Como jogar” lista três botões de seleção de dificuldade, assim como a possibilidade de retorno à tela anterior (Figura 8). Ao selecionar um nível de dificuldade, aparecerá a atividade do nível correspondente de forma exemplificada.

Na Figura 10, na tela “Meu desempenho”, o jogador poderá acompanhar o desempenho com relação às atividades. A seção está programada para mostrar inicialmente informações simples, mas a longo prazo projeta-se a criação de um sistema de *feedback* que leve em consideração os dados oriundos da interação do jogador com o *game*.

**Figura 10 -  
Tela “Meu desempenho” do jogo**



*Fonte: Elaborado pela autora (2022)*

Os desafios podem ser visualizados, como mostra a Figura 11. O desafio é escolhido aleatoriamente pelo sistema, iniciando pelo nível fácil ao difícil, ou seja, se o jogador concluir todas as atividades do nível fácil o jogo abrirá as atividades do tipo normal, e assim sucessivamente. Nesse desafio, existem três vídeos que abordam o tema trabalhado. O jogador pode escolher qual vídeo deseja assistir apertando os botões indicados, e o vídeo selecionado estará com o botão no tom mais escuro (no caso, o Vídeo 1 é exemplo de vídeo selecionado para ser assistido).

**Figura 11 -  
Tela de um tipo de desafio**



*Fonte: Elaborado pela autora  
(2022)*

**Figura 12 - Tela de  
atividade de nível fácil**



*Fonte: Elaborado pela autora  
(2022)*

A Figura 12 apresenta a tela com atividade de nível fácil relacionada ao tema do desafio da tela anterior (Figura 11); os dados principais da tela são: (i) placar indicando o número de estrelas; (ii) descrição da atividade; (iii) *grid* com elementos da atividade (personagem, rota, paredes e símbolos); (iv) botões com os direcionais, para o jogador mover o personagem.

Por fim, na Figura 13, a tela informa ao jogador que a atividade anterior (Figura 12) foi concluída e o parabeniza, apresentando o número total de estrelas adquiridas como um feedback pelo desempenho. Há a possibilidade de a pessoa avançar no jogo, com novos desafios, ou repetir a tarefa, visando melhorar seu desempenho.

**Figura 13 -  
Tela de resultado**



*Fonte: Elaborado pela autora (2022)*

## Considerações finais

O objetivo do projeto foi desenvolver um jogo digital educativo para aplicativos móveis (sistema operacional *Android*), com atividades baseadas em Pensamento Computacional e conteúdos de letramento digital, visando possibilitar o aprendizado e o combate ou conservação do declínio cognitivo das pessoas idosas.

Algumas limitações do jogo ainda se percebem, e outras ações devem ser desenvolvidas, como funcionalidades, para deixá-lo mais dinâmico e inteligente. Como a área de “Configurações” - o jogador personaliza características e atividades: (i) ter ou não som de fundo no jogo e atividades - resolvemos deixar sem som, no primeiro momento, para não atrapalhar a concentração do público idoso; (ii) ter ou não tempo para cada atividade; (iii) escolher apenas um nível de dificuldade das atividades. Outro ponto necessário é aprimorar a área “Meu desempenho”, com a criação de um sistema de *feedback* que leve em consideração os dados oriundos da interação do jogador com o *game*.

Além disso, a avaliação com pessoas idosas de forma sistemática é essencial para identificar melhorias. A avaliação ocorrerá presencialmente no Projeto de Inclusão Digital para Idosos, e avaliação mais aberta por meio de questionário para qualquer participante interessado.

## Referências

BRACKMANN, C. P. **Desenvolvimento do Pensamento Computacional através de atividades desplugadas na Educação Básica**. 2017. 226 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Informática na Educação, Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

GROS, B. The impact of digital games in education. **First Monday**, v. 8, n. 7, p. 6-26, 2003.

IBGE, AGÊNCIA DE NOTÍCIAS. *Em 2019, expectativa de vida era de 76,6 anos*. 2020. Disponível em: <<https://agencia-denoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29502-em-2019-expectativa-de-vida-era-de-76-6-anos>>. Acesso em: 03 out 2022.

LUCENA, D. A. de. **Pensamento computacional como intervenção para desenvolvimento cognitivo em idosos**. 2020. 225f. Dissertação (Mestrado Profissional em Inovação em Tecnologias Educacionais) - Instituto Metrópole Digital, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

NEVES, R.; PEREIRA, C. Os idosos e as TIC – competências de comunicação e qualidade de vida. **Revista Kairós-Gerontologia**, v. 14, n. 1, p. 5-26, 2011.

OLIVEIRA, C. R. de. **Sistema de chatbot na inclusão digital de idosos**. 2021. 138f. Dissertação (Mestrado Profissional em Inovação em Tecnologias Educacionais) - Instituto Metr pole Digital, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

PIRES, A. K. et al. Pense mais – um jogo para o treinamento cognitivo e letramento digital baseado em pensamento computacional. **Anais do IX CIEH**. Campina Grande: Realize Editora, 2022. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/86647>>.

PIRES, A. K.; NUNES, I. D. O uso de smartphones por idosos durante a pandemia do COVID-19 no RN: um estudo exploratório. In: **Workshop de informática na escola**, 26, 2020, Evento Online. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computa o, 2020. p. 479-488. DOI: <https://doi.org/10.5753/cbie.wie.2020.479>.

PIRES, A. K.; NUNES, I. D. O uso de jogos digitais pela pessoa idosa: suas vantagens e consequências. **Revista Longeviver**, 2022. Disponível em: <<https://revistalongeviver.com.br/index.php/revistaportal/article/view/990/1050>>.

SAVI, R.; ULBRICHT, V. R. Jogos digitais educacionais: benefícios e desafios. **RENOTE**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, 2008. DOI: 10.22456/1679-1916.14405. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/14405>>.

# **Abordagens nas mídias sobre apropriação e inclusão digital por pessoas idosas**

*Cíntia Liesenberg*

A decorative graphic at the bottom of the page consisting of several overlapping, wavy, curved shapes in various shades of gray, creating a sense of movement and depth.



*O mundo é tão vazio, se pensarmos apenas em montanhas, rios ou cidades. Mas conhecer alguém, aqui e ali, que pensa e sente, como nós, e que embora distante está perto em espírito, eis o que faz da Terra um jardim habitado.*

**Goethe**

## **Introdução**

As palavras de Goethe lembram a importância das relações sociais para preencher de sentido a vida humana. Por meio delas nos situamos, internalizamos valores e coordenadas que orientam e se materializam nos comportamentos, condutas e formas de apreensão da realidade. Na interação, nos formamos como sujeitos em uma comunidade, e são definidas as bases pelas quais criam-se laços de identificação que constituem nossa subjetividade.

Em sociedades extremamente conectadas, as mídias têm importante papel, pois nos apresentam variadas facetas do mundo e nos dão acesso a diferentes realidades, afetando a qualidade dos relacionamentos. Assim, seu estudo e um olhar interessado para os conteúdos que divulgam e os discursos e representações que nelas circulam tornam-se tarefas de grande valor. Situado nesse pensamento, reside o objetivo de nosso trabalho, que visou conhecer mais sobre a divulgação pelas mídias do tema da apropriação e inclusão digital por idosos.

Entre os distintos autores que discorrem sobre a relevância das mídias, Stig Hjarvard (2014) e Eliseo Verón (2014) tratam, mais especificamente e cada um a seu modo, do processo da midiaticização que caracteriza a sociedade contemporânea. Hjarvard utiliza abordagem institucional para tratar da temática, discorrendo sobre a sobreposição entre as diferentes lógicas institucionais impulsionada pela mídia. Segundo o autor, em um primeiro nível, a midiaticização impacta a rotina das demais instituições, pois reside imersa em seu cotidiano, como recurso de práticas comunicacionais.

Por outro lado, por estarem aí tão presentes, as mídias passam a ser impactadas por outras instituições. Por fim, por

se postarem como esfera pública, que publiciza informações das demais, coloca campos e espaços de diferentes ordens em contato, contribuem para lógicas institucionais de variados campos se influenciarem mutuamente, provocando transformações sociais (HJARVARD, 2014).

Verón adota o ponto de vista da midiaticização como processo de desenvolvimento de fenômenos de exteriorização de processos mentais, que ocorre em desdobramento à função primeira da capacidade humana de semiose. Essa, como tal, permitiu o nascimento de aparatos tecnológicos ou fenômenos midiáticos - para ele podem ser considerados desde o momento em que o ser humano constitui o primeiro artefato de pedra, e possibilitou ainda o desenvolvimento da escrita, o surgimento do livro e a elaboração de dispositivos técnicos que permitiram a produção de imagens e captação de sons e demais transformações relativas a esse terreno (VERÓN, 2014, p. 15).

Quando um novo aparato ou fenômeno midiático surge e se institucionaliza em sociedade, gera efeitos radiais, pois provoca desdobramentos em várias direções e retroalimentação sistêmica (VERÓN, 2014). Pode-se incluir a produção e circulação de informações e conteúdos, que ganham projeção por meio das mídias, carregando diferentes abordagens.

Os temas podem conter diferentes enfoques e representações: das pessoas e dos grupos, das coisas e de nossas relações com elas e com o meio em que habitamos, conformando nosso modo de ser e estar no mundo e de nos relacionar com os outros (MOSCOVICI, 2011).

Por isso é tão relevante analisar, pesquisar, refletir sobre as abordagens que as mídias apresentam em relação aos assuntos que retratam do cotidiano. Tais representações são expressões de linguagem que congregam em si palavras de ordem. Ao serem pronunciadas, carregam pressupostos que implicam a materialidade da existência, conferindo-lhe direcionamentos, e inscrevem-se na vida os sujeitos, afetando-a (DELEUZE; GUATTARI, 2011).

A partir das representações de determinado tema ou acerca de determinado grupo, normatizam-se e promovem-se condutas consideradas adequadas ou não. Por outro lado, promove-se a abertura para a ruptura com o estabelecido, levando a possibilidade de sua reinscrição (DELEUZE, GUATTARI, 2011).

Tema que desponta e pede atenção diz respeito à participação das pessoas idosas nesse mundo em que as mídias digitais estão cada vez mais presentes e com transformações constantes nas formas de manuseio - por computadores,

smartphones ou outros meios. Ter acesso a elas, saber utilizá-las é, atualmente, significativa forma de participação social – para jovens, adultos e idosos.

No que tange à população idosa, deve-se lembrar que é a parcela etária que mais cresce, e sua presença em diversos espaços se torna cada vez mais visível e ocorre de forma bastante diversa, pois as velhices são heterogêneas, e sua experiência, apesar de apresentar aspectos comuns para os sujeitos, ocorre de forma bastante particular.

O Brasil atualmente figura entre os dez países com população mais idosa do planeta, com 31,5 milhões de idosos. Para 2050, as projeções são de que essa população se amplie para 66,5 milhões de pessoas, acompanhando, acentuadamente, o movimento de aumento da população 60+ em nível mundial. Essa passa de 1,1 bilhão de idosos em 2022 para 2,1 bilhões em 2050 (ALVES, 2022; UN, 2022). Da mesma forma, seguindo esse movimento, amplia-se a utilização das tecnologias digitais por essa população. De 2019 para 2021 vemos subir de 39,8% para 54,4% o número de idosos que afirmam se utilizar desses meios (CETIC, 2022).

A pesquisa - apoio do Edital Acadêmico Envelhecer com Futuro 2021 - voltou-se para o estudo da divulga-

ção da mídia sobre o tema em dois eixos principais: um aborda matérias sobre a apropriação digital por pessoas idosas e o outro busca iniciativas de inclusão na área. Ela demonstra que, se de um lado as mídias mostram que os idosos têm se apropriado dessas ferramentas de forma bastante diversa, por outro, as narrativas veiculadas muitas vezes reforçam visões estereotipadas dessa fase da vida, que não condizem com a heterogeneidade que caracteriza o período da velhice.

Do ponto de vista da apresentação de iniciativas de inclusão digital, observa-se ainda a possibilidade de aprimoramento das abordagens. É o que se constata com o detalhamento do percurso de desenvolvimento da pesquisa e apresentação dos principais resultados.

### **Percurso de pesquisa, várias etapas**

A pesquisa buscou evidenciar representações ou ideias que as mídias apresentam sobre a relação entre idosos e tecnologias por meio da identificação de formas de apropriação digital por idosos ou iniciativas para sua inclusão nesse terreno, como afirmou-se acima. Seu trajeto inicia-se antes mesmo de sua estruturação. Ela é motivada por estudo anterior sobre representações sociais de idosos nas mídias (LIE-

SENBORG, 2019), que indica variadas formas de apropriação digital por idosos.

Baseando-se nesses achados, buscou aprofundar o conhecimento de como o tema é expresso pelas mídias, considerando-as importante *locus* de visibilidade e circulação de assuntos contemporâneos. Destaca-se que o trabalho foi voltado mais especificamente a matérias de cunho jornalístico ou noticioso, considerando o lugar de autoridade que os discursos preferidos ocupam, o que confere legitimação àquilo divulgado (GOMES, 2000).

Para isso, a pesquisa percorreu um trajeto de várias etapas (figura 1), contemplando inicialmente uma revisão integrativa de literatura (BOTELHO, CUNHA, MACEDO, 2011). Nesse ponto, tomou por base outros artigos de revisão relacionados à inclusão ou à relação entre idosos e tecnologias digitais, sendo utilizados como bases de dados: Google Acadêmico, Plataforma Scielo e Portal Capes. Foram analisados, no *corpus* final da revisão, dez artigos oriundos de diferentes publicações de cunho científico, publicadas entre 2018 e 2022, sendo nove nacionais e uma portuguesa. Destacaram-se como principais conceitos norteadores aqueles da autoria digital como competência (BEHAR, 2021), acessibilidade e usabilidade (SALES; SOUZA; SALES, 2019). Pensados em conjunto, destaca-se a importância do estímulo ao protago-

nismo da população idosa nesse terreno, e ainda a necessidade de oferecimento de condições.

Em complemento à revisão, buscou-se a identificação da temática em revistas de divulgação científica voltadas a questões referentes à população idosa, com o encontro de 35 textos relacionados ao nosso foco de estudo. Desses materiais, destacaram-se relatos de experiências abordando a intergeracionalidade, outro enfoque para pensar as ações divulgadas pelas mídias, pela riqueza do que apresentam em termos de interação e aprendizado mútuo e aproximação entre gerações.

No que tange ao estudo do tema, tomando como base materiais de mídia propriamente ditos, a pesquisa percorreu dois momentos principais: recuperação, releitura e análise dos dados oriundos da pesquisa anterior, desenvolvida para o doutorado (LIESENBERG, 2019), e o segundo, em que se levantaram novos materiais, utilizando-se como recurso a ferramenta de Alertas do Google e o *clipping* de notícias da *Folha de S.Paulo*, em sua versão online<sup>1</sup>.

---

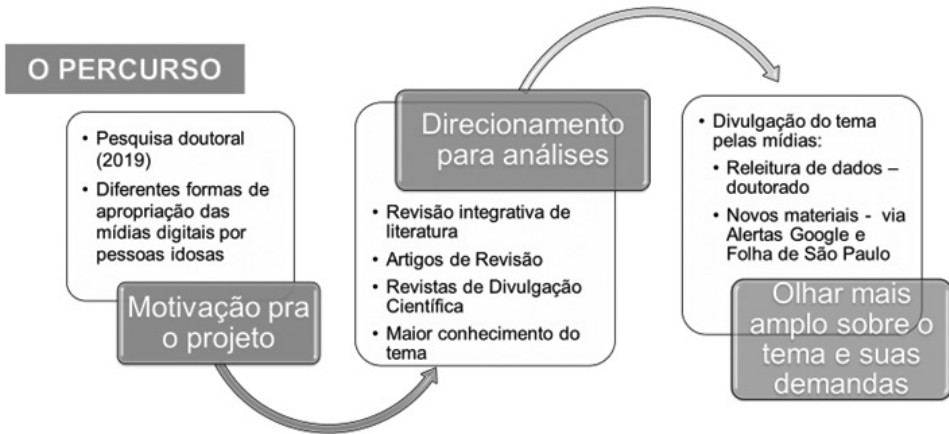
1 Os períodos de levantamento variam de acordo com as características do estudo aqui apresentado, sendo consideradas matérias recuperadas da pesquisa de doutorado, publicadas entre novembro de 2016 outubro de 2018, conforme detalhamento no capítulo específico sobre a metodologia, apresentado na tese (LIESENBERG, 2019). A complementação dos materiais para o estudo atual e especificamente com o direcionamento das matérias relacionadas à participação dos idosos no ambiente digital foi realizada no período entre fevereiro e julho de 2022.



Ao todo foram consideradas 219 matérias: 14 retomadas do primeiro estudo; 186 obtidas via Alertas do Google, originárias de veículos diversos, de abrangência regional ou nacional, de diferentes pontos do país, e alguns portugueses. Já aquelas publicadas pela *Folha de S.Paulo* somaram mais 19 matérias ao conjunto.

Os textos foram agrupados com base em seu direcionamento principal, separados entre aqueles que tratassem prioritariamente dos temas: a) apropriação digital (correspondendo a cerca de 22% dos achados); b) iniciativas de inclusão dos idosos nesse terreno (50%); c) “outros” (28%), quando não se enquadravam nas anteriores, mas apresentavam alguma abordagem que relacionassem de alguma forma a população idosa e o ambiente das tecnologias digitais. Esse último enquadramento, embora não tendo sido tratado neste texto, permite abordagem futura.

Os enfoques que direcionam nosso olhar serão detalhados na sequência deste texto, mas já nos permitem afirmar que o estudo alcança o intento de oferecer maior conhecimento sobre a temática, e sobre demandas a ela relacionadas, principalmente no que tange à sua divulgação pelas mídias. E acerca da própria natureza dos projetos desenvolvidos e participação e representações dos idosos em sociedade.

**Figura 1 - Percurso de pesquisa**

*Fonte: Cíntia Liesenberg (2023)*

É importante mencionar que o percurso de pesquisa apoiou-se no enfoque qualitativo, em que “a quantificação dos objetos estudados não é priorizada”, sendo a abordagem predominante descritiva (CASARIN; CASARIN, 2012). Em nosso caso, recorrências são consideradas, conforme se apresenta a seguir, a partir dos eixos de estudo objetivados. Na sequência, inicia-se a abordagem pelos resultados de matérias que tratam da apropriação digital por idosos, e em seguida os achados das iniciativas de inclusão e correlação.

## **Ampla universidade da apropriação digital por idosos**

Os dados relativos à apropriação digital por idosos foram abordados em artigo específico sobre o tema, publicado na revista *Longeviver* (LIESENBERG, 2022), mas são aqui retomados, de forma mais sucinta e com novas considerações, visando compor o conjunto das iniciativas encontradas, como resposta ao percurso acima descrito. E permitem um contraponto, com questões acerca dos achados em torno das iniciativas de inclusão para essa parcela da população e sobre aquilo que as mídias mostram na relação entre idosos e tecnologias, a partir da divulgação das iniciativas.

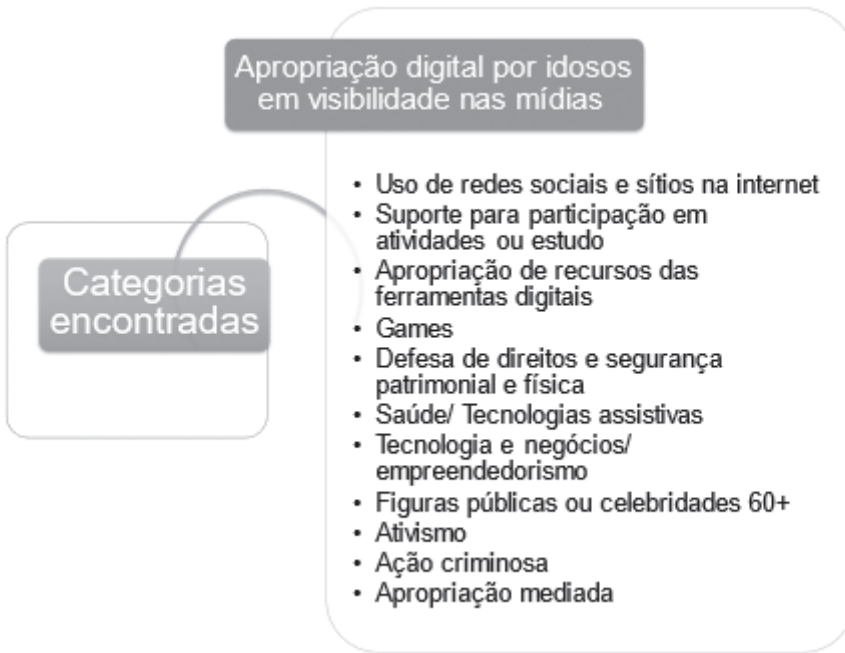
Retomando-se o sentido conferido à expressão apropriação digital, considerada como a maneira pela qual os sujeitos se apossam das ferramentas digitais, delas apoderando-se, e imprimem sua presença no universo digital, o que, atualmente, atestando as características da sociedade em que vivemos, significa ainda ampliar as formas da participação social.

Defendemos uma abordagem que difere do que se associa às representações dos idosos, como sujeitos pouco afeitos à inserção nesse universo. E o que as matérias levantadas mostram é que há um território amplo de pos-

sibilidades de atuação e adesão por meio da população idosa do entorno.

Nesse recorte, percebe-se, de forma geral, que a mídia apresenta diferentes maneiras de apropriação digital pelos idosos. Em nossos estudos, identificamos 11 categorias (Figura 2), que abarcam múltiplas expressões da presença dos idosos nesse terreno, da utilização como forma de interação social e contato com parentes e amigos, relações amorosas, aplicação como entretenimento e produção de conteúdo, produções artísticas e compartilhamento de relatos de viagem, passando por outros aspectos da vida cotidiana, como transações bancárias, acesso a ambientes digitais para estudo ou atualização, utilização para o trabalho ou e-commerce e abarcando aspectos de participação mais amplos, como gestão de negócios/start ups, gestão de plataforma de informações ou empregabilidade para públicos específicos, defesa de direitos e ativismo ambiental e social, além de redes de apoio para população vulnerável. Incluem-se ações intergeracionais e até um caso de utilização de recursos digitais para a tentativa criminosa de burlar medida protetiva.

## Figura 2 - Categorias de apropriação digital por idosos visíveis nas mídias



*Fonte: Cíntia Liesenberg (2023)*

Por meio desses achados, a participação nesse universo revela não apenas importante utilização das ferramentas digitais por parte dessa população, mas sua presença maior em sociedade, que extrapola o ambiente virtual.

Tais exemplos demonstram que esse ambiente deve ser visto além das tomadas de uma ideia preconcebida de que não é um terreno para os idosos ou que reduzem o olhar so-

bre o uso das tecnologias pelo viés do distanciamento ou esgarçamento de relações pessoais e de contatos diretos, e ainda de um ‘encapsulamento’ sobre si (BOFF, 2014, p. 11).

Por outro lado, chama a atenção a marcação, mesmo nessas matérias, de uma destituição do sujeito relacionada ao seu envelhecimento, no reforço a marcações associadas ao declínio físico e cognitivo. Esse é o exemplo de matéria pautada na escrita de livros e relato de viagens de uma peregrinação por vários continentes, realizada por jornalista aposentada (VELASCO, 02 dez. 2016). O contraponto entre o título e linha fina, de um lado, e o fechamento da matéria, de outro, demonstram de forma exacerbada a observação.

Título da matéria: Idosa escreve livros sobre viagens de 500 dias por países de 4 continentes

Linha fina: Arcelina Helena, 73, saiu de Goiás para peregrinações no exterior. Última viagem foi à China, onde passou 100 dias conhecendo a cultura local.

Fechamento: (com deslocamento para o declínio de memória)

### **Memória**

A idosa contou que andava o dia inteiro durante as viagens, não passou mal por causa do novo tipo de

alimentação, mas que enfrentou problemas por conta da “memória fraca”. Ela disse que preparou um celular moderno para registrar a viagem, mas esqueceu o aparelho quando passou por São Paulo antes de embarcar para Pequim.

“Saúde eu tenho. Consegui andar, comer as comidas, mas a minha memória é fraquinha. Sou antiga, levei a caderneta. Pretendia ir de gravador e tudo mais. Super-preparei o telefone e esqueci em São Paulo. Mas a minha grande descoberta é que Deus realmente está do meu lado, porque foi cada situação”, contou.

Religiosa, Arcelina se assustou ao chegar a Shangai e se hospedar em um hotel frequentado por garotas de programa da região. Outro desafio vivido por ela foi o fato de ter viajado mais de 100km entre Hong Kong e Guangzhou. Quando ela chegou à cidade, lembrou que todo o dinheiro que ela tinha havia ficado no cofre do hotel em Hong Kong.

“Eu precisei pegar dinheiro emprestado com um padre para passar os dias em que eu ficaria em Guangzhou, e depois voltei para o hotel para buscar o dinheiro que havia guardado. A minha memória é desse jeito, impecável”, brincou (VELASCO, 02 dez. 2016).

Tais marcações, recorrentemente encontradas nas narrativas jornalísticas, em matérias relacionadas à apropriação digital e sobre iniciativas para inclusão dos idosos, são relevantes evidências do estatuto sobre o qual se assentam ainda e de forma generalizada o olhar e a percepção sobre a população idosa em nossa sociedade, mostrando a necessidade de mais investimentos e iniciativas para a reversão.

### **Iniciativas de inclusão digital**

Sobre as iniciativas divulgadas de inclusão digital para essa população, quanto ao seu formato, encontram-se iniciativas online, impulsionadas pelo contexto da pandemia causada pela Covid-19, oferecidas de maneiras síncrona e assíncrona, além das presenciais. Muitas matérias mencionam cursos, palestras, workshops e oficinas. Uma delas se diferencia por utilizar unidade móvel de ensino, com cursos voltados a crianças, jovens adultos e idosos e conteúdo variado, incluindo oficinas de manutenção de computadores, desenvolvimento de jogos com linguagem de programação específica e de uso de drones, com duração de apenas uma semana (REIS, 21 fev. 2022).

Em relação aos conteúdos, destaca-se a forte redundância ao seu direcionamento no ensino voltado ao aprendizado ins-



trumental das ferramentas (como smartphones, por exemplo) e enfoque básico no ensino e imersão dos sujeitos nessa realidade. Muitas vezes a expressão “inclusão digital” e outros termos como informática ou tecnologia são utilizados de forma genérica, o que dificulta a identificação daquilo abordado.

Outra categoria que se destaca, ainda que em menor quantidade, é a que trata de iniciativas visando prevenção contra golpes na internet (amorosos e financeiros) ou utilização segura das redes. No entanto, aliada a marcações de que o ambiente digital não é ambiente afeito aos idosos, provoca efeitos de sentido que mais distanciam do que aproximam essa população do ambiente digital, como espaço estranho e de risco constante. Nesse terreno, incluem-se iniciativas voltadas ao aprendizado de ferramentas financeiras, sendo mencionado o ensino de utilização de aplicativos bancários, internet banking e pix.

Na abordagem das matérias, de forma geral, fica restrita a evidência de iniciativas que exploram o potencial que os idosos apresentam, não apenas para o manuseio de ferramentas, mas na utilização de instrumentos digitais visando contribuir ao desenvolvimento da potência de formas de participação da população 60+, como o que se observa a partir de um estudo mais aprofundado das formas de contribuição social, como o recorte anterior permite indicar.

Ainda que as iniciativas sejam relevantes e necessárias, a maneira de sua abordagem e exposição nas mídias indica um caminho de relevante aprimoramento. Sobre as iniciativas de inclusão, pode-se afirmar que, mesmo compondo um conjunto muito maior, em termos quantitativos do que na categoria anterior, sendo encontrado mais do que o dobro do número de matérias nesse eixo, observa-se variedade menor de categorias que as abarca<sup>2</sup>. E, de forma geral, há maior restrição do protagonismo dos idosos nelas expresso, o que poderia ser mais incentivado nos projetos de inclusão ou educação digital voltados a essa população.

Os achados, com raras exceções, expõem significativa lacuna entre o potencial dos idosos e realizações no ambiente social e digital, e aquilo que se apresenta na maior parte do material encontrado sobre as iniciativas de inclusão. E a exemplo do que foi visto naquele recorte, observa-se a recorrência a uma concepção redutora do perfil dos idosos nas narrativas ou por agentes promotores dessas iniciativas. Com reforço de determinados estereótipos que não condizem com a abrangência atual da participação social e digital dos sujeitos que se encontram na fase da velhice, refundando a ideia de que o ambiente

---

2 Foram encontradas, nesse eixo, quatro categorias principais: dicas para inclusão, aprendizado de ferramentas e aplicativos; prevenção de golpes; projetos diferenciais, sendo a última com raras ocorrências.

digital não é para idosos. Como se exemplifica no trecho de uma das matérias publicadas, e que ainda reduz a noção do termo letramento digital ao foco restrito do aprendizado de ferramentas, quando deveria implicar iniciativas promotoras de práticas mais reflexivas e críticas (BEHAR, 2021).

O curso de Letramento Digital possibilitará a aprendizagem e experimentação de conceitos da informatização da sociedade e a orientação de uso do celular e seus aplicativos, promovendo a inclusão digital para uma faixa etária que tem dificuldade em utilizar ferramentas e programas de informática (INSCRIÇÕES... 17 mar. 2022)<sup>3</sup>.

Por outro lado, é importante se evidenciar que esta exposição, pautada no percurso da pesquisa e dados genéricos, não esgota o assunto nem os exemplos encontrados. Há materiais específicos que permitem seu desdobramento em estudos de caso e aprofundamento de exposições em torno das iniciativas encontradas. São vários os projetos relatados que permitem re-

---

3 Complemento a citação ilustrada de forma mais acentuada o comentário sobre a redução do conceito de letramento digital adotado no projeto: "O objetivo do curso é preparar essas pessoas para noções básicas de informática, como digitação, elaboração de apresentações de planilhas em Excel, pesquisas, manusear as redes sociais, entre outros conteúdos que serão abordados, além de qualificá-los para o mercado de trabalho" (INSCRIÇÕES... 17 mar. 2022).

fletir que a aplicação contém elementos e narrativas mais amplas do que as que nos chegam por meio das matérias noticiadas ou que existam outros recortes para aprofundamento.

Há algumas que permitem a visualização de tomada mais ampla e significado social que conteria. Como exemplo de destaque, mencionamos reportagem sobre projeto em duas cidades do estado de Santa Catarina (Indaial e Blumenau). Envolvem ações intergeracionais, cujos resultados positivos contribuem para a possibilidade de reduplicação da experiência como política governamental, colocada em votação, em consulta pública.

A matéria de Kienen (03 mar. 2022), além de informação detalhada sobre o projeto, socializa o documento em votação, por meio de *link*, e demonstra a riqueza de uma política na área, alicerçada por experiências comunitárias desenvolvidas e abarcadas pelo estado, e propicia a oportunidade de influir em uma política pública.

### **Considerações finais**

Se o percurso da pesquisa encontra como tônica lacuna entre as formas de apropriação digital apresentadas pela população idosa e projetos de inclusão expostos pelas mídias, que não abarcam toda a potencialidade, por outro lado, o

estudo apresenta elementos para repensar a situação, com a indicação de possibilidades para seu aprimoramento, por meio de iniciativas e narrativas que promovam mais o protagonismo dessa população e outras pesquisas que lembram a exigência de incluir mais discussões sobre acessibilidade e usabilidade de ferramentas.

Esse caminho remete ao pensamento de Fritjof Capra, que reforça aquele dos autores mencionados na fundamentação inicial, quando lembra que somos produto de uma cultura formada a partir de um modo recorrente de comunicações, que produzem um sistema comum de crenças, explicações e valores compartilhados (CAPRA, 2005, p. 95). Esses imprimem limites de significados e exigências que determinam aqueles que serão incluídos ou excluídos de seu território. Por outro lado, os limites são continuamente recriados e renegociados pelos sujeitos inseridos nessa cultura (CAPRA, 2005, p. 99).

Daí a importância da pesquisa e problematização de temas significativos para uma sociedade e da forma como têm sido expressos pelas mídias, pois, por meio dos achados podemos identificar as recorrências nos discursos e representações que minoram os sujeitos e sua pertença em sociedade. E pontos de ruptura e abordagens que permitem fazer frente a elas, como se observa na pesquisa desenvolvida em torno da

apropriação digital por idosos e dos trabalhos para a inclusão nesse meio.

Que os elementos encontrados sejam fonte de novos estudos e ações, visando ao aprimoramento e à construção de uma sociedade mais aberta ao imenso potencial de contribuições que a população idosa demonstra, mas que ainda carece de maior reconhecimento. Que as mídias digitais e a ocupação por essa população do terreno sejam um caminho que contribua para tal.

## Referências

ALVES, J. E. Os 12 países com maior quantidade de idosos no mundo. **Portal do Envelhecimento**. 05 ago. 2022. Disponível em: [encurtador.com.br/kNVY4](http://encurtador.com.br/kNVY4). Acesso em: 09 out 2022.

BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BEHAR, Patrícia Alejandra. Competência autoria digital de idosos: uma revisão sistemática da literatura acerca dos conceitos. **Revista Educar Mais**, [S. l.], v. 5, n. 4, p. 805–820, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/2452>. Acesso em: 09 out 2022.

CESARIN, H. C. S.; CESARIN, S. J. **Pesquisa científica: da teoria à prática**. Curitiba, PR: Intersaberes, 2012. [livro eletrônico]. Acesso em: 09 out 2022.

CETIC.BR – CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - **TIC Domicílios 2021**. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2021. Disponível em: [https://data.cetic.br/explore/?pesquisa\\_id=1](https://data.cetic.br/explore/?pesquisa_id=1). Acesso em: 09 out 2022.

CAPRA, F. **As conexões ocultas**. São Paulo: Culturix, 2005.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**. Vol. 4. São Paulo: Editora 34, 2012b.

GOMES, M. R. **Jornalismo e Ciências da Linguagem**. São Paulo: Hacker Editores/ Edusp. 2000.

HJARVARD, S. Midiatização: conceituando a mudança social e cultural In: **MATRIZES: Revista do Programa de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo**. V8. N1. (2014). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/82929>. Acesso em: 09 out 2022.

INSCRIÇÕES para curso de letramento digital são abertas em Campina Grande. **Jornal da Paraíba**. 17 mar. 2022. Disponível em: <https://jornaldaparaiba.com.br/educacao/2022/03/17/inscricoes-para-curso-de-letramento-digital-sao-abertas-para-idosos-em-campina-grande>. Acesso em: 30 out 2022.

KIENEN, A. Projeto de Indaial pode se tornar política pública estadual. **O Município**. Blumenau, SC. 03 mar. 2022.

Disponível em: <https://omunicipioblumenau.com.br/projeto-de-indaial-que-conecta-criancas-e-idosos-se-tornar-politica-publica-estadual/>. Acesso em 30 out 2022.

LIESENBERG, C. **Sob o signo do tempo:** velhice e envelhecimento em perfis de idosos nas mídias. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-16052019-165919/pt-br.php>. Acesso em: 20 out 2022.

LIESENBERG, C. Apropriação digital por pessoas idosas, reflexões sobre dados a ver pelas lentes das mídias. **Revista Longeviver**, Ano IV, n. 16, out./nov./dez. Dossiê - Edital Acadêmico de Pesquisa 2021: Envelhecer com futuro São Paulo, 2022. Disponível em: <https://revistalongeviver.com.br/index.php/revistaportal/article/view/989/1049>. Acesso em: 20 out 2022.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais** – Investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2011.

REIS, L. Programa Inclusão Digital: Prefeitura leva cursos e oficinas gratuitas em tecnologia a comunidade de BH. **BAHZ** Belo Horizonte, MG. 21 fev. 2022. Disponível em: <https://bhaz.com.br/carreiras/pbh-leva-cursos-e-oficinas-gratuitas-em-tecnologia-a-comunidade/>. Acesso em: 30 out 2022.



SALES, M. B.; SOUZA, J. J.; SALES, A. B. Idosos, aplicativos e smartfone: uma revisão integrativa. **Kairós-Gerontologia**. São Paulo, v.22, n.3, p. 131-151, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/47150>. Acesso em: 09 out 2022.

UNITED NATION (UN). **World population prospects 2022: summary of results**. New York, 2022. Disponível em: [encurtador.com.br/bqPQV](https://www.courtdo.com.br/bqPQV). Acesso em: 15 out 2022.

VELASCO, M. Idosa escreve livros sobre viagens de 500 dias por países de 4 continentes. **Portal G1**. 02 dez. 2016. Disponível em: [encurtador.com.br/gmBKR](https://www.courtdo.com.br/gmBKR). Acesso em: 30 out 2022.

VERÓN, E. Teoria da midiatização: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências. In: **MATRIZES: Revista do Programa de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo**. V8. N1. (2014). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/82929>. Acesso em: 09 out 2022.



# **Biografias**

**Alda Abrahão Faiad de Moura** - Graduada em História pelo Centro Universitário de Brasília (UniCeub). Pós-graduada em Metodologia do Ensino Superior - UniCeub. Atua desde 1989 em atividades voltadas para a atenção ao idoso. Mestre em Gerontologia pela UCB. Coordenadora do grupo de interatividade do Lago Norte - Projeto do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Terceira Idade - NEPTI. Doutoranda em Psicologia pela Universidade Católica de Brasília. E-mail: [aldafaiad@gmail.com](mailto:aldafaiad@gmail.com)

**Amanda Lemos** - Professora do curso de Serviço Social da Universidade Cândido Mendes (UCAM/RJ). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, da FGV/CPDOC; mestre em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; bacharel em Serviço Social pela Universidade Castelo Branco. Pesquisa trabalho doméstico remunerado, relações étnico-raciais e de gênero, envelhecimento humano e institucionalização de pessoas idosas e a prática profissional de assistentes sociais. E-mail: [amandadosslemos@gmail.com](mailto:amandadosslemos@gmail.com)

**Andressa Kroeff Pires** - Mestranda do curso profissional em Inovação em Tecnologias Educacionais pelo PPGITE do Instituto Metrôpole Digital (IMD) da

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Analista de Sistemas na Superintendência de Tecnologia da Informação (STI / UFRN), atua como coordenadora da equipe de Desenvolvimento de Front-end (FERA) e possui experiência com desenvolvimento de aplicações web, usabilidade, acessibilidade, testes, qualidade de software e gestão de projetos. E-mail: kroeffzinha@gmail.com

**Anelise Crippa** - Advogada. Mediadora e conciliadora judicial e extrajudicial. Doutora e mestra em Gerontologia Biomédica, com pós-doutorado em Direito. Professora no curso de Direito do Centro Universitário Metodista - IPA. E-mail: anecrippa@gmail.com

**Camila Alen Porto Alegre** - Advogada. Especialista em Direito Processual Civil. E-mail: camila.alen@outlook.com

**Camila de Andrade Simões (Gerência de Projeto)** - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e integrante do Grupo de Pesquisa Inovação e Convergência na Comunicação-InovaCom (CNPq-UFPA). E-mail: camilasimoescontato@gmail.com

**Cassiana Regina Leindecker** – Graduada em Enfermagem pela Faculdade Ingá (UNINGÁ); Especialista em Unidade de Terapia Intensiva pela Faculdade Ingá (UNINGÁ) Especialista em Gestão em Saúde pela Universidade Estadual de Maringá (UEM); Especialista em Mediação de Processos Educacionais na Modalidade Digital (FACULDADE SÃO LEOPOLDO MANDIC); Mestre em Promoção da Saúde pelo Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR); Doutoranda em Promoção da Saúde pela Universidade Cesumar (bolsista CAPES); Docente Cursos Técnicos Escola de Saúde Pública do Paraná; Docente Curso MEDICINA Faculdade UNINGÁ. E-mail: cassianarl@gmail.com

**Cíntia Liesenberg** - Doutora em Ciências da Comunicação pela ECA/ USP. Professora do Centro de Linguagem e Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Integrante do MidiAto – Grupo de Estudos em Ciências da Linguagem e Midia, vinculado à ECA/USP. E-mail: acintialie@gmail.com

**Clarissa Bezerra de Melo Pereira Nunes** - Mestra em Inovação em Tecnologias Educacionais pela UFRN, 2021; Especialista em Data Science e Big Data, Faculdade Metropolitana, 2021 - 2022; Licenciada em Letras - Língua

Inglês, Uninassau, 2020; TEFL/TESOL Certified Teacher - Bridge.Edu, 2020; Especialista em Ensino de Inglês como Língua Estrangeira pela UFRN, 2018; Professora do programa MSG (Middle School Global) da University of Missouri, desde 2018; Professora de Inglês no Programa Bilíngue da escola CEI Romualdo, desde 2015; MBA em Gestão de Projetos na Estácio de Sá, 2016. E-mail: klanunes@gmail.com

**Eduarda Rezende Freitas** - Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), linha de pesquisa Desenvolvimento Humano e Processos Socioeducativos. Professora dos Programas de Pós-Graduação em Gerontologia e Psicologia da Universidade Católica de Brasília (UCB) e do curso de graduação em Psicologia da UCB. Participa de pesquisas nas seguintes áreas: Envelhecimento, Terapia Cognitiva e Psicologia Positiva. E-mail: eduarda.rezende@p.ucb.br

**Elaide Martins (Coordenação Geral)** - Doutora Docente da Faculdade de Comunicação (FACOM) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM) da Universidade Federal do Pará (UFPA), coordenadora do Grupo de Pesquisa Inovação e Convergência

na Comunicação-InovaCom (CNPq-UFPA), vinculado à Rede de Pesquisa Aplicada Jornalismo e Tecnologias (JorTec) da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) e à Rede Nacional de Comb

**Emilly Vitória Pinto Melo (Bolsista de Comunicação)**

- recém graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, pela Faculdade de Comunicação (FACOM) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Integrante do Grupo de Pesquisa Inovação e Convergência na Comunicação-InovaCom (CNPq-UFPA). E-mail: emillymelovi@gmail.com

**Fabiane Petean Soares de Lima** - Psicóloga graduada pela Universidade São Judas Tadeu (USJT); Especialista em Psicoterapia Psicanalítica pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); Aprimoramento em Psicossomática Psicanalítica pela UNIFESP; Membro da Clínica da Dor da UFSCar e Mestranda em Ciências do Envelhecimento pela USJT. E-mail: fabiane.petean@gmail.com

**Fabília Vellasquez Paiva** - Doutora em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Professora adjunta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: fvellasquezp@gmail.com

**Flaviane Marcia Lima dos Anjos (Bolsistas da equipe técnica)** - Graduanda do curso de Tecnólogo Superior em Geoprocessamento, na Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: flavy.anjos@gmail.com

**Gisele Garcia Zanca** - Docente do Departamento de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus Marília e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano e Tecnologias da UNESP – Campus Rio Claro. Fisioterapeuta, Mestre e Doutora em Fisioterapia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Especialização em Educação e Tecnologias pela UFSCar; Membro da Clínica da Dor da UFSCar e da Rede Brasileira de Letramento em Saúde (REBRALS). E-mail: gisele.zanca@unesp.br

**Heloá Pontes Maués (Coordenação de Dados)** - Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e integrante do Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas (Instituto Nufen) da UFPA. E-mail: heloamaues2@gmail.com

**Isabel Dillmann Nunes** - Graduação em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Pelotas (1998), mestrado em Ciência da Computação pela Universidade



Federal do Rio Grande do Sul (2001) e doutorado em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Campina Grande (2014). Tem experiência na área de Ciência da Computação, atuando principalmente nos seguintes temas: Engenharia de Requisitos e Informática na Educação. Professora do Instituto Metr pole Digital da UFRN (Natal - RN), desde 2015. E-mail: bel@imd.ufrn.br

**Jaqueline Pauluci Bosio** - Nutricionista formada em 1993 PUC CAMPINAS; 1995 Especializa o em Unidades de Alimenta o pela PUC CAMPINAS; 2005 Especializa o em Alimentos e Nutri o pela PUC PR; 2020 Mestrado em Promo o da Saúde UNICESUMAR; 2022 Aperfei amento em Nutri o Clínica USP RIBEIRÃO PRETO. E-mail: jaquelinepbosio@gmail.com

**Josefina de Paula Moura** - Possui Licenciatura Plena em Pedagogia; Bacharelado e Licenciatura Plena em Letras; Especializa o em Psicopedagogia Clínica. Mestra em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu. E-mail: mouras.paula@gmail.com

**Karina Gramani-Say** - Docente do Departamento de Gerontologia da UFSCar; Bacharelado, Mestrado e

Doutorado em Fisioterapia pela UFSCar; Aprimoramento em Fisioterapia com ênfase em traumato-ortopédica pela FAMERP; Especialização Interdisciplinar em Saúde Pública FSP-USP, Pós-doutorado em Ciência do Movimento, Coordenadora da Clínica da Dor da UFSCar; docente do PPGgero/UFSCar e Coordenadora do Laboratório do Estudo da Dor e Funcionalidade no Envelhecimento/LADORFE-UFSCar. E-mail: [gramanisay@ufscar.br](mailto:gramanisay@ufscar.br)

**Lorraine Fonseca Andrade da Silva** - Graduanda em Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Bolsista do NEPEESS - Núcleo de Pesquisa em Educação, Envelhecimento e Serviço Social (UFRRJ). E-mail: [lfonsecaandradedasilva@yahoo.com](mailto:lfonsecaandradedasilva@yahoo.com)

**Marcos Vinícius de Lima Miranda** - Bacharel em Ciências e Tecnologia pela UFRN, 2023; Técnico em Informática pelo IFRN; 2016. Atualmente atua como Programador de sistemas da informação (Mobile) na STI - Superintendência de Tecnologia da Informação - UFRN. E-mail: [marcos27miranda@gmail.com](mailto:marcos27miranda@gmail.com)

**Regiane da Silva Macuch** – Realizou estágio pós-doutoral na Faculdade de Psicologia e Educação da Universidade do

Porto, Portugal. Doutorado em Ciências da Educação pela Universidade do Porto, Portugal Mestrado em Engenharia de Produção, área de concentração em Mídia e Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina. Especialização em Psicodrama Socioeducacional pela Conttexto Associação de Psicodrama do Paraná, afiliada da Federação Brasileira de Psicodrama. Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná. Atua como Professora Permanente no Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Promoção da Saúde e no Programa de Pós-Graduação em Gestão do Conhecimento nas Organizações e na graduação em Psicologia na Universidade Cesumar. Pesquisadora bolsista do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação - Icteti. Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Ciência, Tecnologia e Sociabilidade pela Unicesumar. Membro do Núcleo Docente Estruturante (NDE), do colegiado e docente do curso de Psicologia (UNICESUMAR). Os termos mais frequentes na contextualização da sua produção científica, tecnológica e artístico-cultural são: promoção da saúde, gestão do conhecimento, aprendizagem, conhecimento, envelhecimento, educação, ensino superior, formação e desempenho docente, aprendizagem colaborativa, mídia, psicossociologia, processos de grupo e psicodrama/sociodrama. E-mail: rmacuch@gmail.com

**Renato Daniel da Cruz Santos (Bolsistas da equipe técnica)** - Graduando do curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas da Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail: renato.santos@aluno.uepa.br

**Rita do Nascimento Silvestre Dantas** - Graduanda do curso de Serviço Social pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e bolsista do NEPEESS - Núcleo de Pesquisa em Educação, Envelhecimento e Serviço Social (UFRRJ). E-mail: ritasilvestre34@gmail.com

**Rodrigo Jorge Salles** - Psicólogo. Doutor e mestre em Psicologia Clínica pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP/USP). Professor no curso de Psicologia e Programa de Pós graduação Stricto Sensu em Ciências do Envelhecimento da USJT. Pesquisador do Instituto ANIMA. E-mail: rodrigo.salles@saojudas.br

**Rosilene Araújo Costa** - Assistente social graduada pelo curso de Serviço Social da UFRRJ e pesquisadora voluntária da Pesquisa Violência contra o Idoso no município do Rio de Janeiro: Mapeamento das denúncias, ações de prevenção e enfrentamento na perspectiva da garantia dos direitos humanos. E-mail: araujocosta.rosilenearaujocosta@gmail.com

**Sabrina Amaral Martins Townsend** - Pesquisadora de pós-doutorado CAPES no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc - RS, desenvolvendo projetos sobre leitura, envelhecimento e cognição. Possui Doutorado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Mestrado em Letras pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), com ênfase em linguística. É formada em Letras licenciatura em Português-Inglês e respectivas literaturas pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). É membro da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN), da Society for the Scientific Study of Reading (SSSR) e da Rede Brasileira de Letramento em Saúde - REBRALS. E-mail: [sabrinem@unisc.br](mailto:sabrinem@unisc.br)

**Simone da Cunha Tourino Barros** - Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Professora adjunta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: [simonetourino@hotmail.com](mailto:simonetourino@hotmail.com).

**Wanderson Alexandre da Silva Quinto (Coordenação Técnica)** - recém Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) da UFPA, professor e coordenador do curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de

Sistemas, Redenção/PA, da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Integrante do Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas (Instituto Nufen) da UFPA. E-mail: wquinto@gmail.com



## ORGANIZADORAS



### **Anna Fontes**

Filha da Fatima Carlota e mãe do Bento Meireles, pós-graduanda em Direitos Humanos, Responsabilidade Social e Cidadania Global pela PUCRS. Atua em Responsabilidade Social e Investimento Social Privado com foco em Longevidade através da liderança de projetos alinhados às práticas ESG. Atualmente gerindo o Itaú Viver Mais, associação sem fins lucrativos do Banco Itaú, focada no envelhecimento populacional. Graduada em História da Arte pela UFRJ, atuando em diferentes frentes sempre como gestora de projetos em OSCs, governos ou empresas da iniciativa privada.



### **Beltrina Côrte**

Formada em Jornalismo pela Unisantos, Especialização e Mestrado em Planejamento e Administração do Desenvolvimento Regional na Universidad de los Andes (Bogotá/ Colômbia). Doutorado e pos.doc em Ciências da Comunicação na USP. É docente da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde (PUC-SP). Coordena o grupo de pesquisa Longevidade, Envelhecimento e Comunicação. Atua na área da Gerontologia Social, educação continuada e comunicação com o Web site Portal do Envelhecimento e Longevidade, Revista Longevidade, editora Portal Edições e Espaço Longevidade.

O Edital deu segurança material e oportunidade ao intercâmbio com diferentes áreas de conhecimento e profissionais, criando ambiente extremamente enriquecedor para pesquisas sobre envelhecimento. (Amanda Lemos/RJ)

Foi um aprendizado mútuo, dialógico e coletivo, envolvendo equipe local e projetos múltiplos de todo o Brasil. (Elaide Martins/PA)

Além das ricas interações entre pesquisadoras de diferentes áreas, destaco a importância do incentivo da iniciativa privada à pesquisa científica na área do envelhecimento. (Gisele G. Zanca/SP)

Agradecemos o aprendizado, troca de saberes e visibilidade política à temática do envelhecimento e protagonismo feminino. Trabalhar com uma Scoordenação e equipe que prezam pela ética e comprometidas com a qualidade além da produtividade faz toda a diferença. (Simone Tourino/RJ)

A participação no edital me propiciou grande crescimento como pesquisadora. E houve excelente acolhimento por parte dos gestores do Edital Acadêmico. (Alda A. Faiad de Moura/DF)

Conhecimento, crescimento e socialização foram os pontos que somaram na minha vida por ter participado do Edital Acadêmico de Pesquisa 2021. (Cassiana R. Leindecker/PR)

Período ímpar de aprendizado coletivo, encontro com pessoas engajadas e formação de parceria para novos trabalhos, reforçando a relevância e necessidade dos investimentos ligados à velhice e ao longeviver. (Cíntia Liesenberg/SP)

Integração, empatia e cuidado com a pessoa idosa são os sentimentos que ficarão presentes para sempre. (Isabel Dillmann Nunes/RN)

Participar do Edital Acadêmico de Pesquisa 2021 foi transformador. Uma oportunidade de crescimento, aprendizado e contribuição social com a pesquisa. (Anelise Crippa/RS)



# Envelhecer com Futuro

O Itaú Viver Mais, associação com quase 20 anos de atuação, tem o objetivo de fortalecer a rede de apoio aos direitos das pessoas idosas, estimulando a promoção, defesa e garantia dos direitos da população idosa, de forma intersetorial, com ações de educação, assistência social, emprego, renda e saúde. É do conhecimento de todos que a inversão da pirâmide etária brasileira ocorrerá em breve, mas também sabemos que, infelizmente, as discussões e políticas públicas que enderecem os inúmeros desafios oriundos de uma população cada vez mais velha, não estão caminhando na mesma velocidade. Mecanismos que garantam que todas as pessoas vivam o processo de envelhecimento com dignidade e não tenham os seus direitos fundamentais afrontados precisam ser elaborados, urgentemente.

Nesse sentido, para contribuir no fomento e engajamento de discussões sérias, temos, dentre as iniciativas do Itaú Viver Mais, um pilar dedicado à Geração e Disseminação de Dados e Conteúdo, sendo o Edital Acadêmico de Pesquisa uma dessas iniciativas. A ideia do Edital Acadêmico surgiu da necessidade de termos cada vez mais pesquisadores escrevendo sobre os desafios do envelhecimento, com o severo rigor metodológico que a temática carece, precisa e merece ser tratada. Todos – incluindo as empresas - somos responsáveis por incentivar a pesquisa e a criação de conhecimento que contribua para o bem-estar e a participação ativa das pessoas idosas na sociedade, uma geração que logo será maioria no país.

**Daniela Zen**

*Coordenadora de Programas Institucionais – Banco Itaú*

